



Pedro dos Santos Maia

Morrer em El Salvador:
A vida das estatísticas de homicídio e a trégua
entre as *pandillas*

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Máira Siman Gomes
Co-Orientador: Prof. Bruno Magalhães

Rio de Janeiro
Abril de 2018



Pedro dos Santos Maia

**Morrer em El Salvador:
A vida das estatísticas de homicídio e a
trégua entre as *pandillas***

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela comissão Examinadora abaixo:

Profa. Máira Siman Gomes

Orientadora e Presidente
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Bruno Magalhães

Co-orientador
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Isabel Rocha De Siqueira

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Flávia Medeiros

Universidade Federal Fluminense – UFF

Profa. Sílvia Roque

Universidade de Coimbra – UC

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva

Vice-Decano de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 19 de Abril de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Pedro dos Santos Maia

Graduado em Relações Internacionais pela PUC-Rio em 2015 com monografia sobre a violência urbana na Venezuela. Ingressou no mestrado da mesma instituição em 2016. Tem experiência com pesquisas sobre segurança pública, políticas de segurança e violência. Suas áreas de pesquisa são violência e América Latina.

Ficha Catalográfica

Maia, Pedro dos Santos

Morrer em El Salvador : a vida das estatísticas de homicídio e a trégua entre as pandillas / Pedro dos Santos Maia ; orientadora: Maíra Siman Gomes ; co-orientador: Bruno Magalhães. – 2018. 130 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2018. Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Pandillas. 3. Violência urbana. 4. Trégua. 5. El Salvador. I. Gomes, Maíra Siman. II. Magalhães, Bruno. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD:327

Para meus pais, Lenice e Renato, por todo amor, confiança, apoio, carinho e inspiração. Sem vocês nada seria possível. Para Rafaela, por toda paciência, parceria, companheirismo e amor. Para vocês, meu mais verdadeiro obrigado.

Agradecimentos

Gostaria de começar agradecendo ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar minha pesquisa e meu mestrado em meio a um período de desmonte governamental da ciência e educação do Brasil. Em segundo lugar, todo meu carinho e gratidão aos professores e funcionários do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio que, desde meu primeiro dia da graduação em 2011, me receberam de braços abertos e me mostraram que é possível aliar prática acadêmica e afeto.

Um agradecimento especial a duas pessoas que me inspiram como pesquisadores, professores e seres-humanos. Primeiramente, à minha orientadora Maíra que foi incansável e imbatível ao longo da construção dessa dissertação. Seus comentários, conversas e conselhos e sua atenção e carinho foram imprescindíveis e vitais para esse trabalho. Meu agradecimento a você não cabe em palavras. Também devo muito ao Bruno. Muito obrigado pela sua disponibilidade em ser meu co-orientador e pelas ajudas, conversas e comentários. Afirmo com tranquilidade que sua participação foi central para esse trabalho e, sem você, minhas reflexões não seriam as mesmas.

Como ninguém escreve sozinho, quero agradecer a algumas pessoas que se envolveram com o meu trabalho ao longo desses dois anos de pesquisa e participaram da minha dissertação. Meu profundo agradecimento à Mabel Gonzalez do Norwegian Centre for Conflict Resolution, Roberto Valencia do jornal El Faro, Silvana Martinez do Instituto Médico Legal de El Salvador, Adam Blackwell da Chancelaria do Canadá, Silvia Roque da Universidade de Coimbra e Fabio Molina Vaquerano, chefe do Departamento de Estatística do Instituto de Medicina Legal de El Salvador.

Às minhas colegas da Unidade do Sul Global para Mediação (GSUM), estar com vocês e trabalhar com vocês é um privilégio. À turma de 2016 do mestrado, um obrigado mais que especial. À Marcelle Trote, amiga de longa data e cúmplice acadêmica, muitíssimo obrigado por dividir comigo as alegrias e as dificuldades da carreira acadêmica.

Resumo

dos Santos Maia, Pedro; Siman Gomes, Maíra (Orientadora); Magalhães, Bruno (Co-orientador). **Morrer em El Salvador: A vida das estatísticas de homicídio e a trégua entre as *Pandillas***. Rio de Janeiro, 2018. 130p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esse trabalho aborda um processo de trégua estabelecido entre grupos criminosos em El Salvador, comumente chamados de *pandillas*. A partir de um arcabouço conceitual específico e um repositório de métodos ligados à abordagem da Teoria Ator-Rede, esse trabalho seguirá algumas controvérsias desse processo da trégua associadas ao cumprimento do acordo, à estabilização do seu começo, final e à determinação de seu “sucesso” ou “fracasso”. Para tanto, seguiremos como os números mensais de homicídio, produzidos pelo Instituto Médico Legal do país, participam dessas tensões e atuam organizando versões distintas desse evento. Ao fazer isso, somos deslocados para caminhos, agências e atores que participam da vida dos números e, dessa forma, da encenação das versões da trégua. Nesse sentido, elementos que acabam sendo naturalizados, e até esquecidos, se tornam o foco da minha análise. Assim, essa dissertação busca expandir o corpo da literatura sobre a trégua, ao mesmo tempo em que visa ampliar os horizontes dos conhecimentos disciplinares atentos para a convergência entre números e situações de violência.

Palavras-chave

Pandillas; Violência Urbana; Trégua; El Salvador

Abstract

dos Santos Maia, Pedro; Siman Gomes, Máira (Advisor); Magalhães, Bruno (Co-advisor). **To Die in El Salvador: The homicide statics life and the truce between the *pandillas***. Rio de Janeiro, 2018. 130p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work focuses on a truce established between criminal groups in El Salvador, commonly known as *pandillas*. Based on a specific conceptual framework and a repository of methods related to the Actor-Network Theory, I intend to follow some controversies of this process regarding the fulfillment of the agreement, the stabilization of its beginning and end and the determination of its “success” or “failure”. To do so, we will follow how the monthly homicide numbers produced by the country’s Institute of Legal Medicine participate in these tensions and act organizing different versions of this event. By doing so, we expect to shift our analyses towards others agencies and actors who take part in the life of numbers and, therefore, in the enactment of several versions of the truce. In this way, elements that end up being naturalized and even forgotten become the focus of this work. Thus, this dissertation seeks to expand the body of literature on the truce, while at the same time aiming to broaden the horizons of disciplinary knowledge attentive to the convergence between numbers and situations of violence.

Keywords

Pandillas; Urban Violence; Truce; El Salvador

Sumário

1. Um começo dessa história	10
1.1 Introdução	10
1.2. Uma organização da trégua	11
1.3. As Pandillas	14
1.4. Políticas de segurança	16
1.5. Controvérsias do processo de negociação da trégua	18
1.6. Teorias e métodos	20
1.6.1 Agenciamentos e Assemblages	20
1.6.2 Simetria Generalizada	21
1.6.3 Territorialização e Desterritorialização	21
1.6.4 Tradução	22
1.6.5 Inscrições	23
1.6.6 Encenação	23
1.7. Os números na trégua	24
1.8. Considerações finais	26
2. A trégua	28
2.1. Introdução	28
2.2. Os inícios da trégua	31
2.2.1. O começo de 2012	31
2.2.2. Outros começos possíveis no tempo	32
2.3. Os finais da trégua	34
2.3.1. O final de 2013	35
2.3.2. Outros finais possíveis	36
2.4. O cumprimento dos acordos e as pandillas	38
2.4.1. Cumprindo os acordos da trégua	38
2.4.2 O descumprimento da trégua	39
2.5. Sucesso ou Fracasso?	41
2.5.1 O sucesso	41
2.5.2 O Fracasso	42
2.6. Conclusão	44
3. Como entender os números?	46
3.1. Introdução	46
3.2. Como entender a agência de um número de homicídio?	48
3.2.1 Latour, Law, Mol e os números	50
3.2.2 Simetria e produção de conhecimento	51
3.3. Agenciamentos e assemblages	52
3.3.1 Encenar	53
a)	54
b)	55
3.4. Os efeitos dos agenciamentos	56
3.4.1 Como estudar os efeitos?	56
3.4.2 Tradução	59
3.4.3 Inscrições	66
3.5. Porque dessa forma?	72
3.6. Conclusão	73

4. Os números na trégua	75
4.1. Introdução	75
4.2. A vida da estatística mensal de homicídio	76
4.2.1 Homicídios	79
4.2.2 De	84
4.2.3 Estatísticas	86
4.3 .Os trabalhos associados aos números	87
4.3.1 Por onde e com quem passar?	88
4.3.2 Como criar interesse?	89
4.3.3 Como alistar os atores?	90
4.3.4 As inscrições textuais e os números	92
4.3.5 Quantificando as mortes	93
4.3.6 Comparando mortes e os porta-vozes	94
4.4. Os números fazem as tréguas	96
4.5. Conclusão	99
5. Conclusão	101
6. Referências bibliográficas	105
7. Lista de Anexos	122
Anexo 1	122
Anexo 2	125

All I have on my side is facts and science, and people hate facts and science.
Leslie Knope, *Parks and Recreation*.

1. Um começo dessa história

1.1 Introdução

Se essa dissertação fosse um filme, eu diria que ela começa em El Salvador, no ano de 2012 e tem como cenário uma trégua entre grupos criminosos. Entendido como um evento marcante para o panorama da segurança nas Américas, esse acordo tratou de uma declaração de trégua entre uma série de “gângues” envolvidas em práticas violentas e criminosas. Nesta trégua foram definidos certos compromissos a serem respeitados por esses grupos, como a interrupção do recrutamento de novos membros em escolas e, em contrapartida, o governo garantiria algumas concessões, como a transferência dos líderes das organizações para prisões em melhores condições e o fim de operações policiais conduzidas à noite (Sanz, 2014).

Assim, esse trabalho tem como objetivo olhar para esse processo e buscar seguir um ator que, embora presente em vários relatos sobre o evento, ainda é sub-analisado: os números de homicídio. Argumenta-se nessa dissertação que os números de homicídio são atores da trégua, uma vez que participam de diversas versões desse processo e essa atuação, por sua vez, remete ao trabalho de médicos forenses e programas de computador, para citar alguns, que traduzem e inscrevem mortes em algarismos.

Para tanto, essa dissertação se divide em três capítulos, para além desta Introdução. No primeiro capítulo veremos alguns pontos de controvérsia do processo da trégua entre as pandilhas em El Salvador. No segundo capítulo, veremos qual repertório teórico e analítico que possibilita e participa desse exercício de análise. Assim, a partir da apresentação do nosso repositório de métodos, no terceiro e último capítulo, irei atentar para práticas e atores envolvidos na existência dos números de homicídios e como esses atores participam das controvérsias sobre a trégua, encenando o, começo, o final, o seu cumprimento, o sucesso e o fracasso dos acordos entre os criminosos. Contudo, esse exercício precisa ser feito com calma e atenção e, para isso, irei inicialmente

apresentar nessa introdução, à minha maneira, o que foi a trégua e quem são os grupos envolvidos nesse processo.

1.2. Uma organização da trégua

Conhecido como a trégua entre *pandillas* - sendo “*pandillas*” ou “*maras*” duas formas utilizadas em El Salvador e em outros países para se referir a esses grupos -, esse evento pode ser contado a partir de março de 2012. Nesse mês, o jornal *El Faro* noticiou a transferência de 30 líderes da Mara Salvatrucha e do Barrio 18 da prisão de segurança máxima de Zacatecoluca para outros presídios com menor nível de segurança. De acordo com essa primeira notícia, o governo teria transferido os líderes das *maras* em troca de um cessar fogo entre ambas as *pandillas* (El Faro, 2012).

Entretanto, a primeira declaração do governo entendida como oficial, sobre a trégua, foi categórica ao afirmar que não havia negociação e que a transferência dos presos ocorreu por outras razões, como a suspeita de um ataque no presídio e a necessidade de tratamento de presos doentes (La Prensa Gráfica, 2012; Unidad de Investigación, 2013). Ainda não era bem determinado se havia ocorrido negociação entre as *pandillas* ou não. Apenas no dia 20 de março de 2012, quando o Bispo Militar Monsenhor Fabio Colindres e o ex-deputado e ex-guerrilheiro da FMLN¹ (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional), Raul Mijango, decidiram realizar uma coletiva de imprensa afirmando a existência da negociação. Neste evento ambos se apresentaram como os mediadores do processo de pacificação entre as *pandillas* (Unidad de Investigación, 2013, p. 6).

Dois dias após esse anúncio coletivo, Raul Mijango procurou os veículos da mídia salvadorenha e divulgou um comunicado conjunto escrito pelos porta-vozes das *maras* envolvidas no “processo de pacificação” (Unidad de Investigación, 2013, p. 27). Neste documento, as *pandillas* afirmavam terem passado por um processo de reflexão que teria resultado em um cessar fogo, na suspensão de agressões contra outros grupos e em um acordo responsável por

¹ A FMLN inicia suas atividades em El Salvador como uma força guerrilheira de esquerda durante os anos 1980 e, após os acordos que decretaram o fim da Guerra Civil no país, o grupo é convertido em partido político, elegendo seu primeiro presidente em 2008 (Álvarez, 2004).

proibir ações contra integrantes das forças armadas e da PNC (ver Anexo 1) (Lemus & Martínez, 2012).

Nos meses posteriores a esses acontecimentos, a trégua foi se expandido em termos de suas associações e contando com a participação de mais atores. Em maio, Monsenhor Colindres visitou a sede da Organização dos Estados Americanos (OEA) e apresentou detalhes do que estava ocorrendo. Meses depois, em junho, o Ministro de Justiça e Segurança Pública, David Munguía Payés, deu o respaldo formal ao processo de paz iniciado com as gangues de El Salvador e afirmou que o Ministério apoiava integralmente a trégua. Nesse mesmo pronunciamento, o ex-ministro afirmou que o número dos homicídios diários teria diminuído de 14 mortes por dia para 6 (Martínez & Sanz, 2012).

Próximo ao final de 2012, em novembro, os mediadores do processo apresentaram ao público mais um documento redigido pelas *maras* (Pandillas, 2014b). Nesse pronunciamento, as gangues anunciaram o projeto de criação dos municípios livres de violência, entendido por alguns como uma segunda fase do processo (Tager & Umaña, 2013, p.13). Nos termos do pronunciamento, as *maras* rivais não iriam entrar em conflito nessas localidades, a presença de trabalho comunitário local seria ampliada e o armamento das *pandillas* seria entregue (Unidad de Investigación, 2013; Verdad Digital, 2012). No âmbito operacional, as autoridades municipais concordaram em gerenciar projetos de desenvolvimento comunitário e incentivar a inserção dos membros das *pandillas* em suas comunidades, contando com o apoio do setor privado e do governo para desempenhar essas funções (Tager & Umaña, 2013, p.13).

No começo de 2013, importantes decisões foram tomadas quanto ao processo de paz entre as *pandillas*. Em abril formou-se um comitê técnico constituído por membros da OEA para acompanhar a implementação de novas medidas destinadas ao controle da violência (Unidad de Investigación, 2013; OEA, 2016). Além disso, avançou-se o projeto das zonas de paz, como exemplificado nos casos das cidades de Llopango e Santa Tecla (Interpeace, 2014a & Interpeace, 2014b). Em ambas as localidades notou-se a criação de um canal de comunicação entre representantes das comunidades e as *maras* e o surgimento de programas sociais de recuperação e acompanhamento de jovens (Interpeace, 2014a & Interpeace, 2014b). Além disso, a fase do processo de paz

que envolvia a coleta do armamento das *pandillas* ocorreu em maio e foi capaz de recuperar mais de 350 armas de fogo (RT, 2013).

Apesar da existência de elementos entendidos como sinais do sucesso da trégua, como a redução do número de assassinatos no país, em maio de 2013 a Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça de El Salvador considerou a nomeação do General David Munguía Payés como Ministro de Justiça e Segurança Pública uma decisão inconstitucional. A postura da Corte estava baseada em uma decisão dos acordos de paz da Guerra Civil de El Salvador que proibia militares de ocuparem postos em áreas relacionadas à segurança pública no país (Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça, 2013). Após essa decisão, quem assumiu o posto foi Ricardo Perdomo. A mudança de ministros é considerada por muitos como “um dos motivos que teriam levado a um engessamento do processo de paz” (Cruz & Martinez, 2016, p.11; Tager & Umaña, 2013). Outros, entretanto, afirmam que um elemento desestabilizador da chamada trégua foi o “súbito aumento do número de homicídios no começo do mês de julho de 2013” (Ribera, 2013).

Contudo, as situações narradas acima, que teriam supostamente “enfraquecido” o processo de paz, ocorreram simultaneamente a demonstrações da “força” da trégua. Durante a visita da OEA a Llopango, no dia 20 de setembro de 2013, membros das *pandillas* afirmaram que a trégua vigorava e ainda reforçaram que “a vontade de continuar com esse processo de paz é inabalável, já que estamos convencidos de que não há outra saída para a grave situação de violência que afeta toda a nação” (Márquez & Valencia, 2013).

Em meio a esse mar de atores e agências participantes da trégua, escolhi priorizar um elemento recorrente nos debates sobre o processo: o número de homicídios. Neste trabalho, desejo recuperar a forma como esse número atuou organizando tréguas diferentes e como que a cada atuação diferente ou variação desse algarismo mudava-se a forma de tratar o processo entre as *pandillas*. Dessa forma, é interessante pensar como a taxa de homicídio se torna uma tecnologia de observação da atuação das *pandillas* e também mais um ator nesse processo, sendo responsável por designar, entre as outros elementos a serem trabalhados mais à frente, o próprio sucesso ou fracasso da trégua.

Contudo, antes de retomar a narrativa sobre os acontecimentos da trégua, é importante mencionar que, como o leitor já deve ter percebido, até aqui o texto

está organizado em forma cronológica. Mesmo que mais à frente no trabalho essa linha do tempo seja tratada como apenas uma forma de contar a história da trégua, a organização dos acontecimentos temporalmente e de forma linear é uma forma mais fácil de apresentar primeiramente as ações referentes da trégua.

Terminando esse parêntese, voltaremos para o ano de 2014, considerado por muitos, como Valencia (2015), como um passo atrás nas negociações. Os elementos que sustentam essa conclusão são o aumento da taxa de homicídios, o retorno dos porta-vozes das *maras* a prisões de segurança máxima e a postura do então presidente de El Salvador, Sánchez Cerén, de “não voltar a negociar com as *pandillas*” (Valencia, 2015). Essa declaração do presidente Cerén data de janeiro de 2015 e, mesmo o governo deixando explícito que não negociaria com as *pandillas*, as mesmas emitiram um comunicado no dia 25 de maio de 2015 onde afirmam que “estão à disposição para contribuir em uma solução pronta e eficaz para o problema da violência em El Salvador” (Mara Salvatrucha & Barrio 18, 2015).

Percebemos, até aqui, como o processo de paz entre as *pandillas* de El Salvador pode ser entendido como um efeito das várias associações. Elas, por sua vez, trazem a trégua à tona em toda sua multiplicidade. Assim, é possível encontrar, por exemplo, números de homicídio organizando esse evento como, por exemplo, um sucesso e um fracasso e como um processo com começos e finais bem definidos. À luz do arcabouço teórico desenvolvido por Deleuze e Guatarri (1972); Latour (2004), Mol (2003) e outros a serem trabalhados no segundo capítulo dessa dissertação, nos deparamos com uma situação onde atores heterogêneos atuam e fazem um todo múltiplo. Nessa perspectiva, é necessário olhar para alguns atores envolvidos no processo sobre o qual se debruçou essa pesquisa.

Dessa forma, procuro contar um pouco mais sobre alguns dos nossos atores, no caso as “ganguês”, e também detalhar algumas medidas aplicadas pelo governo para tratar a violência no país, focadas, inclusive, no combate às *pandillas*.

1.3. As *Pandillas*

A História de El Salvador é marcada por relatos de práticas e vivências violentas. À parte do período da colonização e dos mais de 10 anos de Guerra Civil, desde 1980 até 1992, um tipo “distinto” de violência passou a figurar no dia-dia da população salvadorenha: a violência associada às chamadas *maras* de El Salvador. As *maras* são formas específicas de socialização violenta dos jovens por meio de grupos (Cruz, 2014). Embora se trate de processo relativamente comum no continente Americano, tal forma de socialização não se fixou a um espaço e tempo particular, estando presente na história de diversos locais em períodos diferentes, e com nomes distintos, como os *Pachucos* mexicanos nos anos 1930 e os *Cholos* estadunidenses da década de 1970 (Smutt & Miranda, 1998, p.11).

No passado, a palavra *Mara* designava, em El Salvador, grupos de amigos com certas afinidades, como bairro ou escola. Contudo, nos dias de hoje, como ressaltado por Marcela Smutt e Lissette Miranda (1998, p. 26), a palavra “ganhou um significado pejorativo e se refere quase exclusivamente a jovens organizados e vinculados a atos violentos ou delitivos”. Para os jovens integrantes de uma *mara*, esse grupamento representaria “um estilo de vida” (Smutt & Miranda, 1998, p. 26). Hoje, três *maras* merecem destaque na cena salvadorenha: a *Mara Salvatrucha*, os *18 Sureños* e *18 Revolucionários*, esses dois últimos sendo parte da chamada *Barrio 18*.

Apesar da minha tentativa de distanciamento de estudos que apontam para uma “origem” ou uma “causa” estável para o fenômeno das *maras*, pode-se afirmar que o primeiro registro histórico de uma *Mara* data de 1959 e trata das *maras* estudantis, o que, por sua vez, não exclui a possibilidade da existência de grupamentos similares em períodos históricos anteriores (Smutt & Miranda, p. 1998, 30). Desde a década de 1960, as práticas relacionadas às *maras* foram se alterando, até o contexto atual no qual as *pandillas* são entendidas e categorizados pelo Estado como como grupos delinquentes associados à violência e ao crime. Se, por um lado, as *maras* são entendidas como “primeiramente” relacionadas a El Salvador, por outro, esses grupos só se tornam possíveis mediante práticas que “viajam” por uma série de outros lugares e tempos: partindo da Guerra Fria e da Guerra Civil Salvadorenha dos anos 1980 - justificando a migração em massa durante esse período para os Estados Unidos -, passando por Los Angeles nos anos 1970, 1980 e 1990 - servindo de palco para a socialização “violenta” de

determinados jovens latinos e justificando a cultura das *pandillas* e das *maras* - e indo até os anos 1990, durante a aplicação das novas políticas migratórias nos Estados Unidos, o que viabilizou a “exportação” da violência de gangues para El Salvador por meio das repatriações (Zilberg, 2011). Nesse trajeto não linear e complexo, se torna possível acompanhar, especialmente a partir dos anos 1990, as *maras* sendo tratadas como grupos ameaçadores da estabilidade de El Salvador e inseridos em uma série de atividades ilegais, como extorsões, comércio de drogas ilícitas e disputas territoriais que contribuem, inclusive, para a elevação das taxas de criminalidade no país (Guerrero, 2012).

Durante esses anos de aumento da participação das *maras* nas práticas de violência em El Salvador, o governo vem pondo em marcha uma série de arranjos de políticas destinados a combatê-las. Entre as políticas implementadas pelo governo, algumas merecem mais atenção.

1.4. Políticas de segurança

A primeira a ser mencionada é o chamado *Plano Mano Dura* (Plano Mão Dura). Essa política data de 1999 e foi posta em prática pelo presidente Francisco Flores. Logo no início de sua execução já era evidente como a mesma possuía contornos autoritários, tanto pela atuação violenta da polícia civil, como pela aprovação de projetos de leis com marcas de inconstitucionalidade, incluindo reformas no código penal e a flexibilização dos procedimentos para julgar e prender os integrantes das *maras* (Ovallos, 2015, p. 66 - 69).

Em 2003, foi expedida a Lei Anti-Maras (LAM). A lei prescrevia uma estratégia para o combate direto das *maras* e àquelas pessoas que poderiam fazer parte desses grupos, mas que não praticavam, necessariamente, atividades criminosas. O crime era estar associado às *maras*. Essa lei determinou duras ações por parte das forças de segurança do país, movimento que, entre outras coisas, viabilizou o aumento no número da população carcerária de El Salvador. Essas duras medidas, que envolveram, por exemplo, a redução da maioria penal no país, eram possibilitadas por discursos que construía as *maras* como uma ameaça à ordem pública (Ovallos, 2015, p. 68 – 71; Araya, 2007 - 2008). Contudo, a principal contribuição da LAM para o processo de combate à

“violência urbana” foi a autorização da formação de forças-tarefas com a participação de militares. A partir desse momento, legitima-se a participação de militares na manutenção da ordem pública em El Salvador, permitindo, inclusive, uma atuação conjunta com a Polícia Nacional Civil de El Salvador (Ovallos, 2015, p. 70 – 72; Araya, 2007 - 2008).

Em 2004, outra política foi posta em prática, a chamada *Plan Super Mano Dura* (Plano Super Mão Dura - PSMD). Sob a presidência de Elias Antonio Saca, continuou-se o combate direto às *pandillas* com a participação do Exército. Um decreto de 2007 expandiu tal possibilidade ao autorizar as Forças Armadas a “atuar com operativos de segurança cidadã em conjunto com o PNC por um período de um ano, podendo ser posteriormente ampliado” (Ovallos, 2015, p. 73). Dessa forma, as decisões de Saca passam a possibilitar a institucionalização do Exército como um ator da “segurança cidadã” em El Salvador. O aumento da participação das forças armadas salvadorenhas era baseado na crença de que as operações e ações implementadas pelo PNC e pelo Exército reduziriam os índices de delinquência no país e obrigariam os membros das *maras* a mudarem seus locais de atuação ou a se “reabilitarem” (Ovallos, 2015, p. 73 e 74; Araya, 2007 - 2008).

Ademais, o PSMD também era apoiado por uma série de leis, entre elas a Lei Especial Contra Atos de Terrorismo (LECAT). A lei definiu organizações terroristas como “grupos providos de certa estrutura com vínculos estáveis ou permanentes, hierarquia, disciplina [...] e que pretendem difundir terror, insegurança ou alarmar a população através de atos violentos ou desumanos” (Ovallos, 2015, p. 74). Essa lei se tornou importante frente a possibilidade de tipificar as *maras* como organizações terroristas, permitindo, inclusive, que o governo salvadorenho tentasse apontar conexões entre as *pandillas* e determinadas organizações terroristas, como vemos abaixo (Ovallos, 2015, p. 74,):

“as ações das *maras* ou *pandillas* teriam aumentado e transcendido o âmbito nacional, constituindo uma organização criminosa que, além de cometer assassinatos individuais ou coletivos, se dedica à extorsão e realização de atos de caráter terrorista, vinculados à delinquência transnacional e envolvidos com o tráfico de armas e drogas, tráfico de pessoas e lavagem de dinheiro”

Nessa perspectiva, em 2010, foi emitida a Lei de Proscrição de *pandillas* ou *maras* e Grupos de Extermínio (LPPMGE). A lei previa a proibição da existência, legalização, financiamento e apoio a grupamentos, associações ou organizações ilícitas chamadas *pandillas*, *maras* ou grupos de extermínio tais como as autodenominadas Mara Salvatrucha e Barrio 18 (Ovallos, 2015, p. 76). Esse movimento de combate às *maras* também foi marcado pela decisão de 2015 da Sala Constitucional da Suprema Corte de Justiça de El Salvador que afirmou o caráter terrorista das *maras*, categorizando essas organizações como grupos terroristas (CSJ, 2015).

Contudo, em meio a essa bricolagem de práticas de segurança associadas a agências autoritárias, militarizadas e a um entendimento das *maras* como “inimigos da ordem pública”, emerge em 2012 a trégua entre as *pandillas*. Seguindo os argumentos de Bruno Latour de que as novidades “nos obrigam a reformular nossas concepções daquilo que estava sendo associado” (Latour, 2012, p. 23) e, portanto, nos impele a “seguir os atores” (Latour, 2012, p. 31), este trabalho busca justamente investigar esse novo processo de organizar uma trégua e as associações que o sustentam, focando, especialmente nos números de homicídio, uma vez que eles agem organizando os marcos temporais de começo e fim do processo, o cumprimento e o não cumprimento dos acordos da trégua e, inclusive, seu sucesso e fracasso.

1.5. Controvérsias do processo de negociação da trégua

Considerando as especificidades do processo de negociação entre as *maras*, ele será tratado nessa dissertação a partir dos seus pontos de controvérsia. Contudo, é importante ressaltar que adotar essa forma de organização argumentativa não é o mesmo que afirmar a existência de uma única forma de organizar as práticas associadas à trégua.

Retomando os pontos de controvérsia do processo, gostaria de começar apresentando a primeira delas, que trata da maneira de organizar o começo da trégua. Em termos cronológicos, a trégua teria iniciado em 2012 (Amaya & Martínez, 2016; Valencia, 2015; Sanz & Martínez, 2012; Unidad de

Investigación, 2013), tendo seu início refletido na queda de homicídios naquele ano, saindo da média de 354 homicídios por mês antes da trégua, para 218 homicídios após a trégua, uma queda de mais de 100 homicídios por mês (Katz & Amaya, 2015). Contudo, também é possível entender a trégua e seu começo no rastro de um processo histórico marcado por outras negociações ou, pelo menos, por tentativas de negociações entre as Pandillas (Blackwell, 2015; Sanz, 2013;).

O segundo ponto trata do final da trégua. Há versões que apontam o ano de 2013 como o marco do final do processo, com a retirada de peças-chaves da negociação e aumento no número de homicídios após um período com significativa queda nesse indicador. Em julho de 2013 o número de registros de homicídio teria voltado a aumentar, saindo de 186 casos em junho, para 253 ocorrências em julho, segundo informações do Instituto de Medicina Legal de El Salvador (Carballo, 2015, p.7; Efrán, 2014; Tager & Umaña, 2013, p.16). Em contrapartida, há vozes que estabilizam o final da trégua no ano de 2015, com a chegada de Sánchez Cerén à presidência do país e sua afirmação de que não continuaria com o processo (Nodal, 2014).

A terceira controvérsia abarca o cumprimento dos acordos da trégua por parte das pandillas. Por um lado, esses grupos usavam as estatísticas de homicídio para “comprovar” e mostrar como estavam respeitando o que foi acordado. Por outro lado, outras vozes buscam ressaltar como a trégua não estaria sendo respeitada, como traduzido pelos números de desaparecidos, que teriam aumentado durante o processo de negociação entre as pandillas (Cruz & Durín-Martínez, 2016; Monche, 2014).

A quarta tensão aqui trabalhada trata das argumentações sobre o sucesso da trégua e também das argumentações contrárias à negociação, apontando para o fracasso que teria sido o processo. Para o sucesso da trégua, os números são importantes porque eles seriam capazes de garantir uma visualização da diminuição dos números de homicídio. Como vimos anteriormente, uma mudança de 354 homicídios por mês antes da trégua, para 218 homicídios após a trégua, um decréscimo de mais de 100 homicídios por mês (Katz & Amaya, 2015). Contudo, aqueles que se opõem ao processo, focam em como o aumento no número de homicídios sinalizaria uma instabilidade e possível ruína da trégua (Valencia, 2015; Wilkinson, 2015; Katz & Amaya, 2015; Monche, 2014; Zlatica, 2014; Amaya & Martínez, 2016).

Dessa forma, vemos como a trégua pode ser pensada a partir dessas controvérsias do processo. Nesse sentido, como foi mostrado, os números estão presentes tomando lado e organizando tréguas diferentes, algumas bem-sucedidas e já terminadas e outras, por exemplo, fracassadas e desrespeitadas. Assim, para vermos quem atua nessas controvérsias e como são estabilizadas as relações que trazem essas organizações da trégua à vida, pode ser pertinente recuperar certos elementos conceituais e metodológicos. Nesse sentido, junto a um corpo de teorias e métodos, busco entender a trégua e suas dinâmicas a partir da preocupação com os números de homicídio e suas agências.

1.6. Teorias e métodos

Algo que saltou aos meus olhos ao longo da pesquisa sobre a trégua é a atuação das estatísticas de assassinato. Como afirmei anteriormente, esses números são atores da trégua, uma vez que participam da organização de certos marcos do processo, como seu final e seu sucesso. Contudo, a pergunta que fica é: Como entender a atuação desses números? Para começarmos a articular uma resposta, um caminho possível pode ser aquele atento para os processos de agenciamento, simetria generalizada, territorialização e desterritorialização, tradução, inscrição e encenação.

1.6.1 Agenciamentos e *Assemblages*

Uma forma de abordar a atuação de elementos materiais, assim como os números, é por meio da filosofia de Deleuze e Guatarri, que chamaremos de D&G por motivos de simplificação. A ideia dos agenciamentos, como vista em *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, pode ser uma forte aliada no exercício de buscar compreender a agência dos números. Nessa obra, o conceito de agenciamento, do inglês *assemblage* e do francês *agencement*, é definido como o “ato ou efeito de reunir diferentes partes e formar um novo objeto” (Deleuze & Guatarri, 1995).

Assim, os números podem ser entendidos como um efeito de vários atores diferentes, como médicos, programas de computador e protocolos, que quando juntos, organizam uma estatística de homicídio.

1.6.2 Simetria Generalizada

O princípio da simetria generalizada, como empregado por Callon (p. 200, 1984) trata de compreender a natureza e a sociedade de maneiras semelhantes, sem atribuir hierarquias entre esses dois elementos e atentando para como a materialidade e a natureza são relacionais ou seja, como suas propriedades e efeitos existem na medida em que esses dois elementos interagem com outros atores. Dessa forma, eles se tornam tão relevantes para explicações e produção de conhecimento quanto os humanos.

Essa ideia nos impele a entender como materiais são efeitos relacionais e como a estabilidade de certas organizações do social também estão relacionadas à essa materialidade (Law & Mol, 1995, p. 277). Isso me leva a pensar em como a relacionalidade da trégua poderia estar associada a esses atores materiais, como os números de homicídio.

1.6.3 Territorialização e Desterritorialização

Nesse processo, a morte encontrada na cena do crime, por exemplo, é examinada e tem suas características transpostas para um protocolo, o mesmo acontece durante a autópsia, quando a causa da morte e suas condições são deslocadas para outros documentos, criando rastros burocráticos. Como veremos com o exemplo da vespa e a orquídea, nesses documentos e protocolos a morte é territorializada e fixada por meio do preenchimento dos campos.

Contudo, por estar fixada, ela se torna móvel e pode ir para outros lugares. Olhando para a estatística de homicídio, esse movimento pode ser percebido na medida em que esse algarismo tranca a morte em um formato numérico e também garante a capacidade dela ser móvel e transportável, no caso das estatísticas disponíveis no próprio site do governo de El Salvador. Assim, ao mesmo tempo em que a morte é territorializada, ela também é desterritorializada.

Mas ainda é preciso olhar com mais atenção para o movimento que cria a equivalência e traduz uma morte e um número, do contrário, poderia não haver estatísticas de homicídio.

1.6.4 Tradução

O conceito de “tradução”, como trabalho nessa dissertação, remete à obra de Callon de 1999 chamada *Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieue Bay* Nesse trabalho, o autor divide o processo de tradução em quatro momentos: a) problematização e a definição de pontos de passagem obrigatória; b) criação de interesse (da palavra em francês *interéssement*); c) alistamento (da palavra em inglês *enrollment*) e; d) mobilização.

O primeiro momento trata da definição de pontos obrigatórios de passagem. Esse processo trata, antes de mais nada, da formação de movimentos, caminhos e alianças que precisam ser formadas e aceitas para que determinada organização exista. O segundo momento da tradução, por sua vez, trata dos aparatos que criam interesse ou, como utilizado por Callon, aparatos de *interéssement*. Esses aparatos são tratados como os responsáveis por trancarem as identidades dos atores em determinadas posições e determinados lugares. Durante o processo de problematização, é necessário que todas as entidades atuem como o esperado (Callon, 1999, p.71). Por exemplo, há a necessidade de que o computador atue da maneira esperada para subir o número de homicídios no site, logo, existe uma ampla rede de atores agindo para garantir isso, desde o estabilizador do computador até a atualização do software do navegador. Já no terceiro momento, notamos que Callon trata do processo de alistamento, ou, como usado no original, *enrollment*. Como vimos anteriormente, é necessária a participação de instrumentos capazes de garantir que certos atores atuem como o esperado. Assim, quando esse processo de manter interesse e fixar determinadas maneiras de agir funciona, e é bem sucedido, temos um processo de alistamento (Callon, 1999, p. 74 e 75). Por último, o quarto momento trata da mobilização dos aliados e os chamados porta-vozes. Aqui, assim como na obra de Callon (1999, p.76 – 78), trataremos da mobilização de aliados e os métodos usados pelos atores para garantir que determinados porta-vozes consigam representar os elementos

supostos inicialmente. Com isso, argumento que os números não falam sozinhos, assim, é necessário uma cadeia de intermediários e porta-vozes para falarem com esses números.

Dessa forma, quando os pré-requisitos da tradução são correspondidos, eles transformam assassinatos em números, que por sua vez, são entendidos como inscrições numéricas dos homicídios cometidos no país.

1.6.5 Inscrições

Para Latour e Woolgar (1986), as inscrições são atores preocupados com a transformação de matéria de um estado para o outro, por exemplo, quando uma “matéria é transformada em documentos escritos”. Para os autores, é nesse momento em que o conhecimento se torna utilizável (Latour & Woolgar, 1986, p. 51). Cada aparelho de inscrição compreende uma combinação particular de máquinas, pedaços e aparatos (Latour & Woolgar, 1986, p. 58). O trabalho das inscrições passa a estar associado à crença de que elas possuem uma relação direta com alguma “substância original” (Latour & Woolgar, 1986, p. 51). Portanto, um diagrama ou no caso da trégua, um número de homicídio, acaba por representar uma certa “substância original”.

No caso da trégua entre as *pandillas*, os números são inscrições que organizam as múltiplas versões desse processo, como sua variante bem-sucedida e sua versão com começo e final estabelecidos. Sem as práticas de transpor informações vistas na cena do crime ou no cadáver para uma folha de papel e para uma base de dados no computador, sem esses traços, talvez não houvesse uma estatística para agir na trégua

Assim, quando os números agem ele trazem a trégua à vida. Esse é seu poder. Esse processo pode ser entendido de mais de uma maneira, alguns chamam de performance, outros chamam de construção. Nessa dissertação, trataremos como encenação.

1.6.6 Encenação

O conceito de encenação remete à Annemarie Mol (2002, p. 32 e 33) e à maneira da autora utilizar o termo em inglês *enact*, sugerindo que as atividades acontecem e são encenadas, deixando, entretanto, os atores vagos. Assim, certas

organizações do social ou de certos objetos são encenadas a partir de inúmeras práticas. Por exemplo, é possível falar de vírus da gripe sem que esse ator seja antes encenado? O que procuro sublinhar com essa pergunta é toda uma rede de atores que transformam esse vírus em algo visível, tangível e acessível, como o microscópio que amplia as estruturas virais, o cientista que olha por esse aparelho, o desconforto e cansaço acusado pelas pessoas infectadas e outros agentes envolvidos nesse processo. Assim, o vírus passa a existir como o efeito dessa ampla rede de atores e práticas que o encenam.

Esse processo trata da capacidade de agência. Quando os atores agem em conjunto, eles organizam e dão vida a certos elementos da sociedade. Os atores, como os números de homicídio, passam a encenar diversas organizações do social. Contudo, é importante também levar em conta que a agência é uma via de mão-dupla, dessa forma, da mesma maneira que determinados atores encenam e organizam certas coisas, eles também são organizados e encenados por e através dessas ações. Isso evidencia a importância de se dedicar a estudar a questão da atuação dos atores e as maneiras pelas quais esses agentes encenam determinadas organizações (Law, 2009).

Dessa forma, o que procuro contar nessa linhas é uma outra história sobre a trégua de El Salvador. Nesse processo, busco salientar associações e a atuação de números, atores e práticas pouco exploradas por eixos mais tradicionais de análise desse evento.

1.7. Os números na trégua

Para pensarmos nos números de homicídio, acredito que uma forma de desempenhar tal esforço analítico seja por meio do foco em alguns elementos e práticas específicas. Entre eles, cabe mencionar a estipulação de pontos obrigatórios de passagem para a existência da estatística de homicídio, os aparatos de geração de interesse, o alistamento dos atores e as associações a porta-vozes, conceitos brevemente explicados acima. Essa rede transforma homicídios em estatísticas. Dessa forma, busco seguir a tradução e inscrição de assassinatos em algarismos, atentando para a transformação de mortes em traços e de protocolos

em algarismo, participando na representação do total de homicídios ocorridos no país em dado tempo.

Nesse processo, atores são definidos como necessários para a estatística, estabelecem maneiras de agir e organizam identidades, buscando assegurar que os números consigam representar adequadamente cadáveres e mortes. Quando as condições de uma tradução e de uma estatísticas de homicídio são atendidas, as diferenças entre as mortes são apagadas e dão lugar à quantidade de mortes. Assim, em um formato numérico, a morte se torna móvel e combinável.

Com esse aparato teórico e metodológico, procuro olhar para um local participante da vida das estatísticas de homicídio: O Instituto de Medicina Legal Dr. Roberto Mesferrer, sediado em El Salvador. Esse é um dos lugares onde assassinatos e mortes se transformam em números por meio de uma série de práticas, como exames, autópsias e preenchimentos de protocolos. Assim, veremos como um homicídio passa a ser feito a partir, por exemplo, de telefones, motoristas e auxiliares de autópsia.

Em um movimento similar, procuro mostrar, também, como é feita a relação entre um homicídio e uma estatística. No caso aqui trabalhado, irei ilustrar como não é necessário apenas o saber médico para organizar o assassinato estatístico, é preciso saber ler as informações escritas nos protocolos e saber para onde transpor esses dados. Nesse instante, o computador se torna um ator a ser lembrado, porque ele é parte integrante do processo de digitar as informações protocolares no EPI-INFO, o programa usado pelo Departamento de Estatística para reunir as informações presentes na base de dados sobre os homicídios. Quando essas informações são corretamente transpostas para a base de dados, o homicídio se torna móvel e passível de associação a assassinatos perpetrados em outros tempos e lugares e, assim, encena a vida de uma estatística mensal de homicídio. Desse modo, falar da trégua como um sucesso, por exemplo, se torna uma ação afetada por e associada a computadores, campos a serem preenchidos e programas de computador.

Contudo, a tarefa de acessar a base de dados e, a partir dela, extrair as informações sobre os homicídios e construir estatísticas, é uma tarefa que evoca práticas e atores que fogem de imagens já estabilizadas do processo e que atuam encenando o sucesso, fracasso, fim, começo e o cumprimento dos acordos. Isso significa que dependendo de como a autópsia for realizada, o protocolo for

preenchido, as informações transpostas para o EPI-INFO e a estatística construída, pode existir ou não trégua entre as *pandillas* de El Salvador. Logo, só é possível pensar nessas encenações e no próprio cumprimento dos acordos da trégua porque existem redes, agenciamentos e *assemblages* constantemente postas em ação para assegurar a equivalência entre números e assassinatos.

Com isso, espero ilustrar como um assassinato passa por uma cadeia de produção e depuração focada em analisar cientificamente a morte. Nesse processo, formam-se movimentos, caminhos e alianças que precisam ser estabilizadas e aceitas para que os números existam (Callon, 1999, p. 70). Fazendo isso, esses números passam a encenar versões da trégua. Assim, procuro deslocar a produção de conhecimento sobre a trégua e propor outras formas de se entender esse fenômeno. Nesse movimento, os médicos forenses que precisam definir a causa e o tipo da morte, os auxiliares que precisam preencher os trâmites burocráticos e o programa da base de dados que precisa armazenar as informações dos protocolos e compilar os dados estatísticos como demandado se tornam tão importantes quanto, por exemplo, os mediadores do processo.

1.8. Considerações finais

Apresentado meu repositório de métodos e os conceitos que me acompanham nesse trabalho, quem está lendo pode se perguntar da importância de atentar para essa nomenclatura e para esses termos. Para mim, a relevância de olhar para a trégua junto desses conceitos e dessa gramática está associada à tentativa de pensar no processo a partir de elementos sub-analisados por uma parte da literatura da trégua. Citando alguns exemplos da bibliografia, existem trabalhos focados nos aspectos chamados de “práticos”, como os níveis de negociação, a redução nos assassinatos e os recursos destinados para a trégua, (Amaya & Martínez, 2016; Efrán, 2014) ou inclusive textos focados na discussão se a trégua teria sido o primeiro passo de um "processo de pacificação maior"², sendo a queda de homicídio o primeiro sinal da sedimentação das "bases para um processo de paz" (Carballo, 2015, p.4). Portanto, busco me afastar dessa forma de criar conhecimento que entende os números como algo dado e me aproximar de obras

² Informação obtida por meio de entrevista no dia 23/08/2017 com ex-funcionário da OEA e participante dos processos de negociação da trégua.

que me permitem questionar esses atores que atuam como pilares de sustentação para o começo, final, sucesso, fracasso e cumprimento dos acordos da trégua. Olhar para o que é automaticamente aceito e tratado como não-problematizável e não-problemático é uma escolha que norteia esse estudo. Nesse sentido, acredito que se combinarmos o cuidado e a atenção com as associações e materialidade à trégua, estaríamos sugerindo uma outra possibilidade analítica para esse tema. Procuo então expandir a compreensão do processo e também sugerir outras formas de construir conhecimento sobre negociações entre atores violentos. Ao fazer isso, espero contribuir com o diálogo entre disciplinas atentas para negociações e processos de diálogos entre grupos beligerantes, como as áreas dos estudos de paz e mediação de conflitos, e trabalhos teóricos preocupados com a agência dos atores não-humanos.

2. A trégua

2.1. Introdução

Escrever sobre a trégua entre as Pandillas de El Salvador não é uma tarefa fácil. Essa dificuldade é notada quando tentamos construir um texto mais linear, partindo do início do evento e desenvolvendo o trabalho a partir desse ponto. Eu atribuo essa dificuldade à toda sorte de controversas, especulações e polêmicas que pairam sobre esse evento e que, muitas vezes, nos levam para os mais variados caminhos argumentativos.

Mas, como é necessário iniciar, escolho começar a dissertar sobre a trégua a partir do meu primeiro contato com este evento, no ano de 2014. Nessa época, eu integrava um projeto de pesquisa focado, entre outras coisas, na atuação de organizações internacionais. Contudo, sempre fui interessado pelas violências vivenciadas na América Latina. Assim, resolvi buscar trabalhos e textos que tratassem da atuação de organizações internacionais dentro dessa temática e nessa região. Dentre o material levantado, o que mais me chamou atenção foi uma notícia publicada com o seguinte título: “*Pandillas salvadoreñas entregan armas como parte de una trégua*” (Univision, 2013).

A matéria tratava de uma ação ocorrida dentro do “marco de uma "trégua" que teria baixado os homicídios em El Salvador, [onde] seis *pandillas* salvadorenhas entregaram às autoridades, através da Organização dos Estados Americanos (OEA), 154 armas e artefatos explosivos”¹ (Univision, 2013). Mesmo tratando de uma ação pontual dentro do panorama mais complexo da trégua, que será apresentada mais detalhadamente à frente, me saltou aos olhos essa forma de lidar com grupos criminosos, principalmente no nosso entorno regional, onde, na maioria das vezes, a resposta para grupamentos desse tipo passa pelo direito penal e pela utilização de força policial.

A partir dessa notícia foi despertado meu interesse para o tema. Assim, na medida que ia pesquisando sobre esse evento e me aprofundando nos acontecimentos, fui me deparando com certas tensões e nuances do processo que o tornavam extremamente intrigante, como os comunicados das *pandillas* e a grande queda nos números de homicídio atribuída à trégua. Desse modo, por se

tratar de um processo tão distinto, ele será tratado nesse capítulo justamente a partir dos seus pontos de controvérsia. Contudo, é importante ressaltar que adotar essa forma de organização argumentativa não é o mesmo que afirmar a existência de uma única forma de organizar as práticas associadas à trégua.

Retomando os pontos de controvérsia do processo, gostaria de começar apresentando o primeiro deles, que trata da maneira de organizar o começo da trégua. Para alguns, a trégua teria iniciado em 2012, tendo seu início refletido na queda de homicídios naquele ano, saindo da média de 354 homicídios por mês antes da trégua, para 218 homicídios após a trégua, uma queda de mais de 100 homicídios por mês (Amaya & Martínez, 2016; Valencia, 2015; Sanz & Martínez, 2012; Unidad de Investigación, 2013; Katz & Amaya, 2015).

Contudo, também é possível entender o começo da trégua no rastro de um processo histórico marcado por outras negociações ou, pelo menos, por tentativas de negociações entre as Pandillas (Blackwell, 2015; Sanz, 2013;), como aquela responsável por originar a organização não-governamental *Homies Unidos*, fundada em 1996 por meio de um cessar-fogo entre 22 membros dos grupos *Mara Salvatrucha* e *Barrio 18* (Zilberg, 2011, p. 37). Assim, a demarcação do ano de 2012 como o início da trégua acaba por silenciar e apagar da história essas tentativas anteriores de dialogar e negociar com as *pandillas*. Dessa forma, o começo em 2012 passa a ser questionado e entendido como uma tensão do processo. Semelhante à esse ponto de disputa, acredito que existam outras 3 controvérsias no processo, a seguir veremos a segunda desse grupo.

Tratando do final da trégua, há versões que apontam o ano de 2013 como o marco do final do processo, com a retirada de peças-chaves da negociação e aumento no número de homicídios após um período com significativa queda nesse indicador. Em julho de 2013 o número de registros de homicídio teria voltado a aumentar, saindo de 186 casos em junho, para 253 ocorrências em julho, segundo informações do Instituto de Medicina Legal de El Salvador (Carballo, 2015, p.7; Efrán, 2014; Tager & Umaña, 2013, p.16).

Em contrapartida, há vozes que estabilizam o final da trégua no ano de 2015, com a chegada de Sánchez Cerén à presidência do país e sua afirmação de que não continuaria com o processo (Nodal, 2014). Contudo, como veremos mais à frente, até mesmo a determinação de uma data para o final da trégua é uma tarefa difícil, visto que ainda em 2017 existem uma série de práticas atreladas aos

acontecimentos de 2012 da trégua. Por exemplo, em 2016, Douglas Meléndez, Procurador-Geral de El Salvador, emitiu 21 mandatos de prisão para pessoas envolvidas com o processo da trégua, incluindo negociadores, policiais e membros da sociedade civil associados ao processo. A ordem resultou na prisão de 18 pessoas e 3 funcionários do governo com mandatos de busca e apreensão (García, 2017). Assim, notamos como os finais da trégua também são pontos de tensão.

A terceira controvérsia, por sua vez, abarca o cumprimento dos acordos da trégua por parte das *pandillas*. Por um lado, esses grupos usavam as estatísticas de homicídio para “comprovar” e mostrar como estavam respeitando o que foi acordado (Pandillas, 2014a). Por outro lado, outras vezes buscam ressaltar como a trégua não estaria sendo respeitada, como traduzido pelos números de desaparecidos, que teriam aumentado durante o processo de negociação entre as *pandillas*. No ano de 2012, o total de desaparecidos, segundo fontes da Polícia Nacional Civil de El Salvador, foi de 545, em contrapartida, em 2013, esse número teria totalizado em 1.070 vítimas de desaparecimento no país (Cruz & Durín-Martínez, 2016; Monche, 2014).

Por último, a quarta controvérsia aqui trabalhada trata das argumentações sobre o sucesso da trégua e também das argumentações contrárias à negociação, apontando para o suposto fracasso do processo. Para o sucesso da trégua, os números são importantes porque eles seriam capazes de garantir uma visualização da diminuição dos números de homicídio. Como vimos anteriormente, uma mudança de 354 homicídios por mês antes da trégua, para 218 homicídios após a trégua, um decréscimo de mais de 100 homicídios por mês (Katz & Amaya, 2015). Contudo, aqueles que se opõem ao processo, focam em como o aumento no número de homicídios sinalizaria uma instabilidade e possível ruína da trégua (Valencia, 2015; Wilkinson, 2015; Katz & Amaya, 2015; Monche, 2014; Zlatica, 2014; Amaya & Martínez, 2016).

Assim, percebemos como essas controvérsias do processo tratam de estipular marcos temporais de começo e fim, organizar o cumprimento e descumprimento dos acordos e também estabilizar o sucesso e fracasso da trégua. Veremos agora quais atores atuam nessas controvérsias e como são estabilizadas as relações que trazem essas tréguas à vida.

2.2. Os inícios da trégua

Nessa sessão mostrarei alguns possíveis inícios da trégua de El Salvador. Nas próximas duas subseções veremos como o começo desse processo em 2012 é articulado por meio dos números de homicídio e como essa data pode ser desestabilizada quando olhamos para algumas histórias de outras tréguas entre *pandillas* anteriores à 2012, mostrando mais de uma possibilidade de estabilização da origem do processo.

2.2.1. O começo de 2012

Na manhã do dia 9 de março de 2012, cinco dias antes do jornal *El Faro* publicar a notícia responsável por escancarar a trégua, *El Muchacho* recebeu uma chamada em seu celular originada da prisão *Ciudad Barrios*. A ligação tinha o objetivo de informa-lo sobre as novas diretrizes da *Mara Salvatrucha*, que tinha decidido por “*calmarse*” e proibir execuções e extorsões (Martínez *et all*, 2012).

Essa ordem foi divulgada pela reportagem “*Gobierno negoció con pandillas reducción de homicídios*” no dia 14 de março de 2012, pelo jornal citado anteriormente (Martínez *et all*, 2012). Nessa matéria foi noticiada a transferência de 30 líderes da *Mara Salvatrucha* e do *Barrio 18* da prisão de segurança máxima de *Zacatecoluca* para outros presídios com menor nível de segurança. Ainda segundo a notícia, o governo teria transferido os líderes das *maras* para presídios com menor nível de segurança em troca de um cessar fogo entre ambas as *Pandillas* (Martínez *et all*, 2012). Para aqueles que acreditam no ano de 2012 como o marco inicial da trégua, esse episódio é considerado um divisor de águas, contudo haviam mais incertezas sobre o processo do que certezas.

Após essa notícia, imperou-se um período de dúvida sobre o que estava sendo articulado com as *maras*, até que no dia 20 de março de 2012, o Bispo Militar Monsenhor Fabio Colindres e o ex-deputado e ex-combatente da Frente Farabundo Martín de Libertação Nacional (FMLN), Raul Mijango, decidiram realizar uma coletiva de imprensa, confirmando a existência de processo de

negociação, algo já especulado por certos atores. Neste evento ambos se apresentaram como os mediadores do processo entre as pandillas Mara Salvatrucha e Barrio 18 (Unidad de Investigación, 2013, p. 6).

Dois dias após o anúncio coletivo, Raul Mijango procurou os veículos da mídia salvadorenha e divulgou um comunicado conjunto escrito pelos porta-vozes das *maras* envolvidas no “processo de pacificação” (Unidad de Investigación, p. 27, 2013). Neste documento, as *pandillas* afirmavam terem passado por um processo de reflexão que teria resultado em um cessar fogo, na suspensão de agressões contra outros grupos e em um acordo responsável por proibir ações contra integrantes das forças armadas e da Polícia Nacional Civil (PNC). Contudo, toda essa encenação de um acordo e de uma trégua foi negada, uma vez que o Presidente do país foi à público desmentir a existência de qualquer diálogo com a participação do governo, gerando desconforto e alimentando a controvérsia em torno do começo do processo (Zelaya, 2015). Assim, notamos como esse começo da trégua era disputado por atores afirmando a existência do processo e outros afirmando que o mesmo não existe.

Entretanto, em meio a esse período de dúvidas quanto à existência de um acordo, são divulgados os números de homicídio de março e eles mostram a redução no número de mortes, certificando, dessa maneira, que o processo teria “realmente” começado. Dessa forma, a dúvida quanto a existência e início de uma trégua acabando sendo eliminada com a participação dos números levando razão, verdade e precisão por onde passam. Nesse sentido, os números fazem esse começo e se tornam atores na organização dessa fase da trégua, sem eles, o início não teria o carimbo de verdade e seria nebuloso.

Contudo, seria autoritarismo e pretensão minha tratar apenas de um começo do processo. Existe mais de uma forma de organizar esse início da trégua e é importante tê-los em mente para entendermos outras formas de encarar o processo da trégua, agora veremos essas maneiras alternativas de pensar nos começos da trégua.

2.2.2. Outros começos possíveis no tempo

Buscando historicizar a trégua, notamos uma certa desarticulação do ano de 2012 como um marco-zero do início do processo. Por exemplo, os líderes das *maras* afirmam que durante o governo do Presidente Antonio Saca, de 2004 a 2009, ocorreram uma série de tentativas de produção de um acordo entre as *pandillas*. Esse acordo deveria ser capaz de reduzir as ocorrências de homicídios no país e desenvolver um plano integrado de prevenção à violência (Van der Borgh & Savenije, 2014, p.159). Curioso apontar que assim como a negociação de 2012, esses diálogos também contaram com a participação de figuras da Igreja Católica, como o padre Antonio Rodríguez López, responsável por tentativas preliminares de negociação entre as *pandillas* (Sanz, 2013; Blackwell, 2015, p. 160).

Outro exemplo de diálogo com esses grupos anteriores a 2012 é o projeto chamado *Mezas de Esperanza*. Criadas em 2010, as *Mezas* eram compostas por representantes dos privados de liberdade, por diretores dos centros penitenciários, pela Unidade de Direitos Humanos, pela Procuradoria-Geral de El Salvador e pela Subdivisão de Assuntos Jurídicos. Elas tinham como objetivo criar um espaço de interação entre a direção das prisões, os internos e suas famílias. Dessa forma, buscava-se gerar um espaço relacional capaz de possibilitar o diálogo entre as partes e garantir que esses atores conseguissem transmitir suas necessidades. Assim, notamos como a prática de diálogo e negociação com os membros das *pandillas* não foi necessariamente inaugurada em 2012 (El Salvador, 2011).

Além disso, outro elemento importante de ser lembrado é que essa não é a primeira vez que *pandillas* participam de um “acordo de paz” (Zilberg, 2011, p.37). Em São Salvador, no mês de novembro de 1996, um grupo de 22 membros dos grupos *Mara Salvatrucha* e do *Barrio 18* se juntaram e pactuaram um armistício entre eles, estabelecendo um compromisso de não-agressão. Cabe salientar que dessa decisão emergiu uma organização não-governamental disposta a atuar no aspecto da prevenção à violência: a *Homies Unidos*, atuante até os dias de hoje e responsável por uma série de projetos em El Salvador e nos Estados Unidos (Zilberg, 2011, p.37).

Nos meses posteriores a esses acontecimentos, a trégua foi se complexificando e contando com a participação de mais atores. Em maio, Monsenhor Colindres visitou a sede da OEA e apresentou detalhes do que estava ocorrendo entre as *pandillas* de El Salvador. Quem também realizou viagens em

função da trégua foi o então secretário-geral da OEA, José Miguel Insulza, que, acompanhado do secretário de segurança multidimensional à época, Adam Blackwell, visitou São Salvador. Nessa visita, Insulza recebeu um documento com uma série de demandas a serem cumpridas para a vigência da trégua. Entre as reivindicações, cabe salientar a requisição pelo fim das leis anti-pandillas e a eliminação dos dispositivos legais salvadorenhos que privam os membros das *pandillas* do usufruto de certos direitos dentro do sistema carcerário, como banho de sol (Lüers, 2012; Sanz & Martínez, 2012).

Além disso, também é necessário levar em conta o papel das mães e das mulheres dos *pandilleros* para a estabilização da trégua. Segundo Adam Blackwell (2015, p. 128), a participação dessas mulheres foi importante para o andamento do processo, porque elas foram as responsáveis por convencerem os membros das gangues de que a perpetuação da violência e das disputas seria insustentável para todos. Logo, notamos uma série de outras práticas de negociação e diálogo envolvendo as *pandillas* antes mesmo de 2012.

Assim, olhando para trás e mostrando as incertezas e as disputas associadas ao início do processo, notamos como a ação de determinar categoricamente o ano de 2012 como o marco inicial da trégua seria uma afirmação muito mais difícil de ser feita sem os números de homicídio, uma vez que esses atores são entendidos como a representação fiel da quantidade de assassinatos ocorridos no país em determinado mês e o retrato exato do panorama de violência vivenciado em El Salvador. Dessa forma, os números tratam de trazer certeza, precisão e determinar de uma vez por todas o começo do processo e definir um ponto de origem para um evento inserido em uma linha do tempo que, como afirmado por Blackwell (p. 2015, 162), ainda “é até hoje um motivo de disputa”. Contudo, como veremos a seguir, não é só o início do processo que é fonte de tensões, o próprio “final” da trégua ainda está em aberto.

2.3. Os finais da trégua

Assim como no começo do processo, também notamos uma controvérsia quanto ao final da trégua. Em entrevista com um dos jornalistas do jornal *El Faro*, me foi informado que seria possível pensar em, pelo menos, "dois finais

possíveis" para a trégua. O primeiro final seria o de 2013 e o outro final seria o de 2015. Em contrapartida a esses dois possíveis finais, há também argumentos de que a fase "pós-trégua ainda não teria sido completada" (Amaya & Martínez, 2016), indicando que o final do processo continua em aberto. Esses argumentos resumem muito bem as tensões que orbitam ao redor do final da trégua, como veremos a seguir.

2.3.1. O final de 2013

Para colocar o ano de 2013 como o final da trégua, é necessário articular certos elementos. Primeiramente, é importante recuperar os números de homicídios. Para uma série de autores, como William Carballo (2015, p.7), Ana Tager e Isabel Umaña (2013, p. 16), o primeiro sinal de debilidade dado pelo processo foi o aumento do número de homicídios. Após um período com significativa queda nesse indicador, em julho de 2013 o número de registros de homicídio teria voltado a aumentar, saindo de 186 casos em junho, para 253 ocorrências em julho, segundo informações do Instituto de Medicina Legal de El Salvador. Dessa forma, esse aumento no número de mortes intencionais indicaria que o acordo estaria ruindo e que as mortes voltaram a figurar como o meio de resolução de desavenças entre as *pandillas* (Carballo, 2015; Efrán, 2014).

Outra questão que tem que ser recuperada para sustentarmos o final da trégua em 2013 é a movimentação de certos atores políticos em El Salvador. Em maio de 2013, a Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça de El Salvador considerou a nomeação do General Davida Munguía Payés como Ministro de Justiça e Segurança Pública uma decisão inconstitucional. A postura da Corte estava baseada em uma decisão dos acordos de paz da Guerra Civil de El Salvador que proibia militares de ocuparem postos em áreas relacionadas à segurança pública no país (Sala Constitucional da Corte Suprema de Justiça, 2013). Após essa decisão, quem assumiu o posto foi Ricardo Perdomo. A mudança de ministros é considerada por muitos como “um dos motivos que teriam levado a um engessamento do processo de paz” (Cruz & Martinez, 2016, p.11; Tager & Umaña, 2013).

Mas além de Munguía Payés, Francisco Salina, então diretor da polícia salvadorenha, e Nelson Rauda, ex-diretor geral das prisões, também foram destituídos de seus cargos. Dessa forma, com a saída de certos atores entendidos como vitais para o processo, acredita-se que a trégua não tenha conseguido sobreviver sem a atuação desses agentes (Tager & Umaña, 2013). Somando a essa troca de postos, também pode ser instrumentalizado para sustentar 2013 como o final da trégua o lançamento, em fevereiro do ano citado, de uma unidade policial anti-pandilla. Esse último elemento, pode ser lido como o governo desistindo da via do diálogo no tratamento das *pandillas* e escolhendo a via do enfrentamento para lidar com essa questão, recuperando o aspecto da militarização e enfrentamento direto contra esses grupos (Sanz, 2013).

Dessa forma, em meio à disputas quanto ao final da trégua, percebemos duas coisas. A primeira delas é como os números atuam, mais uma vez, na estipulação de marcos temporais do processo por meio da organização do final e, dessa forma, da linearidade da trégua com um começo e um fim traduzidos, respectivamente, em uma queda e um aumento no número de mortes no país. Mas, apesar da força dos números, notamos uma segunda dinâmica, que é atuação conjunta dos números com outros atores e práticas na formação desse final, como os policiais e as armas da unidade anti-pandilla e certos atores governamentais. Contudo esse não é o único final possível para esse evento, também podemos pensar em outras organizações dessa fase da trégua, organizações que questionam, inclusive, o próprio final do processo.

2.3.2. Outros finais possíveis

Para aqueles que acreditam em 2015 como o marco do fim da trégua, argumenta-se que os acontecimentos de 2013 foram apenas os primeiros sinais do esgotamento do processo e não o fim da trégua propriamente dito. Desse modo, a trégua, que teria começado em 2012, chegaria a um fim apenas em 2015. Nessa maneira de tratar a trégua, alguns elementos precisam ser organizados de forma que seja possível sustentar o fim do processo em 2015. Entre esses elementos, é importante mencionar a chegada de Sánchez Cerén ao cargo da presidência do país em 2014 (Monche, 2014). Durante à campanha eleitoral de 2013, Cerén

negou a negociação do governo com as *pandillas* e ainda baseou sua campanha em promessas de *Mano Dura* e na demonização das *Maras* (García, 2016). Complementando essa postura, em um dos seus primeiros discursos como presidente, o mesmo afirmou que "não podemos voltar ao esquema de compreensão e negociação com gangues, porque isso está fora da lei. Os *pandilleros* se colocaram fora da lei e, portanto, nossa obrigação é persegui-los, castigá-los e deixar que a justiça determine as penalidades que lhes correspondem " (AFP & Valencia, 2015).

Essa postura foi seguida por uma série de políticas públicas focadas no combate direto às *Maras*. Em janeiro de 2015, o governo ordenou que os líderes das *pandillas*, que tinham sido transferidos em 2012 para prisões com estruturas de segurança menos robustas, voltassem para as prisões de segurança máxima. Além disso, nesse mesmo momento, o diretor da PNC, Mauricio Landaverde, afirmou que "todos os membros da PNC que tivessem que usar armas contra criminosos devido ao seu trabalho como oficiais, devem fazê-lo com total confiança. A PNC e o governo os protegerão" (Olson & Hyde, 2015). Assim, aumentaram no país os relatos de mortes extrajudiciais e execuções sumárias perpetradas pela polícia e pelo exército (Valencia, 2016). Dessa forma, para aqueles que entendem o ano de 2015 como o marco final da trégua, foi justamente esse processo de remilitarização e aumento no número de homicídios que indicam a derrocada do projeto

Contudo, ainda é possível argumentar que a trégua não chegou a um fim. O que possibilita essa afirmação é a existência de uma série de práticas e situações ainda associadas aos acontecimentos de 2012. Por exemplo, em 2016, Douglas Meléndez, Procurador-Geral de El Salvador, emitiu 21 mandatos de prisão para pessoas envolvidas com o processo da trégua, incluindo negociadores, policiais e membros da sociedade civil associados ao processo. A ordem resultou na prisão de 18 pessoas e 3 funcionários do governo com mandatos de busca e apreensão (García, 2017). O processo durou até agosto de 2017 e terminou com a liberação dos 18 detidos (La Prensa Gráfica, 2017).

Assim, notamos uma forma de organizar a trégua de 2012 como um evento que desdobra no tempo até os dias de hoje, seja por meio de práticas policiais, judiciais ou de segurança. Dessa forma, percebemos como nessa maneira de tratar da trégua, tanto o começo, quanto seu final, não têm seus

detalhes e práticas de existência capturadas por pontos fixos no tempo ou datas específicas, podendo estar em constante tensão. Contrastando com essa forma fluida de pensar na trégua, temos os números que oferecem uma “precisão científica” na hora de retratar os assassinatos ocorridos no país mas, além disso, eles também organizam outros arranjos associados à trégua, como o próprio cumprimento do acordo entre as *pandillas*.

2.4. O cumprimento dos acordos e as *pandillas*

Os números existem e estão sujeitos a organizarem coisas diferentes e até mesmo contrastantes. No caso da trégua, veremos nessa sessão como o cumprimento dos acordos, por parte das *pandillas*, está associado aos números de homicídio. Nessa associação, a queda dos números de homicídio retrataria como as *pandillas* estariam acatando os termos do acordo, ao passo que um aumento no número de assassinatos no país representaria o descumprimento dos termos da trégua.

2.4.1. Cumprindo os acordos da trégua

Se tratando de uma trégua, um elemento que precisa ser mencionado, apesar de soar um pouco óbvio, é o próprio cumprimento do acordo. É importante trabalhar com o que foi acordado entre as partes e também com as formas de mensurar os resultados alcançados por esse acordo. Em alguns processos de paz, é possível encontrar documentos contando o que foi decidido pelos atores envolvidos, como os Acordos de Paz de Chapultepec, possivelmente entendido como um marco do final da Guerra Civil em El Salvador. Assim, não é de se espantar que também existam documentos contendo o que foi acertado entre as *pandillas* durante a trégua. Nesse caso, essa função é desempenhada pelo comunicados lançados por esses grupos no decorrer do processo.

Nele, esses grupos retratavam não só o que foi decidido ao longo das negociações, mas eles também tratam de suas expectativas e de futuras ações a serem tomadas no âmbito da trégua. Ao ler os comunicados, chama a atenção

como as *pandillas* buscam confirmar como estão respeitando os acordos e promovendo a redução no número de homicídios no país.

Por exemplo, no 24º comunicado, elas afirmam que estão tomando as atitudes necessárias para responder satisfatoriamente e da maneira como a sociedade estaria esperando delas, com uma redução do número de homicídio. Já no 19º comunicado, é afirmado pelas *pandillas* que o processo (Pandillas, 2014a) :

“produziu resultados que o tornam o experimento mais bem sucedido, em termos de ações de prevenção da violência, [...] em toda a América Latina. Entre os resultados mais importantes podemos citar: a) uma redução de 50% na taxa de homicídios em relação aos níveis no final de 2011 e; b) as vidas de 5.539 salvadorenhos [que] deixaram de ser perdidas durante esses dois anos”

Na minha maneira de entender esse processo, esses dois exemplos ilustram muito bem a forma como as *pandillas* se associam aos números de homicídio para conseguirem, juntos, organizar o cumprimento da trégua. Dessa forma, os números se tornam a tradução do cumprimento dos acordos por partes das *pandillas*. Essa forma de atuação conjunta com os números de assassinato foi considerada por alguns autores, como Cruz (2006), como um sinal de que as *pandillas* são agentes responsáveis por gerenciarem os números de homicídio, subindo ou baixando a taxa nacional, se posicionando como legítimos agentes da segurança pública, validando sua presença na trégua e lançando luz, também, na capacidade organizacional desses grupos (Cruz, 2012). Contudo, o cumprimento do processo não é o único elemento organizado com os números de homicídio.

2.4.2 O descumprimento da trégua

No caso do descumprimento da trégua, não seria possível falar em uma falsa adesão aos acordos por parte dos membros das *pandillas* sem a informação da queda do número de homicídios. Por mais estranho que possa parecer à quem

lê esse trabalho, é justamente isso, uma queda no número de homicídios, algo comumente associado a algo bom, se tornou a marca de algo ruim, nesse caso, o falso cumprimento dos acordos da trégua.

Para entendermos como se articula essa versão da trégua onde os seus acordos não são respeitados, é preciso acompanhar as associações entre dois índices à primeira vista distintos: os números de homicídio e a estatística de pessoas desaparecidas. Teoricamente, esses índices retratam coisas distintas, contudo, existe uma relação estabelecida entre esses dois atores numéricos que organiza o não cumprimento da trégua. Estou falando particularmente de uma dinâmica entre esses dois indicadores onde cria-se uma falsa sensação de segurança representada por uma queda nos números de homicídio e um aumento nos números de desaparecimentos. Segundo essa lógica, o que ocorreu foi uma substituição de mortes por desaparecidos, onde parte dos homicídios passaram a ser classificados como desaparecimentos, visto que não era encontrado nenhum corpo, resultando, assim, em uma subnotificação desse indicador (Cruz & Durín-Martínez, 2016; Monche, 2014).

Dessa maneira, é interessante percebemos que se não houvesse números de homicídio para estabelecer a comparação com a quantidade de desaparecidos, poderia não existir essa articulação do descumprimento da trégua. Sozinha, a informação da Polícia Nacional Civil de El Salvador de um aumento de 545 desaparecidos em 2012 para 1.070 em 2013 de nada faz. Contudo, quando associada aos números de homicídios, elas passam a participar na organização do descumprimento da trégua.

Em síntese, os números de homicídio são participantes de duas organizações opostas da trégua e fazem coisas diferentes em cada uma delas. Na primeira eles organizam o cumprimento do acordo, mostrando por meio da redução de homicídios como as *pandillas* estariam respeitando o que foi decidido. Contudo, em outra maneira de tratar o processo, os termos do mesmo não teriam sido respeitados, o que poderia ser percebido pela relação assimétrica estabelecida entre números de homicídio e os dados sobre desaparecidos, onde o primeiro diminui e o segundo aumenta. Assim, a articulação da trégua entre o cumprimento e/ou descumprimento dos acordos também me leva a pensar em uma outra controvérsia que orbita ao redor da trégua de El Salvador, que trata da avaliação do processo e se o mesmo foi um sucesso ou um fracasso.

2.5. Sucesso ou Fracasso?

Dentre as várias formas de tratar do ocorrido entre as *pandillas*, também existe uma controvérsia quanto a avaliação do processo como um todo. Durante minha pesquisa, percebi duas formas recorrentes de se referirem à trégua, ora como um sucesso e ora como um fracasso. Dessa forma, nessa sessão focaremos nas maneiras de organizar esse processo e quais atores participam em cada uma dessas duas formas de fazer a trégua. Contudo, antes de passarmos para o sucesso e fracasso da trégua, é importante reconhecer que essas não são as únicas categorias que abarcam o processo, esse evento pode ser pensado por outros ângulos e espaços ainda pouco explorados.

2.5.1 O sucesso

Quanto ao sucesso da trégua, veremos vários atores participando dessa caracterização do evento e, como esperado, várias formas de organizar esse sucesso. Por exemplo, frente as históricas políticas de repressão militarizada às *pandillas*, as práticas que compõem a trégua podem ser entendidas como um sucesso por se distanciam do tratamento da questão criminal por intermédio de ações policiais e da atuação do Estado penal e apresentam a via do diálogo e da reinserção como o tratamento a ser dado para a questão das *maras*. Assim, a trégua se torna um exemplo de tratamento alternativo para os grupos criminais (Dudley, 2013, p. 4).

Além desse ponto, também podemos mencionar como a trégua teria sido capaz de criar um nível maior de confiança entre a população salvadorenha e as próprias *pandillas* (Dudley, 2013, p.3; Atzinger, 2014). Primeiro, as gangues tiveram de obedecer as ordens de seus líderes para diminuir os homicídios, o que implica na redução dos ataques de um grupo contra o outro. Em segundo lugar, o governo moveu os líderes das gangues para prisões com aparatos de segurança menos robustos, dando a eles mais acesso a suas famílias e aos seus companheiros de *pandillas*, possibilitando, inclusive, a manutenção da trégua. Em terceiro lugar, as gangues e o governo começaram um processo de desenvolvimento dos municípios livres de violência, áreas onde as gangues deveriam limitar suas ações e o governo deveria implementar atividades sociais, educacionais e de

trabalho, trazendo alívio para os habitantes dessas localidades (Dudley, 2013, p.3; Carballo, 2015).

Além disso, essas articulações do sucesso da trégua passam a ganhar força a partir de suas associações aos números de homicídio. Assim, por exemplo, a fala do presidente da Associação de Desenvolvimento Comunal do Valle do Sol de que “aqui no Valle del Sol, estamos com zero homicídios. Tudo foi o produto do cumprimento da trégua e do esforço de todos”, serve como uma ilustração dessa dinâmica. O mesmo acontece com a afirmação de Rigoberto Pleitez, Diretor Geral da PNC em 2013, de que “é evidente que o acordo entre as *Pandillas* reduziu os níveis de homicídio, mas que não era só isso. O acordo obviamente favorecia a sociedade” (Márquez, 2013; Martínez & Martínez, 2013). Dessa forma, os números passam a atuar passando certeza para as afirmações de sucesso da trégua. Podemos pensar inclusive que, em alguns casos, a trégua era entendida como tão efetiva, que ela chegou a ser considerada como um exemplo a ser seguido em outros lugares (Interpeace, 2012). Entretanto, não sabemos ao certo se essa articulação de sucesso da trégua seria possível sem o trabalho dos números de homicídio para atuar como essa ponte entre o mundo das mortes e dos assassinatos e o restante do mundo. Nesse sentido, esses números são os senhores das entradas e saídas das mortes e os donos do caminho, abrindo e fechando o acesso dos humanos aos assassinatos ocorridos em El Salvador. Todavia, quem participa da existência do sucesso da trégua, também pode participar de seu fracasso.

2.5.2 O Fracasso

O fracasso da trégua, assim como seu sucesso, também é articulado de diversas formas e de maneiras completamente distintas. Uma primeira forma de entender e organizar esse fracasso se dá por meio afirmação que dialogar com as *pandillas* é uma forma de legitimar esses atores e, talvez, passar a mensagem de que o governo não conseguiria mais lidar com esses grupos (Moritz, 2016). Além disso, esse processo também teria fracassado porque a atividade criminal se transformou em moeda de barganha, onde as *pandillas* usariam o crime como maneira de pressionar o governo e obter certas vantagens estratégicas (Dudley, 2013, p. 4).

Além disso, o fracasso também pode ser articulado ao Estado. Segundo José Cruz e Angélica Martínez (2016), a trégua teria falhado porque o papel do Estado, e sua forma de agir, não foi bem definida, principalmente em função dos discursos contrastantes de alguns agentes governamentais, o que teria atrapalhado a administração dos incentivos para a redução da violência. Ademais, nessa versão da trégua, o fracasso também se associa à suposta incapacidade das *pandillas* de fazerem valer o acordo por não possuírem coesão interna e carecerem de uma liderança forte o bastante para implementar o acordado de maneira efetiva em todo país. Assim, essa incapacidade de gerar o acordo pode ser articulada com o aumento no número de homicídios, como sentido com o incremento no indicador em junho de 2013, indo de 186 casos nesse mês, para 253 ocorrências em julho, segundo informações do Instituto de Medicina Legal de El Salvador. Dessa forma, não conseguir implementar as decisões da trégua da maneira correta pode ser uma dinâmica refletida nos números de homicídio, organizando, assim, o fracasso da trégua

Nesse sentido, notamos como saberes estatísticos possibilitam a existência de duas versões distintas do processo. No primeiro caso, a trégua se torna um fato concreto e real na medida que as mortes diminuíram, um processo traduzido em números e visualizado por meio das estatísticas de homicídio; no segundo caso, a trégua é contestada com base nos números e na estatística de desaparecidos, que teriam aumentado durante o período de vigência do processo, pondo em cheque a efetividade e a existência da trégua dentro de parâmetros quantitativos.

Contudo, além dessa disputa pela efetividade da trégua entre duas estatísticas distintas, também podemos apontar como as informações sobre homicídios são utilizadas como parâmetro de mensuração do processo. Como já visto anteriormente, uma das balizas para quem acredita no final da trégua em 2013 é a substituição de pessoas chaves no processo, como David Munguía Payés, e o aumento no número de homicídios (Carballo, 2015, p.7; Tager & Umaña, 2013, p. 16). Nessa versão do processo, a partir do momento em que o número de homicídios começa a subir, significa que a trégua está terminando, porque do contrário, o número de homicídios se manteria estável ou diminuiria ainda mais. Dessa forma, notamos como as estatísticas de homicídio cumprem o papel de informar e afirmar se o processo está vigente ou não, funcionando como um termômetro da trégua. Entretanto, independente da função desempenhada, é essa

estatística que garante a vida ao processo, seja como algo eficiente (no caso da diminuição do número de homicídios) ou como um fracasso (no caso do aumento do número de homicídios) (Valencia, 2015; Wilkinson, 2015; Katz & Amaya, 2015; Monche, 2014; Zlatica, 2014; Amaya & Martínez, 2016).

Logo, notamos como a verdade sobre a existência da trégua é articulada junto da estatística de homicídio. Assim, além da existência de mais de uma versão quantitativa da trégua, salta aos olhos como essas estatísticas são tratadas como o meio de se analisar e julgar a trégua, uma vez que criam uma equivalência comparativa entre um corpo sem vida e um número, possibilitando explicar o processo, oferecer suporte para certas versões da trégua e, ainda por cima, justificar determinadas posturas políticas. Nesse sentido, notamos como esse processo de objetivação das mortes garante a base para uma série de teorizações sobre o processo, permitindo assim, que a trégua seja palco de uma série de controvérsias.

Dessa forma, notamos como essa última tensão do processo da trégua acaba por lançar luz em uma dinâmica pouco trabalhada em meio aos trabalhos focados na trégua. Mas além disso, olhar para essa dinâmica quantitativa também possibilita abrir a caixa-preta da produção de estatísticas, uma vez que são elas que, em última análise, pautam a possibilidade de um debate sobre trégua. Assim, é importante dar um passo atrás, em termos analíticos, e focar nas políticas de produção estatística frente a relevância desse elemento para todo o processo da trégua, assunto a ser abordado mais à frente.

2.6. Conclusão

Até agora procurei mostrar algumas controvérsias que orbitam ao redor da trégua de El Salvador e que guiaram minha compreensão do processo. Nesses pontos de tensão, percebemos como os marco temporais, a adesão aos acordos da trégua e a categorização “final” do processo como um sucesso ou um fracasso estão associados a várias atores e práticas diferentes. Entre eles, procurei destacar os números de homicídio, atuantes em uma série de tensões e controvérsias que permeiam a trégua entre as *pandillas*. Essas estatísticas de homicídio abrem as portas do mundo dos assassinatos e números e permite que

outros consigam adentrar, mesmo que brevemente, esse universo e saber quanto assassinatos ocorreram em determinado mês. Nesse sentido, por exemplo, eles possibilitam confirmar a existência e efetividade da trégua, o que supostamente ocorre quando o número de mortes intencionais cai (Dudley, 2013; Cruz, 2012; Amaya & Martínez, 2016; Atzinger, 2014; Valencia, 2015; Carballo, 2015; Cruz & Durín-Martínez, 2016; Tager & Umaña, 2013; Cruz, 2014). Mas, também há quem se baseie nos números de pessoas desaparecidas para questionar essa efetividade e afirmar que, “na verdade”, o processo serviu apenas para esconder as mortes, visto que o número de homicídios diminuiu, ao passo que as estatística de pessoas desaparecidas subiu (Cruz & Durín-Martínez, 2016; Valencia, 2015; Martínez *et all*, 2013; Tager & Umaña, 2013).

Em linhas gerais, o que temos são os números de homicídio atuando ativamente em diversas maneiras de se tratar da trégua. Contudo, procuro articular nessa dissertação como entender a agência desse número de homicídio e como ele passa existir na encenação dessas diversas tréguas. Para tal, veremos no próximo capítulo qual discussão teórica e conjunto de métodos nos ajudam a entender a agência desses números.

3. Como entender os números?

3.1. Introdução

Dando prosseguimento ao nosso trabalho de olhar para os números de homicídio atuantes na trégua de El Salvador, este capítulo apresenta nosso repertório metodológico, assim como os componentes teóricos do nosso argumento. Como afirmado no capítulo anterior, os números de homicídio são atores cruciais para a organização, cumprimento e avaliação da trégua. Sobre suas funções, notamos como eles traduzem o trabalho e as práticas associadas à definição de homicídios, perícias forenses, sangue, cadáveres, mortes, luto e criação de índices em um único número de fácil acesso na internet. Graças a sua tradução em números, todo esse conjunto complexo de práticas consegue ser transportado para inúmeros lugares e, a partir daí, organizar relações na sociedade e, inclusive, a própria trégua. Por exemplo, só é possível pensar no sucesso da trégua, um vez possível comparar a quantidade de mortes de um mês com outro. Dessa forma, um lugar em particular merece destaque: o Instituto Médico Legal de El Salvador; sítio onde ocorre o processo de tradução dos assassinatos em estatísticas mensais de homicídio. Por se tratar de uma instituição nacional, focaremos nas suas divisões territoriais em sub-sedes e sedes regionais. Por meio do material recolhido, como as entrevistas e os manuais, notamos como é declarado um homicídio e como essas mortes passam por uma longa cadeia de atores que as manipulam e fabricam uma estatística de homicídio a partir de cadáveres, sangue, protocolos, computadores, lesões e saberes estatísticos. Ao seguirmos essas associações notamos que elas manufaturam os números de homicídios por meio da estabilização, contenção e inscrição de assassinatos em um formato numérico e estatístico. Por meio desse processo, as diferenças e particularidades de cada morte são apagadas e traduzidas em uma quantidade.

Uma vez contidas em números, essas práticas e atores se tornam capazes de agir e, se associando a outros participantes da rede, organizar diversas versões da trégua. Nessa forma de olhar para os números, eles abandonam a passividade

da posição de simples objetos na organização da trégua e se tornam atores nesse processo.

Assim, eles passam a encenar o começo do processo, o cumprimento dos acordos entre as *pandillas* e o sucesso da trégua. Nesses casos, a partir do trabalho de comparação possibilitado pelas estatísticas mensais de homicídio, podemos acompanhar a organização do começo do processo por meio da redução estatística no número de assassinatos entre fevereiro e março de 2012. Essa redução, também confirma o cumprimento do acordo por parte das *pandillas*, como dito pelos próprios grupos em novembro de 2013. Em um momento de aumento da taxa, as *pandillas* afirmaram que “estão mais do firmes no nosso compromisso e esperamos que os mecanismos alternativos que estamos criando sejam efetivos e que eles contribuam para a recuperação da queda nos números de homicídio”. Aqui, o compromisso com a trégua é diretamente associado à queda nos homicídios. Por sua vez, por conseguirem encenar uma redução tão drástica no números de mortes em um país com um vasto histórico de violência e indicar uma saída alternativa para as políticas repressivas até então implementadas, percebemos como os números também participam do sucesso da trégua. Esse sucesso teria sido tamanho, que o processo chegou a ser replicado nos países vizinhos e se tornou um possível exemplo a ser seguido (Interpeace, 2012).

Em contrapartida, os números de homicídio também participam do final do processo, seu descumprimento e seu fracasso. Nesse caso, a mesma possibilidade de comparação que articula um começo também organiza um final. Para muitos (Carballo, 2015, p.7; Tager & Umaña, 2013, p. 16), os primeiros sinais de fracasso da trégua são traduzidos em índices a partir de julho de 2013, quando os assassinatos aumentam de 186 casos em junho, para 253 ocorrências em julho, segundo informações do Instituto de Medicina Legal de El Salvador. Dessa forma, esse aumento no número de mortes intencionais indicaria que assassinato voltou a figurar como o meio de resolução de desavenças entre as *pandillas*, que o acordo estaria sendo descumprido e que o processo estava ruindo (Carballo, 2015; Efrán, 2014).

Dessa forma, para seguir essas sensibilidades e nuances do processo é necessário utilizar uma série de ferramentas conceituais, sendo as principais: territorialização e desterritorialização, tradução, inscrição e encenação. O que

pretendo fazer nesse capítulo é apresentar o que a literatura entende por esses conceitos e dar uma noção inicial de como eles se aplicam ao meu estudo e como interferiram com a minha pesquisa. Assim, esse capítulo está dividido em seções e cada uma pensada em responder perguntas. Seção 1: Como entender um número de homicídio?; Seção 2: O que são formado pelos agenciamentos ou *assemblages*?; Seção 3: Como estudar os efeitos desses agenciamentos?; E Seção 4: Porque estuda-los desse jeito?

3.2. Como entender a agência de um número de homicídio?

Assim, um jeito possível de abordar a problemática descrita acima é analisando como compreender um número como um ator. Para tanto, é importante ter em mente as diversas formas de se entender a agência de elementos materiais. Uma maneira de adentrar nesse debate é por meio da filosofia de Deleuze e Guatarri (D&G). A ideia dos agenciamentos, da forma como é trabalhada pelos autores em *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, é uma forte aliada no exercício de buscar compreender a agência dos números. Nessa obra, o conceito de agenciamento, do inglês *assemblage* e do francês *agencement*, é definido como o “ato ou efeito de reunir diferentes partes e formar um novo objeto” (Deleuze & Guatarri, 1995). Nesse processo (Deleuze & Guatarri, 2004, p. 26):

"cadeias semióticas de diversas naturezas estão conectadas a diversos modos de codificação (biológica, política, econômica, etc), trazendo à tona não só diferentes regimes de sinais, mas também [diferentes] estados compostos por coisas de status distintos" .

Desses pontos de D&G, eu gostaria de começar tratando do que eles chamam de trazer à tona diferentes regimes de sinais e diferentes estados compostos por coisas de status distintos. Desse raciocínio, entendo que D&G buscam chamar atenção para a maneira como atores e coisas das mais distintas características e histórias acabam se associando, organizando e trazendo à tona distintos arranjos, que podem ser políticos, econômicos, biológicos etc. Assim, os agenciamentos passam a ser sustentados por cadeias de construção de sentido e

contam com a participação de diversos atores, formando algo novo a partir da atuação dessas partes (Deleuze & Guatarri, 2004,p.27).

Outra forma com que D&G explicam o que querem dizer por *assemblage* é nos convidando a pensar sobre o que eles chamam de processos de desterritorialização, sempre presentes no que parece territorializado. Um exemplo usado para ilustrar o que seria esse movimento, é o da orquídea e a vespa. Como elaborado pelos autores (Deleuze & Guatarri, 2004, p. 65 e 66) a orquídea territorializa na medida que se finca em algum território e lá se estabelece. A despeito disso, a partir da ação de uma vespa, ela é desterritorilizada por meio do transporte de seu pólen para outra locação, sendo levada a outro lugar. Nesse sentido, a vespa se torna um componente do sistema reprodutor da orquídea, na medida que leva seu pólen para outros destinos. Assim, o que é fincado e organizado acaba viajando e se reproduzindo por meio da vespa, logo, dois elementos completamente distintos acabam se relacionando, organizando e dando vida a um terceiro, dessa forma, vespa e orquídea se tornam um agenciamento ou uma *assemblage* (Deleuze & Guatarri, 2004, p. 29). No caso do processamento de corpos em El Salvador, como veremos em mais detalhe no próximo capítulo, um exemplo de *assemblage* seria aquela composta por médicos forenses, programas de computador, recepcionistas, cadáveres e estatísticas, transpondo mortes territorializadas nas cenas do crime para mesas de autópsias e laboratórios, inscrevendo-as em números e estatísticas através computadores e territorializando-as por meio do preenchimento de protocolos e outros trâmites burocráticos, tornando-as, assim, passíveis de viajarem e serem transpostas para além dos muros do IML. Desse modo, ao mesmo tempo em que as mortes são territorializadas, elas também são desterritorializadas.

Na suas características mais básicas, a obra desses autores externa uma preocupação em levar mais a sério a participação de elementos não-humanos em processos de agenciamento e na formulação das práticas e instituições participantes do que chamamos de sociedade. Nesse sentido, eles se tornam importantes para a nossa tentativa de entender como números de homicídio atuaram na trégua entre as *pandillas* de El Salvador.

3.2.1 Latour, Law, Mol e os números

Entender os números de homicídio como o efeito de atores e práticas em processos de agenciamento ou em uma *assemblage* ressoa com a proposta teórica e metodológica da obra *Reagregando o Social: uma introdução a teoria Ator-Rede*. Nesse trabalho, Bruno Latour se preocupa em estabelecer uma sociologia atenta às associações, preocupada com o funcionamento de redes e com um foco especial nas agências de atores não-humanos na formação e organização das coisas (Latour, 2012). Para Latour, a preocupação da Sociologia deve recair sobre as associações e a maneira como esses agregados compõem o social e o transformam naquilo a ser estudado e analisado. O autor entende que o social existe a partir de certas organizações, ou *assemblages* compostas por uma série de associações; dessa maneira, o social é apenas um movimento de reassociação e reagrupamento de entidades heterogêneas, não havendo nada subjacente às práticas de seus atores além da prática em si, por mais que certas práticas quando associadas possam vir a formar um social. Dessa forma, para entendermos como um determinado processo de organização se deu, é necessário “seguir seus atores” (Latour, 2012, p. 31; Latour, 2012, p. 17 – 38).

Latour foca nas associações entre os atores e a constituição de redes sócio-técnicas mantendo junto elementos que são tradicionalmente separados. Para o autor, as diversas organizações do social são apenas arranjos provisórios das agências dos atores. Dessa forma, ao adotarmos essa abordagem fugimos de grandes narrativas explicativas e passamos a focar em como as práticas e rearticulações das associações entre os atores acabam redefinindo e rearticulando o social (Latour, 2012).

No trabalho *After ANT: complexity, naming and topology* (1999), John Law afirma que, antes de mais nada, a teoria ator-rede é uma aplicação impiedosa de semiótica. Isso é afirmar que as entidades adquirem suas características e atributos em função de suas relações umas com as outras. Nessa maneira de se organizar as coisas, as entidades não tem nenhuma qualidade ou identidade inerente, existem apenas os efeitos da relacionalidade e das associações. Contudo, no caso da teoria ator-rede, a semiótica é material. Ou seja, aplica-se a noção e o *insight* da semiótica de que o sentido das coisas é desenvolvido por meio das relações a todo e qualquer elemento, não somente àqueles que são linguísticos,

mas também aos materiais. Assim, passamos a nos preocupar com o envolvimento de atores não-humanos em processos de criação de sentido (Law, 1999, p.3).

Um exemplo trazido por Mol (2010, p. 257) ilustra bem a questão da semiótica. Partindo do entendimento de semiótica de Saussure, de que a atribuição de significados a significantes é arbitrária e se dá por associação e, em especial, contraste, a outros significantes, a autora nos brinda com o exemplo da palavra “peixe”. Quando falamos “peixe”, a palavra não aponta diretamente para uma figura com a capacidade de nadar. Seu sentido existe graças às associações a outras palavras, como carne, nadar, água, guelra e mais uma série de termos que juntos estabelecem a noção da palavra peixe como um animal que vive na água. Dessa maneira, um entendimento pautado na semiótica-material busca entender as coisas para além da linguagem, mas mantendo essa atenção para a relacionalidade, o que nos força a encarar como uma ampla gama de elementos passam a agir na organização e criação de sentido no mundo. Assim, o peixe, por exemplo, passa a ser um efeito de uma série de outros atores, como a água onde ele nada, os plânctons e micro-peixes que servem de alimento para ele e sua guelra que abre e fecha nos momentos necessários. Até porque, sem esses elementos vistos acima, não temos a certeza se o peixe existiria ou não, mas temos certeza que quando eles atuam em conjunto e cumprem as práticas necessárias, o peixe passa a existir.

3.2.2 Simetria e produção de conhecimento

Dessa forma, novas avenidas de compreensão podem ser abertas quando entendemos elementos não-humanos da mesma forma como entendemos elementos humanos, ou seja, reconhecendo a atuação e a relevância desses atores. Isso nos leva a empregar as mesmas técnicas de produção de conhecimento tanto para um, quanto para o outro. Como dito por Callon (1984, p. 200) “uma simetria generalizada” entre humanos e não-humanos. Contudo, essa ideia não foi inaugurada por Callon, ela remete aos estudos da sociologia do conhecimento e o argumento apresentado por Bloor (1983) de que o erro e a verdade sociológica deveriam ser tratados da mesma forma. Isso rompe com uma forma de se fazer ciência, pautada na aceitação automática das verdades científicas sem se

preocupar, por exemplo, com um estudo sociológico desses processos e como essa verdade passa a ser construída.

3.3. Agenciamentos e *assemblages*

Até esse ponto procurei mostrar como os processos de agenciamento e *assemblages* estão associados a participação de atores das mais diversas ordens. Assim, os números de homicídio também podem ser entendidos como uma *assemblage*, que atua e organiza coisas na sociedade, encenando, por exemplo, versões da trégua de El Salvador.

Seguir esses números também envolve seguir quem age junto com eles e como essas associações sustentam versões do processo. Tanto o sucesso, quanto o fracasso da trégua, por exemplo, dependem dos números de homicídios para traduzirem o aumento ou redução dos assassinatos no país, contudo, para cada versão desse evento são estabelecidas associações e práticas diferentes. O mesmo vale para organizar a linearidade do processo com um começo e um final também marcados pela queda e pelo aumento dos homicídios ou inclusive para encenar o cumprimento do acordo pelas *pandillas*. Por mais que os mesmos atores estejam presentes em mais de uma organização da trégua, é necessário olhar para as práticas dos números para percebermos como eles fazem coisas diferentes com atores diversos encenando múltiplas tréguas (Latour, 2012; Weisser, 2014, p.49; Mol, 2004).

Dessa forma, os números se tornam efeitos relacionais de uma série de práticas e atores estabilizados em um formato numérico, que por sua vez, organizam a trégua por meio de sua materialidade. Tratando desse processo de organizar versões da trégua, é importante ter em mente que os números sozinhos não fazem nada para estabelecer o começo ou o final da trégua e nem para organizar uma avaliação do processo nas categorias de fracasso ou sucesso; da mesma forma como outros atores, por exemplo, um jornalista e uma acadêmica, não conseguem delimitar esses marcos temporais sozinhos. É preciso que os números atuem junto de outros atores para conseguirem organizar o começo e o fim, encenar o sucesso e/ou fracasso do processo e seu cumprimento por parte das *pandillas*. Logo, notamos que essas organizações só existem quando os

atores agem em conjunto, encenando determinadas organizações do social. Por isso é importante recuperarmos a noção de encenação.

3.3.1 Encenar

Essa ideia remete ao trabalho de Annemarie Mol (2002, p. 32 e 33), onde a autora escolhe utilizar o termo em inglês *enact*, que sugere que as atividades acontecem e são encenadas, deixando, entretanto, os atores vagos. Nesse sentido, seria possível afirmar que determinada organização ou objeto é encenado, sem isolá-lo das práticas que o fazem. Por exemplo, poderíamos falar de vírus do HIV sem que esse ator fosse antes encenado? Essa pergunta nos remete a toda uma sorte de atores que transformam esse vírus em algo visível, tangível e acessível, como o microscópio, o pesquisador que olha por esse aparelho, as lentes do microscópio que ampliam o vírus e outros agentes envolvidos nesse processo. Assim, o vírus passa a existir como o efeito dessa ampla rede de atores e práticas.

Esse processo trata diretamente da capacidade de agência. Quando os atores agem em conjunto, eles organizam e dão vida a certos elementos da sociedade. Os atores, como os números de homicídio, passam a encenar diversas organizações do social. Contudo, é importante também levar em conta que a agência é uma via de mão-dupla. Dessa forma, da mesma maneira que determinados atores organizam certas coisas, eles também são organizados e encenam por e através dessas ações. Isso evidencia a importância de se dedicar a estudar a questão da atuação dos atores e as maneiras pelas quais esses agentes encenam determinadas organizações (Law, 2009).

Nesse sentido, acho pertinente apontar como o exemplo do vírus do HIV ilustra a necessidade do trabalho de uma variedade de atores para que determinados elementos existam. Por exemplo, uma obra de arte só pode existir na medida em que um artista se associa a elementos humanos e não-humanos e traz essa construção artística à vida, o mesmo serve para pensarmos as grandes navegações do período colonial, que não existiriam sem a participação de ondas, ventos e especiarias. Assim, da mesma forma que o vírus do HIV, a obra de arte e as grandes navegações precisam de outros elementos para existir, a trégua também precisa de uma cadeia de atores para garantir que ela exista, dentre eles escolhemos seguir os números de homicídio. Mas, ainda existe um ponto

importante a ser recuperado nessa discussão, que é a utilização em português do conceito de *enact* e *enactment*, como utilizado por Mol (2004). Mesmo reconhecendo a dificuldade de se traduzir esses conceitos do inglês, optou-se pelo termo “encenar”, ao contrário da utilização mais recorrente em português, que seria “enactar”, como utilizado por Antonello e Godoi (2009), Bussular (2012), Ávila (2013), Azevedo (2013) e Camillis e Antonello (2016).

Para mim, a ideia de encenar seria uma opção mais coerente com esse trabalho porque esse termo remete ao teatro e, como afirmado por Latour (2012, p. 75), em um palco nunca se atua sozinho e não se tem certeza de quem está ou não está agindo no momento da atuação - existe um cenário, textos, outros atores, plateia, luzes e organizadores da peça todos participando do espetáculo. Assim, pensar na trégua por meio desse entendimento de encenação é entender como esse fenômeno é o efeito da atuação conjunta de vários atores, ressaltando a dimensão da atuação dos números de homicídio

Nesse sentido, vislumbramos nessa dissertação uma maneira de entender e tratar dos vários atores atuantes na organização desses números e da trégua. Como afirmado por Mol (2010, p. 260), os agentes se associam, formando assim uma rede onde eles passam a existir como atores, na medida em que suas associações permitem que eles atuem. Assim, os atores seriam atuados e encenados. Por isso da importância de seguir esses atores (Latour, 2012, p. 31) e traçar as distintas redes sócio-materiais que produzem esses números e os encenam, gerando uma organização e uma realidade específica da trégua. Mas mesmo assim ainda acho importante justificar a escolha do termo encenar em detrimento de outros conceitos semelhantes e já mais recorrentes.

a)

É importante ressaltar que não estamos avançando um argumento de “construção” da trégua. Como explicado por Law (2004), a noção de construção refere-se à ideia de que um ator não tem uma identidade pré-estabelecida ou fixa e sim que suas características vão gradualmente se tornando, ou seja, vão gradualmente sendo construídas. Assim, trata-se de um processo teleológico, no sentido de direcionar para uma conclusão específica, construindo as características de acordo com o objetivo esperado e também estabilizando um produto final.

Nessa perspectiva, a ideia encenação não trata de elementos estabilizados, mas sim de algo que precisa ser constantemente encenado, pois, do contrário, ele deixa de existir (Camillis & Antonello, 2016, p. 73). Segundo Mol (2002, p.44), se algo é real é porque ele é encenado e se esse algo parece estável, sólido, independente e definido é porque talvez ele esteja sendo encenado dessa maneira (Camillis & Antonello, 2016, p.73). Assim, pensar por meio da agência e da encenação significa procurar e seguir as coisas na medida em que elas são feitas e constantemente encenadas. Contudo, ainda é possível que alguém pense qual a diferença entre encenar e performar, outro conceito comumente encontrado na literatura sobre interações entre humanos e não-humanos.

b)

As ideias acima nos levam a um segundo ponto importante: a distinção entre performance e encenação. A ideia da performance, por exemplo, está presente nos trabalhos de Bruno Latour (1979; 2012) e trata justamente das agências e das atuações dos atores no processo de trazer determinadas associações e organizações à vida. Contudo, outros autores também preocupados com os atores-rede preferem a noção de encenar. Annemarie Mol (2002, p. 32 e 33) afirma que a noção de performance carrega muito peso, por já ter sido utilizada anteriormente inúmeras vezes, e também acaba cristalizando certas características dos atores e pondo muito foco em quem age. Quando se encena algo, há uma identidade de um agente que precisa ser suspensa para que esse ator possa agir como o desejado. Assim, a autora opta por utilizar encenar, mantendo os atores vagos e focando mais no trabalho das associações.

Pensar em como os números atuam por meio do conceito de encenação, da Mol (2004) “*enact*”, possibilita seguir os números de homicídio sem abrir mão da contingência e focando na ação e no que é organizado por eles. Dessa forma, procuro abrir mão de qualquer elemento de rigidez e fixação presente nos atores organizando os números e a trégua.

3.4. Os efeitos dos agenciamentos

Frente esses processos citados acima, é preciso escolher como estudar as encenações da trégua e as *assemblages* dos números. Para isso, é necessário um repositório de métodos para se pensar na trégua e encarar a situação de maneira fluída e abrangente. Quanto ao autor, olhar para o caso da trégua dessa maneira, me permitiu acompanhar nuances e certas ranhuras do processo antes despercebidas por mim. Dessa forma, trabalhar com o processo entre as *pandillas* a partir das ações não-humanas, significa trazer a trégua à vida por meio de suas “incoerências, imprevisibilidades e texturas” (Law, 2004, p. 2).

3.4.1 Como estudar os efeitos?

Nesse processo de construção de conhecimento, a obra *After Method* de John Law se mostrou de extrema importância. Nesse trabalho, o autor se presta a desenvolver uma metodologia capaz de dar conta justamente das “bagunças” do mundo social, levando em conta seus elementos efêmeros e difusos. Segundo Law, os métodos tradicionais de pesquisa em ciências sociais são válidos para tratar da rigidez e da “lógica” de certos processos sociais. Entretanto, eles não são adaptados para o estudo do que é efêmero, mal delimitado, indefinido e irregular (Law, 2004, p. 4). Para tal, segundo Law, é necessário uma “*assemblage* de métodos” (Law, 2004).

Acredito que existam muitos pontos de contato entre a proposta metodológica de Law e o que procuramos desenvolver nessa dissertação. Como afirmado pelo autor em questão (Law, 2004, p.2) descrições claras não funcionam para coisas que não são muito coerentes, a própria tarefa de tentar forçar eventos ou arranjos fluídos a uma organização bem delimitada e supostamente lógica é uma decisão que pode resultar em mais bagunça do que se pretendia inicialmente. Isso ressoa com a minha forma de lidar com a trégua, visto que as incoerências, particularidades e borrões do processo soam mais atraentes para mim do que os cortes arbitrários e bem delimitados. Além disso, por esse trabalho tratar de números, outro momento onde tento me aproximar de Law é quando ele ressalta como algumas coisas do mundo conseguem ser abarcadas por estatísticas e etnografias, ao passo que outras são distorcidas ou reduzidas para ganharem

clareza e se tornarem de fácil compreensão. Esse processo de distorcer e reduzir as coisas, como dito pelo autor, me ajuda a pensar como a morte precisa ser trabalhada e adequada para caber em um formato estatístico. Isso, por sua vez, me incitou a fazer o exercício contrário, ou seja, partir do formato compactado da morte e voltar por sua cadeia de formatação e inscrição em algarismos para acompanhar como esse ator da trégua é manufaturado.

Nesse sentido, esse trabalho se assenta no uso de vários métodos. Por exemplo, análise quantitativa das estatísticas de homicídio, condução de entrevistas com pessoas associadas ao processo, análise textual dos comunicados das *pandillas* e documentos oficiais da ONU e revisão sistemática da literatura sobre o assunto. Dessa forma, percebemos como essas metodologias estão acompanhadas por uma variedade de informações e dados coletados das mais diversas fontes e de distintas maneiras. Ainda sobre essa coleta de informações, esse processo de interagir com informantes de lugares diferentes e reunir conhecimentos diversos é chamado pelo antropólogo inglês Hugh Gusterson de engajamento polimorfo (1997, p. 176 e 177) . Dessa forma, pretendo somar a *assemblage* de métodos de John Law, ao engajamento polimorfo de Hugh Gusterson. Isso significa formar uma parceria metodológica que me permite usar uma ampla gama de materiais e uma multiplicidade de estratégias metodológicas para compreender os números de homicídio.

Em contrapartida, para Latour, uma pesquisa deve se iniciar a partir de incertezas e controvérsias básicas quanto à origem dos grupos, ações, objetos, fatos indiscutíveis e as incertezas mantidas quanto ao estudo (Latour, 2012, p.41 – 47). Três incertezas são pertinentes a esse trabalho. Quanto à primeira fonte de incertezas, o autor afirma que não há grupos estáveis bem definidos, tudo que há são constantes processos de formação de grupo. Esses grupos são sempre negociados e desfeitos durante esses processos; associações são estabelecidas e rastros são deixados. Dada essa contingência, não cabe ao pesquisador definir e estabilizar essa relações, devemos apenas acompanhá-las na medida em que vão se desdobrando. Assim, uma pista fornecida por Latour é de atentar para os portavozes dos grupos, atores que falam pelo grupo e que buscam defini-lo. É nessa ação que o ator encena o grupo, uma vez que essas associações só existem mediante o agir dos atores. Outro aspecto ressaltado por Latour é forma como a

informação percorre essas redes. Segundo o autor há duas formas possíveis: através de intermediários – atores que apenas transmitem a informação – ou através de mediadores, – agentes que, na medida em que agem, também transformam a mensagem (Latour, 2012, p. 49 – 69).

Como percebi, os números não conseguem falar sozinhos, eles precisam de porta-vozes para agir, sejam eles jornalistas, funcionários do governo ou pesquisadores. Olhar para esses porta-vozes é uma forma de perceber como na medida em que eles atuam, os números são encenados e a agir, até porque os números só agem, em associação. Assim, na medida que o números vão se associando forma-se uma rede de atores responsáveis por passar as informações das mortes adiante.

A segunda fonte de controvérsia para Latour tem a ver com a agência e a forma em que a mesma é dispersa. Para o autor, nunca sabemos quem age conosco quando agimos (Latour, 2012, p. 71 - 96). Como estamos inseridos em uma série de redes, nunca sabemos quem está agindo, a ação acaba completamente deslocada (Latour, 2012, p. 71 - 96). Um exemplo, que pode nos ajudar a ilustrar esse processo é o ato de fazer uma ligação telefônica. Quando estamos falando ao telefone, não é bem definido quem está agindo, visto que muito difícil delimitar até quando termina a atuação humana e quando começa a atuação material, visto que não sabemos até que ponto o evento da ligação seria possível sem o elemento humano e sem o elemento material. Assim, notamos como os atores são alvos de uma rede de entidades agindo em sobreposição à sua agência. Dessa forma, esses atores que agem, e se tornam alvo de outras agências, são chamados de actantes, uma vez que só existem a partir de suas ações, sem haver uma essência fixa (Latour, 2012, p. 71 – 96).

A terceira fonte de incerteza, por sua vez, trata da agência de actantes não-humanos. Latour busca romper com uma ideia de produção de conhecimento onde os objetos ou atores não-humanos são apenas o pano de fundo para a ação de actantes humanos. Para ele, as coisas também autorizam, possibilitam e comunicam, se tornando importantes objetos no exercício de se rastrear conexões. Latour afirma que no curso da ação o humano e o não-humano se misturam, se tornando uma ação coletiva. A partir de tal concepção, notamos como o leque de agentes participando de determinada ação aumenta e como atores não-humanos

também agem tornando o social visível a partir de suas novas associações e organizações (Latour, 2012, p. 97 – 128). Para essa pesquisa, olhar para a atuação não-humana com Latour é uma maneira de acompanhar não só os números de homicídio, mas também as coisas feitas por esses números nas organizações da trégua. Ressoando, assim, com a forma de D&G entenderem a atuação não-humana e a maneira de Latour enfatizar o que é feito por esses atores não-humanos em diversas organizações do social.

Ao definir sua ontologia como plana, Latour busca fugir de explicações que remetem a contextos ou estruturas que determinam a ação política. Para ele, é importante seguirmos as práticas dos atores e reconhecer os elementos presentes na ação que veem de outros tempos e de outros lugares. Assim, nós somos levados de um local para outros espaços, tempos e agências (Latour, 2012, p. 239 – 249). Pensando a trégua e os números de homicídio, isso nos impele a seguir as práticas dos números e reconhecer os outros lugares, atores e tempos presentes em suas ações, como o IML, médico forenses e assassinatos cometidos no passado.

Dessa maneira, rastrear o global significa entender o ator como o centro de uma estrela composta por inúmeros raios e por toda sorte de conectores e agências que vêm e vão, nos forçando a entender como o ator se conecta a outros sítios e lugares, agenciando e sendo agenciado (Latour, 2012, p. 251 – 275). Por sua vez, quando rastreamos o local, notamos o transporte de presenças que se encaminham para outros lugares, de forma que o chamado local só passa a existir a partir de outros sítios, ou seja, a partir de suas conexões e agências relacionadas a outros espaços (Latour, 2012, p. 279 – 313).

3.4.2 Tradução

Outra maneira possível de se preocupar com os atores-redes e as dimensões sócio-materiais de suas associações é por meio da noção de tradução. Segundo Law (2007, p.5), outros filósofos da ciência, como Algirdas Greimas e Michel Serres, possuem um grande impacto nessa produção. Aqui, gostaria de recuperar um pequeno pedaço do trabalho de Serres. Para ele, existem no mundo certos remendos de ordem em meio a um mar de desordem. Assim, segundo o autor, seria interessante olhar para as fronteiras entre ordem e

desordem. Para tal, Serres pensa por meio de metáforas capazes de darem conta dos “mensageiros” que atravessam as diferentes ordens e até circulam entre ordem e desordem. Entre suas metáforas, podemos recuperar os parasitas, que transitam entre a vida e morte e o deus grego Hermes, mensageiro dos deuses do Olimpo das trevas. O que essas três metáforas tem em comum é o fato de tratarem, cada uma a sua maneira, da transposição de informações e criação de equivalências (Serres, 1974).

Inspirado pelo argumento de Serres, Law afirma que tradução é o trabalho de tornar “dois mundos equivalentes” (2007, p. 5) e também muda-los. Assim, trata-se de criar a relação entre atores e também alterá-los. Dessa maneira, o autor apresenta o trabalho de Michel Callon que, como veremos a seguir, será uma grande contribuição para este trabalho.

Indo direto ao ponto da tradução, deve-se entender que traduzir é uma tarefa semiótica, uma vez que se busca criar sentido a partir de entidades antes separadas, estabelecendo uma rede de agentes, criando pontes entre mundos antes separados e possibilitando a comparação (Callon, 1980, p. 211; Brown e Capdevilla, 1999, p. 32). Por exemplo, podemos comparar a quantidade de homicídios ocorrido entre maio e junho de 2012 em El Salvador, justamente porque os números conseguem criar uma semelhança entre assassinatos, corpos e mortes que ocorreram em lugares e tempos diferentes. Essa tarefa é possível justamente pela associação e formação de uma ampla gama de atores, como funcionários do Instituto Médico Legal, computadores, cadáveres e bisturis, que são resumidos, transpostos e traduzidos em um único número.

Assim, notamos como traduzir não é uma tarefa automática e nem direta. Por isso da importância de ressaltar a tradução em um trabalho com números de homicídios, porque ela evidencia como e de que forma os números passam a existir e o que garante a estabilidade desses atores. Agora, passaremos ao arcabouço analítico propriamente interessado com a tradução.

De acordo com o glossário presente no livro *Mapping the Dynamics of Science and Technology* (Callon et al., 1986), tradução envolve: a) a definição de papéis, sua distribuição e a delimitação de um cenário; b) as estratégias pelas quais um ator se torna indispensável para os outros, criando uma geografia de pontos obrigatórios de passagem e; c) o deslocamento imposto aos atores.

Esses argumentos são apresentados no trabalho de Callon (1986) *The Sociology of an Actor-Network: The Case of the Electric Vehicle* e posteriormente desenvolvidos e reorganizados no trabalho *Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St. Brieue Bay* (Callon, 1999). Nesse último trabalho, o autor divide o processo de tradução em quatro momentos, todos relacionados com os elementos citados no parágrafo anterior. Esses momentos seriam: a) problematização; b) criação de interesse (*interéssement*); c) alistamento (da palavra em inglês *enrollment*) e; d) mobilização.

O primeiro momento trata da determinação do grupo de atores e a definição de suas identidades de tal forma que eles se tornam pontos de passagem obrigatórios na rede em questão. Esse processo trata da formação de movimentos, caminhos e alianças que precisam ser formadas e aceitas para que determinada organização exista. Em outras palavras, os pontos obrigatórios de passagem tratam daquilo que é necessário que ocorra (Callon, 1999, p. 70). Ou seja, para que determinado elemento passe a existir ou continue existindo, é necessário que ele se associe a determinados atores, sem os quais, ele deixa de existir.

Esse duplo movimento de se tornar um ator e, ao mesmo tempo, ser indispensável e estabelecer pontos de passagem obrigatórios, é chamado de problematização e pode ser dividido em duas partes. A primeira delas trata da definição dos atores. Esse processo aborda a questão como certos atores são convocados a participarem de certos processos e a forma como suas identidades e associações são estabelecidas por meio de processos interrelacionais (Callon, 1999, p. 69 e 70). Podemos pensar, por exemplo, como o processo de traduzir cadáveres e morte em estatísticas de homicídio depende da atuação vários atores, cujas responsabilidades nesse processo vão sendo definidas na medida em que atuam. Os médicos legistas nessa organização, por exemplo, se tornam agentes responsáveis por definir a causa e o tipo da morte, ao passo que a polícia técnica civil é responsável por chegar primeiro na cena da morte e estabelecer uma *causa mortis* inicial, que pode ser refutada ou confirmada pelos legistas do IML.

A segunda parte do processo de problematização trata da definição de pontos obrigatórios de passagem. Esse processo trata, antes de mais nada, da formação de movimentos, caminhos e alianças que precisam ser formadas e aceitas para que determinada organização exista. Em outras palavras, os pontos

obrigatórios de passagem tratam daquilo que é necessário que ocorra (Callon, 1999, p. 70). Por exemplo, para que exista um número de homicídios, é necessário que alguém decida primeiro se determinada morte foi resultado de um assassinato ou não, e, sendo um homicídio, ainda é necessário que essas mortes sejam contabilizadas e passadas para uma tabela. Ainda tratando desse exemplo, cabe salientar como, a partir desse arcabouço teórico, é necessário a existência dessa informação sobre a quantidade de mortes ocorridas em El Salvador para que seja possível avaliar se a trégua foi capaz de reduzir os números de mortes intencionais ou não. Dessa forma, o primeiro momento da tradução trata da definição de quais atores são importantes para determinado processo e também quais são os pontos obrigatórios de passagem.

O segundo momento da tradução, por sua vez, trata dos aparatos que criam interesse ou, como utilizado por Callon, aparatos de *interéssement*. Esses aparatos são tratados como os responsáveis por trancarem as identidades em determinadas posições e determinados lugares. Durante o processo de problematização, é necessário que todas entidades atuem como o esperado (Callon, 1999, p.71). Em um processo de tradução, pode acontecer de uma entidade não agir como o esperado. Por exemplo, pode acontecer, por algum motivo aleatório, do corpo não apresentar as evidências necessárias para que o legista reconheça e determine um homicídio, como também é possível que algum computador não esteja funcionando adequadamente durante o processo de subir os números de homicídios para o site. Dessa forma, as entidades participando de um processo de tradução podem se negar a agir da maneira esperada, por isso é necessário garantir que os atores atuem como o necessário e tenham seu interesse na ação mantido. (Callon, 1999, p. 71 – 74).

Por exemplo, há a necessidade de que o computador atue da maneira esperada para subir o número de homicídios no site, logo, existe uma ampla rede de atores agindo para garantir isso, desde o estabilizador do computador até a atualização do software do navegador. Assim, o *interéssement* é exatamente esse processo de garantir que o ator atue da maneira necessária para executar determinada ação. Outro exemplo desse processo é a necessidade de um médico legista capaz de distinguir um homicídio de um suicídio. Sem toda uma rede que possibilite a concretização desse processo de distinção, não haveria homicídios. Logo, é necessário que essa rede, formada por aparelhos, técnicas, saberes e

outros atores, garanta que o médico legista consiga distinguir entre um assassinato e outras formas de óbito porque, do contrário, seria impossível produzir uma estatística de homicídio.

Assim, esse processo passa a ser composto por um grupo de ações responsáveis por impor e estabilizar as identidades dos atores. Mas qual a importância desse conceito para esse trabalho? Como dito por Callon (1999, p. 71 – 74), estar “interessado” é estar no meio, como a própria etimologia da palavra sugere, é estar interposto. Dessa forma, por exemplo, é preciso garantir que um cadáver se associe a outros atores, como o médico legista, para conseguir encenar o homicídio. Assim, uma identidade específica é estabilizada e imposta. Logo, por meio da criação de interesse, notamos, por exemplo, como os médicos legistas unem forças com cadáveres, aparelhos, técnicas e saberes para conseguirem determinar se ocorreu um assassinato ou não. Todo esse trabalho é destinado a produzir uma estatística capaz de agir na trégua, assim, como argumentado com o exemplo do vírus HIV, também não sabemos se seria possível existir a trégua sem os números de homicídio para encenarem seu começo e final, sucesso e fracasso e o próprio cumprimento do acordo pelas *pandillas*. Ao fazê-lo, eles definem cuidadosamente as identidades, objetivos e/ou inclinações suas e de seus aliados. Assim sendo, notamos como é necessário uma rede de saberes capaz de determinar as características de um assassinato, assim como aparelhos e técnicas para determinar se um corpo está morto. De maneira semelhante, também é preciso estabilizar a participação e a identidade de outras entidades, como o ar-condicionado, para garantir que um corpo chegue “fresco” ao IML. Isto posto, percebemos como é necessário garantir que os atores adotem uma determinada postura.

Contudo, esses aliados também atuam em outras organizações, não apenas na organização de um homicídio. Logo, suas identidades são, conseqüentemente, definidas em outras maneiras competitivas. É nesse sentido que se deve entender o interesse. Interessar outros atores é criar dispositivos que possam ser colocados entre eles e todas as outras entidades que desejam definir suas identidades, conseguindo, assim, fixar a identidade de um ator e fazer com que ele atue como o esperado. (Callon, 1999, p. 72). O que isso quer dizer no seu caso?

Indo agora para o terceiro ponto, notamos que Callon trata do processo de alistamento, ou, como usado no original, *enrolment*. Como vimos anteriormente, é

necessário a participação de instrumentos capazes de garantir que certos atores atuem como o esperado. Assim, quando esse processo de manter interesse e fixar determinadas maneiras de agir funciona, e é bem sucedido, temos um processo de alistamento. Nele, os atores são definidos e coordenados e os diversos papéis a eles atribuídos são relacionados (Callon, 1999, p. 74 e 75).

Por último, o quarto momento trata da mobilização dos aliados e os chamados porta-vozes. Apesar de já termos visto Latour tratar dos “porta-vozes dos grupos” (Latour, 2012, p. 57) aqui, assim como na obra de Callon (1999, p.76 – 78), trataremos da mobilização de aliados e os métodos usados pelos atores para garantir que determinados porta-vozes consigam representar os elementos supostos inicialmente. Assim, forma-se uma cadeia de intermediários e equivalências que desemboca em um porta-voz cuja credibilidade e inquestionável postura advém das alianças previamente formadas.

Por exemplo, o presidente salvadorenho Mauricio Funes afirmou na Assembleia Geral da ONU, na reunião de setembro de 2012, que (Funes, 2012, p. 7):

“El Salvador era o segundo país mais violento do continente americano até poucos meses atrás. A violência, o crime e a disputa entre as organizações delinquentes geravam uma média de 15 assassinatos por dia. Este mês de setembro a média é de 3,8 assassinatos diários” .

Essa afirmação, por mais simples que possa parecer, é um verdadeiro emaranhado de ações que merece ser destrinchado. Em primeiro lugar, notamos a criação de equivalência entre dois números de homicídio, um referente a “poucos meses atrás” e outro referente a setembro. Essa relação parte do pressuposto que ambos são equivalentes porque, do contrário, a comparação não seria possível. Essa equivalência é construída por meio da ação de uma série de atores que traduzem assassinatos em números e pela presunção de que ambos cenários contaram com a participação dos mesmos atores. Dessa maneira, esses atores são tratados como instrumentos de medição do número de assassinatos no país, representando fidedignamente os homicídios, assassinatos e cadáveres existentes em determinado período de tempo em El Salvador e traduzindo essas práticas em

um número. Contudo, eles não possuem voz e precisam falar por meio de algum outro ator, nesse caso, o próprio presidente.

Dessa forma, temos, por um lado, o presidente se associando a ferramentas de quantificação, entendidas como representantes dos assassinatos acontecidos em El Salvador e atuando como o porta-voz dos números de homicídio. Nesse processo, a trégua é organizada como um fenômeno “que representou uma drástica queda na violência e na delinquência” (Funes, 2012, p. 7). Além disso, El Salvador é encenado como um Estado “sob os olhares atentos da região, dos organismos multilaterais e dos países com quem mantém uma forte relação” (ibid), justamente em função da repentina e drástica redução da violência em seu território. Em contrapartida a isso, temos os números se associando ao presidente para conseguirem “falar” e agir nas organizações da trégua e na avaliação do processo.

Assim, junto com Callon (1999, p.78), notamos como a agência do presidente está atrelada aos assassinatos de El Salvador, que, por sua vez, são traduzidos, resumidos e inscritos em números de homicídio. Assim, o presidente falou em nome dos números e com os números, ao passo que os números falaram com e a partir do presidente. Nesse sentido, ao longo da ação de porta-voz do presidente, uma série de atores são deslocados e uma população de atores silenciosos são representados e encenados. Logo, não é mais preciso levar 3,8 corpos para o plenário da Assembleia Geral; basta levar um número.

Em síntese, a ideia de tradução enfatiza a continuidade do deslocamento, da transformação e a criação de mobilidade, fazendo com que lugares e mundos distintos se tornem próximos a partir da movimentação e associação de diversas entidades (Callon, 1999, p. 78; Law, 2007, p. 5). Olhar para o processo de tradução é direcionar a atenção para práticas transformativas, através das quais entidades são combinadas e associadas (Shiga, 2007, p. 41). Assim, os números passam a ser o efeito de um longo processo de tradução, onde uma série de pedaços são unidos para compor esse número, construindo um ator a partir de uma série de outros atores (Callon, 1986, p. 9 e 25)

3.4.3 Inscrições

Uma etapa fundamental do processo de tradução consiste em converter uma série de entidades em inscrições em traços. A noção de inscrições acabou ganhando notoriedade pela sua utilização no trabalho *Laboratory of Life: The Construction of Scientific Facts*, de Bruno Latour e Steve Woolgar (1979). Nesse trabalho, Latour e Woolgar tratam da construção de fatos científicos, como sugerido pelo próprio título, e das associações e atores envolvidos nessa tarefa, desde células, substâncias químicas, pedaços de papel até cientistas. Nesse livro, os autores tratam da maneira como os fatos científicos passam a existir a partir da mediação de uma série de atores, como as inscrições. Empréstado o conceito de inscrições literárias de Jacques Derrida (1976), os autores trabalham as inscrições como agentes preocupados com a transformação de matéria de um estado para o outro, da mesma forma como “matéria é transformada em documentos escritos”, tornando o conhecimento em algo utilizado (Latour & Woolgar, 1986, p. 51). Assim, cada aparelho de inscrição compreende uma combinação particular de máquinas, pedaços e aparatos (Latour & Woolgar, 1986, p. 58). O trabalho das inscrições está associado à crença de que elas possuem uma relação direta com alguma “substância original” (Latour & Woolgar, 1986, p. 51). Dessa forma, um diagrama – ou um número de homicídio – acaba por determinar certos pontos a serem focados na discussão sobre essa “substância original”. Por exemplo, a morte existente por meio da participação de um número de homicídio não é capaz de dar conta do sofrimento de entes queridos, assim, foca apenas em certos elementos técnicos, médicos e tecnológicos. Logo, por meio desse processo de resumir atividades e lançar luz em elementos específicos, essas inscrições passam a pautar debates e direcionar as maneiras de organizar certas entidades. Levando em conta o caso aqui trabalhado, podemos perceber que, quando o conhecimento sobre a trégua de El Salvador é construído por meio de inscrições, as entidades se tornam pontos de partida do debate. Por exemplo, só é possível comparar os números de homicídio de um mês com outro e determinar o fim e o começo do processo com a participação dos números.

A partir do exposto acima, o que temos é um ciclo de produção, onde uma série de práticas são organizadas de uma maneira específica, resultando em figuras e inscrições bem organizadas. Todavia, se por um lado, as inscrições

encapsulam e resumem determinadas combinações de máquinas, peças, pedaços de aparatos e técnicas, por outro lado, elas também apagam essas entidades e suas associações (Latour & Woolgar, 1986, p. 51 e 69). Um exemplo que auxilia na compreensão desse processo é o caso do telefone celular. Quando usamos esse aparelho, raramente nos lembramos de toda a rede de associações e práticas que participam da utilização de um celular. Nós esquecemos das torres, receptores, processadores, trabalhadores e satélites, porque o aparelho trata de resumir todas essas atividades e atores e, nesse processo, passa a agir como se estivesse sozinho, desaparecendo com essa ampla gama de elementos e associações

Outra relação que merece ser recuperada é aquela entre as inscrições e a escrita. Segundo Callon e Latour, as inscrições podem ser “disposições gráficas, cadernos de laboratório, tabelas de dados, relatórios, artigos públicos e livros” (Callon, 1997, p. 272). Esse exemplo dado pelos autores nos ajuda a compreender essa relação, porque ele evidencia como as inscrições só existem a partir da associação de atores e aparatos de escrita preocupados em transpor determinada informações ou conhecimento de um lugar para outro, transformando, por exemplo, o desemprego vivido no Brasil e um gráfico de pizza apresentado na sede do Banco Mundial em Washington. Assim, escrever se torna uma maneira de dar vida às inscrições, visto que trata de talhar determinado conhecimento ou informação em um lugar e ao fazer isso, acaba transpondo o conhecimento e tornando-o móvel. Levando essas informações em conta e articulando-a com a multiplicidade de formas de escrever e a ampla gama de aparatos de escrita, conseguimos imaginar como as inscrições podem variar desde os mais crus relatos, até tabelas, gráficos e discursos (Latour, 1987; Latour & Woolgar, 1979).

Portanto, um número de homicídio, por exemplo, é ao mesmo tempo uma inscrição e uma porta de entrada para todo um aparato de escrita. Assim, esses atores passam a coletar, processar e calcular a informação da maneira necessária para que ocorra a tomada de decisão, visto que, sem elas, essa atividade seria mais trabalhosa ou até mesmo impossível (Callon, 2002, p. 191 – 193). Por exemplo, seria bem difícil apresentar uma informação de crescimento industrial de determinado país sem a participação de números. Mas, com a participação desses atores, a informação passa a ganhar valor de verdade, precisão e realidade. De maneira semelhante, os números de homicídio também tratam de oferecer a informação de uma maneira acessível e adequada para que a trégua seja

organizada como um sucesso ou como um fracasso e tenha seu início e fim delimitado

Nessa lógica, esses aparatos de escrita são mecanismos de transformação, no caso das estatísticas de homicídio, tornando a morte em algo transportável de um lugar para outro. Em meio a esse processo, nos deparamos com o trabalho de quantificar, que é uma maneira de objetificar uma série de associações e criar relações mais estáveis, da mesma forma como um formulário de avaliação de uma empresa trata de objetificar ainda mais seu serviço e criar uma relação mais estável com seus clientes (Callon, 2002, p. 194 – 196). Ao pensarmos os números de homicídio a partir dessa reflexão teórica, notamos como esses agentes tratam de objetificar o processo de matar e morrer, traduzindo em um simples número o que era antes marcado por corpos humanos, sentimentos, fluídos, orifícios, hematomas, sangue, facas e armas de fogo. Todos esses elementos são traduzido e estabilizados em um número que consegue, a partir daí, atuar e participar da delimitação temporal da trégua, da organização do começo e final do evento e da criação dos mecanismos de avaliação do processo. Assim sendo, junto de Callon (2002, p. 197), percebemos como uma experiência que antes era confusa e marcada por sangue e cadáveres, passa a ser organizada em um número asséptico, definido e defensável, compartilhando de elementos tradicionalmente associados à frieza e ao rigor científico.

Contudo, apesar da força associada à atuação das inscrições, elas também precisam da participação de outras práticas e saberes, como ler e escrever. Nesse cenário, notamos como é necessário uma congruência entre as inscrições e certas práticas e saberes. Assim, os números de homicídio, por exemplo, só passam a fazer sentido a partir do momento que outros atores são capazes de ler, entender e reproduzir e processar a morte, traduzindo e inscrevendo essas informações em um formato numérico. Dessa forma, para criar laudos, preencher protocolos, gerar informações sobre a morte, determinar homicídios e construir estatísticas é necessário algo que garanta a execução correta e ordenada dessas tarefas. Nesse caso, o responsável por isso é um corpo de saberes que envolve a medicina-forense, agindo como uma ferramenta capaz de garantir a atuação necessária por parte dos médicos; o conhecimento das burocracias do Instituto, que possibilita o preenchimento dos livros de registro; e o conhecimento do EPI-INFO, necessário na fabricação das estatísticas. Sem esses aparatos, os atores poderiam não agir

como o esperado. Esses atores são mais do que manipuladores de instrumentos, eles são portadores de saberes necessários para o funcionamento bem sucedido da *assemblage*.

A noção de inscrição até aqui apresentada foi posteriormente desenvolvida com mais detalhes por Bruno Latour (1997) no trabalho *Ciência em Ação*. Ao olhar para a relação entre um professor e uma imagem impressa no laboratório, Latour afirma que aquela imagem é o efeito de uma série de processos de depuração, redesenho e reexibição. No caso apresentado por Latour, um processo de injeção de endorfina, alteração de nível basal e injeção de naloxona, é traduzido em uma simples linha, com as determinadas alterações marcadas e apresentadas por meio de oscilações, como na imagem abaixo:

“Pois bem. Este é o nível basal; agora, vou injetar endorfina; o que vai acontecer? Está vendo?” (Figura 2.2)



FIGURA 2.2

“Imediatamente o nível cai drasticamente. E agora observe a naloxona. Está vendo?! Tudo volta aos níveis basais. É totalmente reversível.”

(Latour, 2013, P. 97)

Nesse caso, uma reação que ocorreu dentro de uma câmara no laboratório e, que era até então invisível, passa a ser desenhada em um papel, ganhando formato e, portanto, passando a existir por meio de uma linha. Assim, é possível delimitar e medir pontos de aumento e redução de determinado indicador químico e delimitar o começo e o final da atuação de certas substâncias (Latour, 1997, p. 98 e 99). Logo, a linha consegue resumir ações ocorridas em outros lugares e permite que o professor produza conhecimento. Da mesma forma como o médico constrói conhecimento a partir da linha, acadêmicos, jornalistas, membros do governo e outros atores também constroem conhecimento sobre a trégua a partir dos números de homicídio.

Dessa forma, as inscrições tornam determinado conhecimento em algo móvel, estável e combinável. Estas garantem a capacidades de agir à distância,

estabilizar relações e combinar conhecimentos e outras práticas, agindo e possibilitando, por exemplo, a comparação de inscrições. De maneira mais geral, Latour afirma que por meio desse comportamento das inscrições, elas conseguem unir e mobilizar mundos separados. Para assentar seu desenvolvimento teórico, Latour relembra o exemplo da cartografia e o colonialismo. Como ele diz, não havia maneira de levar as terras da colônia para a Europa, nem era possível reunir em Lisboa ou em Versalhes os nativos dizendo, nas mais diversas línguas, as direções a serem seguidas (Latour, 1997, p. 348). Mas as inscrições geradas dessas excursões, como os mapas e os cadernos de notas, são capazes de transporem o mundo das colônias para o da metrópole e, assim, possibilitar uma reorganização das maneiras de se produzir conhecimento sobre as colônias (Latour, 1997, p. 349).

Outro autor que também traça um caminho similar ao de Latour e apresenta um texto cruzando colonização e o trabalho das inscrições é John Law (2010). Para ele, a expansão marítima e a reconstrução do contexto navegacional levada a cabo pelos portugueses nos séculos XV e XVI só foi possível graças à participação de elementos materiais, como documentos e outros aparatos. Como dito por Law, os portugueses encontraram durante o processo colonial a necessidade de estabelecer controle social e formas de agir e, assim, controlar à distância as ações ocorridas na colônia. A solução encontrada por eles foi criar redes sócio-técnicas capazes de assegurar que certos emissários conseguissem circular entre o centro e a periferia da rede, garantindo a durabilidade, força e fidelidade dessa organização e, no limite, do próprio colonialismo português. Certas inscrições, como documentos parte da burocracia colonial, passam a organizar práticas na colônia e encenar o controle da metrópole sobre aquele território (Law, 2010, p. 2). Dessa forma, vemos como as inscrições atuam e organizam uma série de elementos em cenários e sítios distintos.

Os números criam novas maneiras e categorias para apreenderem o mundo. Ao mensurar algo, os números criam um tipo de relação específica entre os objetos, transformando diferença em quantidade (Espeland & Stevens, 2009, p. 404). Por exemplo, não existem duas mortes iguais quantificadas pelos números de homicídio de El Salvador, contudo, ao serem traduzidos em números, os assassinatos tem suas diferenças apagadas e transformadas em quantidades, permitindo, entre outras coisas, a própria comparação entre as mortes.

Ao fazer isso, uma série de objetos são unidos e colocados sob o mesmo sistema cognitivo. Uma série de processos e práticas são simplificadas pela quantificação, da mesma forma como certas informações são excluídas, como o sangue e o sofrimento da morte, elementos ausentes nos números de homicídio. Assim, a quantificação passa a participar ativamente do processo compreensão e comparabilidade de fenômenos (Espeland & Stevens, 2009, p. 404, 415, 417).

Uma maneira de pensar sobre a atuação dos números é investigar a autoridade que as pessoas lhes concedem e considerar o porquê e quando as pessoas entendem os números como atores confiáveis do conhecimento. Como dito por Espeland e Stevens (2009, p. 417), a autoridade dos números pode ser investida: (1) do nosso senso de precisão ou validade atribuídos a essas representações (Anderson e Feinberg 1999; Desrosieres, 1998); (2) da sua utilidade na resolução de problemas (Carson, 2007; Didier, 2002; Porter, 1995); (3) em como eles acumulam e ligam usuários que investem e acreditam nos números (Feldman e March 1981; Kalthoff, 2005; Latour, 1987; Callon, 1986; Março e Simon, 1958); ou (4) de sua longa e crescente associação com a racionalidade e objetividade (Daston, 1992; Nussbaum, 2001; Weber, 1978). Entretanto, muitas vezes é uma combinação desses fenômenos que tornam os números particulares atraentes.

A quantificação seria uma estratégia de controle e de tornar certos elementos naturais ou sociais em objetos contáveis e manipuláveis (Turner, 1996, p. 74 e 77). Como afirmado por Martha Lampland (2010, p. 13 e 14), os números passaram a ser tratados como ferramentas, instrumentos e meios para atingir determinado fim, se tornando estáveis e fixos. Dessa forma, uma vez definido o conceito e o objeto da quantificação, os números entram para agir em nome das entidades conceituais. Assim, notamos a vida de inscrições, ou no caso desse trabalho, a vida dos números de homicídio (Robson, 1992, p. 688).

Frente os argumentos já apresentados, percebemos como o processo de tradução e as inscrições estão próximos. Primeiro, porque a tradução pode ser desempenhada por várias inscrições e, em segundo lugar, porque as inscrições são os efeitos de uma longa cadeia de atores preocupados em transformar, traduzir e criar equivalência entre mundos e agentes distintos (Law, 1999, p.8), como um corpo no IML de São Salvador e um número na tabela de homicídios do mês.

O que procurei mostrar com essa sessão é a maneira como construir conhecimento a partir dos processos que trazem os números à vida. Assim, o primeiro conceito que me auxilia nessa tarefa é o de tradução, por dar conta do deslocamento, da transformação e a criação de mobilidade, fazendo com que lugares e mundos distintos se tornem próximos a partir da movimentação e associação de diversas entidades (Callon, 1999, p. 78; Law, 2007, p. 5). As inscrições, por sua vez, como visto com a inscrição textual, resumem e deslocam esse conhecimento por meio de traços físicos que resumem outras práticas.

3.5. Porque dessa forma?

Ao olhar para a trégua seguindo os números de homicídio do IML, qual a possível contribuição desse trabalho para o leitor interessado no processo entre as *pandillas*? Além disso, porque essa pessoa deveria se preocupar com toda essa nomenclatura?

Ao entrar em contato com a literatura da trégua, percebi como os números estão presentes em várias análises desse processo dando forma para a encenação do começo, final, sucesso, fracasso e cumprimento do processo e mesmo assim eles eram automaticamente aceitos como não problemáticos. Dessa forma, o que pretendi organizar foi uma maneira de seguir esses números e questioná-los. Nesse processo, percebi como a compreensão da trégua foi deslocada para lugares e atores alternativos comumente não reconhecidos pela bibliografia. Neles, me chamou atenção como a morte precisa ser encenada por meio de estatísticas para organizar versões da trégua entre as *pandillas*. Não são as mortes relatadas por mães ou organizações sociais que contam e sim a morte estatística, organizada como o efeito de uma série atores que traduzem e inscrevem mortes em números.

Extrapolando as perspectivas tradicionais do campo da Resolução de Conflitos e Estudos da Paz, procuro contribuir com a construção de um diálogo, ainda pouquíssimo explorado no campo do *Peacemaking* e da Resolução de Conflitos, com o arcabouço teórico das agências não-humanas, das associações e das *assemblages*. Nas Relações Internacionais também há uma série de movimentos analíticos (embora ainda incipientes) com os quais partilho minha metodologia e teoria, exemplos de esforços preocupados em, de alguma maneira,

se associar a outras metodologias e pensar na produção de conhecimento em outros termos (Ong, 2014, p. 19).

Espera-se que esse diálogo possibilite conceber trégua de outra forma, atenta para algumas formas de encená-lo e uma maneira distinta de pensar em quem atua em situações violência e paz, abraçando a "desarrumação" proposta por Mol (2003) e Law (2004). Em outros termos, esta pesquisa busca não apenas evidenciar os limites dos estudos focados na produção da paz, mas também abordar outras dimensões da política possíveis a partir de um engajamento com atores não-humanos. Contudo, isso não seria possível sem a participação desse repositório de métodos e instrumentos.

3.6. Conclusão

O objetivo desse capítulo foi organizar o arcabouço teórico, analítico e metodológico que me permitirá discutir os números de homicídio de El Salvador. Seguindo esses atores e a maneira como eles atuam no panorama da trégua, notamos como ele encenam mais de uma versão do processo, criando marcos temporais de começo e final, determinando o sucesso e o fracasso do processo e atestando o cumprimento do acordo pelas *pandillas*.

Contudo, o ponto de entrada escolhido para tratar dos números foi a abordagem do ator-rede, principalmente a contribuição de Latour, focada nas associações entre os atores e a constituição de redes sócio-técnicas mantendo junto elementos que são tradicionalmente separados. Ao adotarmos essa abordagem fugimos de grandes narrativas explicativas e passamos a focar em como as práticas e rearticulações das associações entre os atores acabam redefinindo e rearticulando o social (Latour, 2012). Nesse sentido, Latour nos abre espaço para olharmos como a trégua é articulada por meio de uma rede de entidades, sendo um efeito da atuação em conjunto de vários atores, incluindo os próprios número de homicídio.

Assim, passamos a nos preocupar com o envolvimento de atores não-humanos em processos de criação de sentido (Law, 1999, p.3). Percebemos como é importante entender elementos não-humanos da mesma forma como entendemos elementos humanos, ou seja, reconhecendo a atuação e a relevância

desses atores. Isso nos leva a empregar as mesmas técnicas de produção de conhecimento tanto para um, quanto para o outro; como dito por Callon (1984, p. 200) “uma simetria generalizada” entre humanos e não-humanos. Logo, percebemos como a própria materialidade ganha seu sentido na medida que associa a outros elementos, o que nos obriga a encarar essa dimensão da vida como algo também relacional. Assim, focamos nossa atenção na atuação da materialidade e nas diversas formas desses agentes encenarem e participarem da organização do social.

Ao não tratar de elementos estáveis, e sim de coisas que precisam ser vividas e performadas, esse conceito chama atenção para a existência de atores graças a suas encenação (Camillis & Antonello, 2016, p. 73). Como argumentado por Mol (2002, p.44), se algo é real é porque ele é encenado e se esse algo parece estável, sólido, independente e definido é porque talvez ele esteja sendo encenado dessa maneira (Camillis & Antonello, 2016, p.73). Dessa forma, construir conhecimento por meio da agência e da encenação significa procurar e seguir as coisas na medida que elas são feitas, construídas e reconstruídas.

Contudo, é importante atentar para o que é encenado e qual é o efeito dessa ação, o que nos leva ao ponto da tradução. Como já vimos com Law, traduzir é o trabalho de tornar “dois mundos equivalentes” (2007, p. 5), é criar sentido a partir de entidades heterogêneas, estabelecendo uma rede de agentes, criando pontes entre mundos antes separados e possibilitando a comparação (Callon, 1980, p. 211; Brown e Capdevilla, 1999, p. 32). No caso aqui discutido, notamos como a tradução acaba por inscrever uma série de processos, como a autópsia e o assassinato, em um único número, estabelecendo, dessa forma, uma equivalência entre homicídios distintos e determinando um denominador comum para as mortes. Nesse sentido, ao final do processo de tradução dos homicídios em números, temos uma inscrição numérica entendida como a representação da quantidade de assassinatos ocorridos no país,

Contudo, é necessário realizar o movimento contrário do visto até aqui. Se os números atuam quando já estabilizados, vistos que são inscrições, é necessário mover para trás e acompanhar as associações que resultam nesses números. Para tal, será necessário passar pelo Instituto de Medicina Legal de São Salvador, foco da análise do próximo capítulo.

4. Os números na trégua

4.1. Introdução

Como vimos anteriormente, o repertório teórico da tradução, das inscrições, dos agenciamentos, desterritorializações e da agência não-humana são fortes aliados na tarefa de compreender a agência dos números de homicídio. Dessa maneira, veremos nas próximas linhas como esses conceitos participam desse trabalho, atentando para práticas e atores envolvidos na existência dos números de homicídio que encenam o começo, o final, o cumprimento, o sucesso ou o fracasso dos acordos da trégua.

Para cumprir tal objetivo, apresentarei uma ilustração das práticas descritas acima por meio de um processo de tradução e inscrição de um assassinato em um número, buscando retratar algumas associações que fazem os números e como esses números fazem tréguas. O objetivo desse capítulo é seguir a tradução e inscrição de assassinatos em números de homicídios, transformando sangue, mortes, protocolos e traços em um simples algarismo entendido como representação do total de homicídios ocorridos no país em dado tempo.

Nessa perspectiva, esse capítulo busca reparar em algumas associações e presenças ignoradas pelas imagens formais do processo. Acredito que uma forma de desempenhar tal esforço analítico seja por meio do foco na estipulação de pontos obrigatórios de passagem para a existência de um número de homicídio, nos aparatos de geração de interesse, no alistamento dos atores e nas associações a porta-vozes. Para tanto, me assentarei na análise de documentos formais, tal como o *Manual de Organización y Descripción de Puestos*¹ (Corte Suprema de Justiça, 2014), o *Manual de Procedimientos* (Ibid, 2014) e o *Manual de procesamiento de la escena del delito*² (Fiscalía General de la República, 2011). Além disso, uma série de informações relevantes para esse trabalho foram obtidas por meio de entrevistas com uma pessoa membra do Departamento de Patologia do Instituto de Medicina Legal. Para proteger seu anonimato, essa pessoa será tratada como “M”. Foram realizadas duas sessões de entrevistas, uma no dia 15 de setembro de 2017 e outra no dia 7 de fevereiro de 2018.

4.2. A vida da estatística mensal de homicídio

Um local onde ocorre o processo de tradução e inscrição de assassinatos cometidos em El Salvador em números de homicídios é o Instituto de Medicina Legal Dr. Roberto Mesferrer. É lá onde cadáveres são transformados em números. Criado em 1990, de acordo com o artigo 98 da Lei Orgânica Judicial de El Salvador, O Instituto de Medicina Legal (IML) Dr. Roberto Masferrer, mais conhecido como “O Instituto” (El Salvador, p. 28 – 34, 1990) tem a função de prestar serviços periciais e emitir pareceres de maneira independente e conforme legalmente requisitado. Assim, o Instituto se torna o responsável por proporcionar perícias solicitadas pelas autoridades governamentais, organizar e compilar dados e estatísticas sobre suas atividades e garantir a capacitação e atualização de seu pessoal técnico e científico. Ademais, quanto a questões criminais, cabe aos profissionais dessa instituição realizarem autópsias, exumações, desempenhar o reconhecimento pericial em cadáveres e reconhecer mortes violentas. Interessante refletir que apesar dos profissionais participantes desses processos supostamente acumularem um conhecimento que os qualifique para desempenhar essas ações, sem a lei, o conhecimento deles de nada faria. O corpo jurídico do país junto com o conhecimento e os atores encenam a autoridade desses profissionais. Nesse aspecto, podemos pensar, por exemplo, como a lei também preenche protocolos e participa de autópsias.

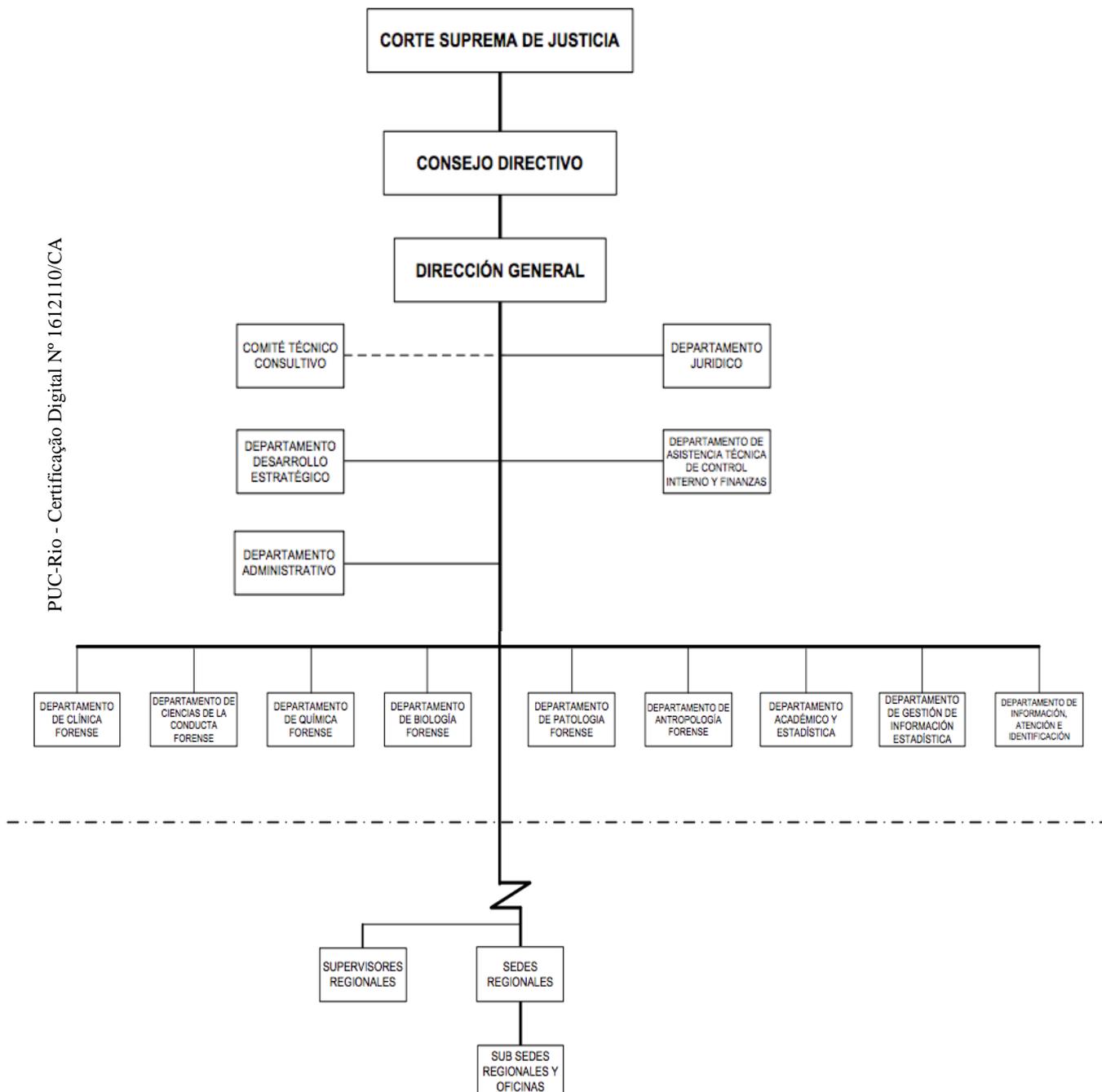
Tratando da seara civil, o Instituto é responsável por realizar testes de paternidade, interdições, realizar casamentos e outras práticas semelhantes. Falando de questões trabalhistas, o IML realiza perícias para o diagnóstico de doenças e acidentes associados ao trabalho. Por último, quanto a questões administrativas, são desempenhadas pelo Instituto as perícias de invalidez por motivos de doença ou acidente. Dessa forma, o Instituto se torna o espaço para a determinação de agressões, declarações de invalidez, atestados de morte, reconhecimento de mortes violentas e, relacionando ao nosso trabalho, construção de estatísticas de homicídio.

Essas e outras práticas tratam de organizar o que é feito no IML e ressaltam como o Instituto existe para além das estatísticas mensais de homicídio. Assim, é possível organizar esse local de diversas maneiras, indo além do trabalho de autópsias e estatísticas. Abaixo, podemos encontrar a

descrição formal do Instituto, como veiculada no *Manual Administrativo de Organización y Descripción de Puestos* (Corte Suprema de Justiça, 2014, tomo I, p. 12).

**ORGANO JUDICIAL
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL**

ESTRUCTURA DE ORGANIZACIÓN ADMINISTRATIVA



Tratando da parte final do organograma institucional, notamos que o Instituto de Medicina Legal de El Salvador está dividido em sedes e sub-sedes regionais, somando oito no total. A sub-sede ocidental é responsável pelas regiões de Santa Ana, Metapán e Chalchuapa; a sede regional Central atende às regiões de Santa Tecla e La Libertad; a sub-sede Metropolitana é encarregada de São Salvador; a sede regional Paracentral é incumbida de atender as localidades de San Vicente e Cojutepeque; a sub-sede Oriental é encarregada de San Miguel, La Unión, San Francisco Gotera e Meaguera e as sedes de Usulután, Chalatenango e Sonsonate são responsáveis pelos estados de Usulután, Chalatenango e Sonsonate. Essa divisão é pertinente para esse trabalho na medida em que as práticas do *levantamiento* e das autópsias acontecem em mais de uma sede ou sub-sede do IML e a organização das estatísticas só acontece em um único lugar, no Departamento de Estatística, localizado na sede do IML em São Salvador. Assim, esse processo de “viagem da morte” de uma das sedes ou sub-sedes para o Departamento de Estatística também é um processo a ser aqui trabalhado (Corte Suprema de Justiça, 2014, tomo II, p. 311 - 317; Fiscalía General de la República, 2011, p. 44 – 53).

Dentro dessa divisão entre sedes, departamentos e funções, nós olharemos com mais detalhes para os departamentos de clínica forense, patologia forense e estatística. Esses locais se tornam espaços importantes para a existência dos números mensais de homicídios, uma vez que em cada um desses sítios ocorreram uma série de práticas, como autópsias e exames, sem as quais os números de homicídio não conseguiriam existir. Nesses departamentos são estabelecidas diversas associações que organizam informações, mortes e números. De forma inovadora, essa dissertação procura atentar para o material e os agentes não-humanos participante dessas ações e associações, tal como os protocolos a serem preenchidos quando uma morte ocorre e os saberes participantes da análise do cadáver. Agora que já apresentei em linhas gerais o lugar aonde ancore minha análise, passaremos para o trabalho de transformar cadáveres e mortes em algarismos.

4.2.1 Homicídios

Como estamos tratando do processo de fazer uma estatística de homicídio, pensar nas palavras que compõem essa expressão pode ser um ponto de partida interessante para essa subseção. Podendo escolher qualquer uma das palavras da expressão “estatística de homicídio” para dar continuidade ao meu texto, começarei na parte do “homicídio”. Com o objetivo de compreender o que é responsável por fazer homicídios, começarei discutindo como é organizado um assassinato e suas estatísticas dentro dos corredores das clínicas e da sedes do Instituto. Como mostrarei, dentre as várias formas de surgir um assassinato dentro do IML, uma forma particularmente pertinente para esse trabalho é aquela que conta com a participação das pessoas da recepção, aparelhos de telefone, torres e fios de telecomunicação.

No momento de um homicídio, a *Fiscalía General* entra em contato por meio do telefone com determinada sede ou sub-sede do IML e solicita a presença de uma equipe da instituição na cena do crime. Dessa forma, um possível começo de um homicídio, e de suas estatísticas, é pelo telefone do Instituto. A partir da chamada, uma série de funcionários, como o médico de plantão, o fiscal do turno e os auxiliares de autópsia são convocados a agir e passam a negociar a ida até a cena do crime. Ao longo desse processo, esse assassinato também tem suas informações, como tipo de morte e o local do homicídio, transpostas para a folha de relatório do cadáver e para o livro de controle de *levantamiento* de cadáver de morte violenta (Corte Suprema de Justiça, 2014, tomo II, 311 - 317; Fiscalía General de la República, 2011, p. 91 – 96).

Até o momento descrito acima, a morte existe como uma organização material formada por telefones, documentos e livros burocráticos. Disso entendo duas coisas. A primeira delas é que, por enquanto, a morte existiu como um rastro burocrático sem as marcas de materialidade geralmente associadas a um homicídio, como sangue e corpos humanos destituídos de vida. A segunda coisa é que essa morte ainda não tinha a capacidade de impactar a trégua, ela ainda não tinha sido completamente traduzida e inscrita em algarismos e muito menos divulgada no site da Instituição. Assim o termo “homicídio” da nossa expressão “estatística de homicídio” ainda está incompleto.

Para continuar a fazer o “homicídio”, temos de ir até o local do assassinato. Lá, encontram-se funcionários da *Fiscalía*, como o fiscal e membros da polícia técnica civil, como profissionais do laboratório. Nessa fase do processo, uma das funções da polícia é proteger e custodiar a cena do crime e recolher o que eles entendem por evidência. Essas evidências, por exemplo, podem agir posteriormente na determinação dos caminhos a serem seguidos em uma autópsia. Quando feito dessa forma, um ator que se destaca são os sacos de evidência, porque eles teoricamente garantem a integridade e a preservação das evidências, negociando com a natureza a preservação desses totens temporais do assassinato e tornando o processo da autópsia mais “preciso”. Assim, eles passam a atuar tentando garantir que as evidências forneçam as informações necessárias quando delas demandadas. Segundo os manuais formais da instituição, catalogar as evidências é apenas uma das formas de organizar a cena do crime para a chegada dos funcionários do IML (Corte Suprema de Justiça, 2014, tomo II, 311 - 317; Fiscalía General de la República, 2011, p. 91 – 96,).

Já no local do homicídio, os atores do IML iniciam o processo de *levantamiento* que, resumidamente, consiste em realizar uma investigação do cadáver e da cena do crime. Entretanto, segundo o *Manual de procesamiento*, uma outra forma de entender esse trabalho é como a busca por pistas que auxiliem na determinação de antecedentes e circunstâncias para a morte em questão (Corte Suprema de Justiça, 2014, tomo II, 311 - 317 ; Fiscalía General de la República, 2011, p. 91 – 96). Como afirmado por M., o *levantamiento*, trata de estabelecer, entre outras coisas, quais são as lesões a serem analisadas e, dessa forma, determinar "pegadas" que guiarão o processo da autópsia. Nessa fase da vida da morte, os profissionais do Instituto examinam e investigam o cadáver, suas roupas e o local do crime em busca de provas médico-legais. Por exemplo, marcas de sangue, sinais de violência e projéteis são alguns dos elementos que orientam essa fase inicial do *levantamiento*. Vale ressaltar que dispensar evidências, à princípio, sem utilidade para a determinação da causa da morte é uma prática comum na cena do crime, como os elementos encontrados fora do cordão de isolamento da cena do crime. Além disso, Segundo o Manual de Processamento da cena do delito, todo esse processo deve ser feito de “maneira imediata, de forma ordenada, minuciosa, metódica, completa e ilustrada”. Essa informação passa a fazer mais

sentido quando pensadas junto das estatísticas de homicídio, porque uma análise supostamente completa e ilustrada da cena do crime auxiliaria no preenchimento do chamado protocolo geral de *levantamiento* (Anexo 2).

Esse documento é composto por oito partes a serem preenchidas com informações sobre o homicídio: 1) dados gerais; 2) história; 3) descrição do cenário; 4) exame minucioso da roupa do cadáver; 5) pertences; 6) sinais abióticos; 7) sinais especiais e; 8) evidência externa de trauma. Esse é mais um rastro de escrita deixado pelos homicídios, uma inscrição textual do morrer, visto que o protocolo não trata apenas da morte, ele também aborda as condições da morte. Nas suas páginas, um assassinato tem suas dinâmicas e processos transformados com o objetivo de ocupar as linhas de cada uma das sessões citadas acima. Contudo, o processo de escrever e transpor um homicídio para o papel não é algo simples. Veja-se, por exemplo, a busca por sinais abióticos. A tarefa de investigar mudanças bioquímicas ocorridas no cadáver é organizada por meio da atuação de vários atores para além do cadáver e do responsável por preencher o protocolo. Para citar alguns, podemos pensar no conhecimento do médico forense, os atores naturais como o calor e a chuva, a rigidez do corpo e o nível de putrefação. Dessa forma, esses atores encenam as alterações bioquímicas ocorridas no cadáver, a vida do corpo em questão e a hora do óbito. Assim, preencher o protocolo com as informações sobre esse homicídio não é uma tarefa levada à cabo apenas por atores humanos e nem somente por funcionários do IML. Sem a ação dos mais distintos atores, como sacos de evidências e o músculo que se contrai e não relaxa na rigidez cadavérica, seria muito mais trabalhoso analisar o cadáver, interagir com suas características, produzir conhecimento e informações sobre os homicídios e depois transpô-las e territorializá-las em um documento (Corte Suprema de Justiça, 2014, tomo II, 311 - 317; Fiscalía General de la República, 2011, p. 91 – 96).

Em meio a todas essas prática e atores, é interessante salientar como o Departamento de Clínica Forense se torna relevante para esse processo. Isso ocorre em função de suas ações, no fato de um assassinato poder começar no IML por meio desse departamento e também por ter sido o único lugar associado à cena dos homicídios ao qual tive acesso. São os funcionários da secretaria, os médicos forenses e os auxiliares de autópsias que tratam de receber os chamados

da *Fiscalía General* para realizarem o *levantamiento de cadáver*, dando o pontapé inicial da construção da taxa de homicídios.

Assim, após o trabalho da equipe do IML e a revisão final da cena do crime, o local é liberado. Posteriormente, o corpo oriundo da morte violenta é encaminhado à sub-sede do IML mais próxima e, havendo espaço e disponibilidade, o cadáver é levado diretamente para a sala de autópsia. Não havendo espaço o cadáver é armazenado no frigorífico enquanto aguarda o procedimento (Corte Suprema de Justiça, 2014, tomo II, p. 12). Essa imagem é, simultaneamente, organizada por documentos formais que tratam desses processos como algo definido por procedimentos lineares e bem ordenados e desorganizada pelos funcionários, como pude ver com M., que trata do processo de uma maneira mais simplificada, afirmando que “o médico realiza a remoção do cadáver que se transforma em evidência e [o corpo] é levado ao Instituto de medicina legal para praticar autópsia”.

De maneira mais ampla, o que me chamou a atenção até aqui foi a forma como uma coisa tão recorrente no cotidiano de muitas pessoas, como um número de homicídio, existe por meio de elementos nem sempre mencionados, como telefonistas e plásticos de evidências. Ao seguir algumas dessas associações, percebemos como elas são volumosas e merecedoras de tempo e dedicação por parte de quem as analisa. Em função disso, tentei mostrar até aqui com certo apreço a detalhes e nuances, algumas das várias formas de se pensar nas relações possíveis entre as práticas do *levantamiento*, os atores do IML e os assassinatos no país (Corte Suprema de Justiça, tomo II, 2014, p. 413 - 415 ; *Fiscalía General de la República*, 2011, p. 53).

Contudo, essas são apenas algumas das práticas que encenam o homicídio, até porque, se a clínica forense marca a fase do *levantamiento* do cadáver, o departamento de patologia forense, por sua vez, é o responsável por receber o corpo vindo da cena do crime, por lidar com os tramites burocráticos, como registrar a entrada do morto no livro de controle de ingresso de cadáveres, e por armazenar esse corpo e desempenhar a autópsia nele. As mesas do departamento de patologia são pontos de passagem obrigatórios para a construção da taxa de homicídios.

Chegando na sub-sede onde será realizada a autópsia, é realizado o reconhecimento do cadáver a partir das informações colidas no *levantamiento* e

preenchido o documento de reconhecimento do cadáver, ações desempenhadas pelo médico forense. Feito o reconhecimento, a pessoa da recepção recebe o documento de reconhecimento, tira uma cópia e a entrega à médica ou médico forense do departamento de patologia. Enquanto isso, o auxiliar da autópsia elabora a ficha de identificação do cadáver e anota as informações relevantes no livro de ingresso de cadáveres e o corpo aguarda o início da autópsia (Corte Suprema de Justiça, tomo II, 2014, p. 413 - 415 ; Fiscalía General de la República, 2011, p. 53).

Com a pergunta em mente de qual foi a causa da morte, os médicos se associam a ferramentas e práticas para executar os exames necessários. Assim, podemos pensar em uma série de organizações atuantes no processo da autópsia, contando histórias diferentes da morte. O agenciamento de médicos, lesões, bisturis e cavidades pode organizar a causa morte de determinado indivíduo e contar a história do assassinado, mas outras associações, como pulmão, médico, cadáver e enfisema organizam uma doença pulmonar e não necessariamente a morte do indivíduo. Dessa forma, a autópsia é a fase onde uma versão final da morte é organizada por meio da “determinação da causa da morte”, como dito por M. Contudo, essa encenação da morte ainda não é o fim, pois ao final de seu processo as informações sobre os assassinatos são inscritas em traços nos protocolos e na base de dados do Instituto, ganhando mobilidade e capacidade de se associarem a outros atores. Se, até esse momento, tudo que se sabia era que se tratava de uma morte violenta, agora a causa dessa morte é estabelecida e destrinchada por meio da autópsia. Na autópsia, são feitos dois tipos de exame: o externo e o interno. Durante a parte externa do exame, o médico analisa mais uma vez as lesões externas e suas características, medindo, por exemplo, os pontos de entrada e as consequências de determinada lesão. Aqui, notamos como o médico se torna o ator qualificado para determinar a causa e um suposto ponto de origem da morte. Para realizar tal definição, é necessário que o médico categorize a lesão responsável pela morte entre ferida, como no caso de uma facada; orifício, no caso de uma bala ou, por exemplo, uma contusão oriunda de um trauma contundente. Assim, é a capacidade de separar entre tipos de morte que interfere em quais inscrições farão, posteriormente, a categorização das mortes entre assassinatos por armas de fogo ou armas brancas, por exemplo (Corte Suprema de

Justiça, 2014, tomo II, p. 413 - 415; Fiscalía General de la República, 2011, p. 53).

Para poder entrar no corpo, o médico forense realiza a abertura das cavidades torácica, abdominal e craniana do cadáver e analisa os desdobramentos internos de determinada lesão, inspecionando os órgãos e os sinais deixados pela agressão. Ao longo desse processo, foram tiradas fotografias do corpo, criaram-se registros da causa da morte, “transpuseram” as lesões presentes no corpo para um esquema corporal em uma folha de papel e elaboraram um protocolo de autópsia com informações sobre a morte (Corte Suprema de Justiça, tomo II, 2014, p. 413 - 415; Fiscalía General de la República, 2011, p. 53). Segundo M., o trâmite da autópsia pode levar até um pouco mais de duas horas, dependendo da complexidade do cadáver, ou seja, da quantidade de lesões e elementos a serem analisados.

Assim, ao longo dessas associações, a morte passa por um processo de limpeza, onde as marcas da violência, do sangue e das agressões são transformadas em traços, por sua vez, presentes tanto nos protocolos, quanto na base de dados do Instituto. Nesse momento, essa organização da morte já passa a ser interessante para alguns atores, como *pandilleros*, acadêmicos e governantes porque ela já está traduzida em uma inscrição textual e depois vai participar, junto do EPI-INFO e outros atores, na organização das estatísticas de homicídio e nas encenação das tréguas (Corte Suprema de Justiça, tomo II, 2014, p. 413 - 415; Fiscalía General de la República, 2011, p. 53).

Se o que vimos até aqui foi a organização do “homicídio”, falta agora entender como ele se transforma em fonte de estatísticas e passa a fazer a “estatística de homicídio”. Para isso, é necessário compreender como a palavra “de” da expressão “estatística de homicídio” é feita, ou seja, veremos agora uma forma de se estabelecer a relação entre assassinatos e estatísticas.

4.2.2 De

Findo a autópsia e o preenchimento do protocolo, esse processo é registrado na base de dados do Instituto. Esse registro é feito por meio da transcrição das informações escritas nos protocolos para o programa de

computador EPI-INFO. Nesse aspecto chama atenção como não basta apenas saber preencher protocolos, como feito a partir da autópsia, é preciso também saber preencher os campos do EPI-INFO para poder colocar a informação no sistema e, assim, conseguir fazer uma estatística de homicídio. Dessa forma, para conseguir montar estatísticas, é preciso assegurar antes que as informações dos protocolos sejam transpostas para a base de dados do Instituto, sem as quais seria muito mais trabalhoso construir o “de” da “estatística de homicídio”.

Para isso, não é necessário apenas o saber médico para organizar o assassinato estatístico, é preciso saber ler as informações escritas nos protocolos e saber para onde transpor esses dados. Nesse momento, o computador também é um ator a ser lembrado, porque ele é parte integrante do processo de digitar as informações protocolares no EPI-INFO. Quando essas informações são corretamente transpostas para a base de dados, o homicídio se torna móvel e passível de associação a assassinatos perpetrados em outros tempos e lugares e, assim, dar vida a uma estatística mensal de homicídio.

Desse modo, falar da trégua como um sucesso, por exemplo, se torna uma ação afetada por, e associada a computadores, campos a serem preenchidos e programas de computador. Olhando ainda com mais atenção para o EPI-INFO, vemos como as associação participantes do sucesso da trégua, repetindo o exemplo, vão para além de El Salvador, uma vez que o EPI-INFO é um *software* de domínio público criado pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças do governo dos Estados Unidos da América (EUA) (CDC, 2018). Assim, deve-se perguntar: seria possível falar do sucesso da trégua sem essa agência governamental dos EUA participando da tradução de assassinatos em números por meio de um programa de computador?

O processo de preencher as categorias da base de dados e alimentá-la corretamente pode ser uma maneira de se entender a construção do elo entre homicídio e estatística. Assim, falta agora olhar para o último componente da expressão “estatística de homicídio”: a estatística.

4.2.3 Estatísticas

Da mesma forma como questionado acima, deve-se perguntar se haveria números de homicídio sem o Departamento de estatística. Nas dependências desse departamento ocorre a compilação dos homicídios ocorridos no país. Os funcionários do departamento acessam a base de dados, alimentada pelos profissionais de todas as sedes, responsável por armazenar informações dos procedimentos ocorridos em todas as sedes do IML, e, a partir daí, junto com cadáveres, médicos forenses, números e programas de computador trazem as estatísticas de homicídio à vida.

A tarefa de acessar a base de dados e, a partir dela, extrair as informações sobre os homicídios e construir estatísticas, é uma tarefa que evoca práticas e atores que fogem de imagens já estabilizadas do processo e atuam encenando o sucesso, fracasso, fim, começo e o cumprimento dos acordos. Isso significa que dependendo de como a autópsia for realizada, o protocolo for preenchido, as informações transpostas para o EPI-INFO e a estatística construída, pode existir ou não trégua entre as *pandillas* de El Salvador. Logo, só é possível pensar nessas encenações e no próprio cumprimento dos acordos da trégua porque existem redes, agenciamentos e *assemblages* constantemente postas em ação para assegurar a equivalência entre números e assassinatos.

Contudo, não quero forçar o leitor a acreditar que todo contato possível com as estatísticas de homicídio é sempre intermediado pelos mesmos atores. No meu caso, duas das pessoas por mim entrevistadas tinham fontes divergentes de informação. Para o funcionário da OEA, a informação sobre os homicídios vinha diretamente de um médico forense do IML e para um dos jornalistas do El Faro, a informação sobre os homicídios vinha da polícia civil, que, teoricamente, checa e alinha seus dados sobre assassinatos contabilizados com as informações detidas pelo IML. Em contrapartida, meu contato com as estatísticas se deu pelo site da Corte Superior de Justiça do país, uma vez que as informações sobre homicídios atualizadas são carregadas lá. Uma vez carregadas no site, elas se tornam móveis e passam a carregar consigo o trabalho envolvido em sua fabricação.

Desse modo, existem várias formas de articular mortes e diversos atores para participar dessa atividade, contudo, aqui, escolhi acompanhar os números de homicídios e algumas práticas e agentes que são importantes para a existência

desse ator e que são recorrentemente esquecidos. Um dos efeitos de se produzir conhecimento sobre a trégua a partir dos números de homicídios e das ferramentas de quantificação, é a organização de uma versão técnica, asséptica e homogênea de morrer, traduzida em algarismos, como ilustrado pela tradução de uma variedade de mortes, sentimentos, vítimas, sangue, trabalhos, observações e “depuração de fatos” em um simples número e em uma estatística que reúne todas as mortes de um mês. Fazendo isso, esses números passam a encenar versões da trégua. Assim, neste trabalho, procuro deslocar a produção de conhecimento sobre a trégua e propor outras formas de se entender esse fenômeno.

Agora que a parte final da “estatística de homicídio” já foi trabalhada, percebemos como um homicídio é processado pelo IML e como é construída a relação de equivalência entre um cadáver e um algarismo na planilha de homicídios mensais. Contudo, o propósito do atual capítulo é de destrinchar algumas das práticas e atores participantes da vida do índice de homicídio e, assim, seguir como eles passam a existir e como é estabelecida a agência “número”. Dessa forma, nas próximas linhas, tentaremos associar o arcabouço teórico visto no capítulo anterior com os processos e rotinas do Instituto.

4.3 .Os trabalhos associados aos números

Considerando o recorte desta pesquisa e o repertório de métodos proposto, procurarei seguir os números de homicídio na medida em que ganharam vida no ano de 2012, buscando compreender como, a partir de sua organização, eles ultrapassam as barreiras de seu lugar de criação, deixando marcas de sua territorialização escritas dentro do IML e passando a atuar em uma série de organizações da trégua de El Salvador. Assim, buscarei acompanhar os efeitos analíticos e teóricos que possibilitam criar um diálogo entre a preocupação com as associações e os atores não-humanos e as associações participantes da trégua de El Salvador, direcionando meu olhar para os processos de encenação de mortes, assassinatos, números de homicídio e versões da trégua entre as Pandillas.

Para tanto, me basearei especialmente naquilo que Callon chama de os quatro momentos da tradução, no trabalhos das inscrições e suas marcas textuais e no movimento de comparação possibilitado por esses atores.

4.3.1 Por onde e com quem passar?

Esse momento da tradução trata da determinação de um grupo de atores importantes para determinado processo, nesse caso, os números homicídios. Dessa forma, trata-se da formação de movimentos, caminhos e alianças que precisam ser formadas e aceitas para que determinada organização exista. Em outras palavras, os pontos obrigatórios de passagem tratam daquilo que é necessário que ocorra (Callon, p. 70, 1999). No caso da trégua, nós só podemos falar de números de homicídio porque a telefonia recebeu e repassou a demanda da *fiscalia* para a área da clínica médica, a partir da qual houve a análise clínica do médico forense no processo do *levantamiento*, o trabalho da determinação da causa da morte na autópsia e a coleta e organização dos dados por meio do EPI-INFO dentro do Departamento de Estatística. Olhar para essas práticas acaba nos levando para longe das imagens e discursos formais sobre o processo de negociação entre as gangues, em direção ao que é comumente esquecido, naturalizado e não problematizado. Ao mesmo tempo, esse movimento põe em destaque certos elementos, como programas de computador e determinados saberes sem os quais não haveria um número capaz de traduzir os assassinatos ocorridos no país.

Assim, como propõe Callon, percebemos como esses atores passam a se tornar indispensáveis para a estatística de homicídio e, dessa forma, para a organização da trégua, por exemplo, como um evento linear com começo e fim e passível de avaliação por meio das categorias de fracasso e sucesso. Dessa forma, já podemos perceber a estabilização desses locais indispensáveis para a tradução de assassinatos em números. Nessa perspectiva, temos um duplo movimento: o primeiro de definir os atores participantes da vida da estatística de homicídio e o segundo de estabelecer suas identidades e as associações a serem mantidas (Callon, p. 69 e 70, 1999).

Um exemplo para ilustrar esse percurso é o caso dos médicos forenses que precisam definir a causa e o tipo da morte, os auxiliares que precisam preencher os trâmites burocráticos e o EPI-INFO que precisa funcionar adequadamente, armazenar as informações dos protocolos e compilar os dados estatísticos como demandado. Esse processo de definir os atores necessários para a estatística e estabelecer maneiras de agir e suas identidades é uma forma de buscar assegurar que cadáveres e mortes sejam adequadamente “representados” em estatísticas de homicídio, conseguindo assim, encenar a morte de uma maneira móvel e combinável. Mas, além disso, esse ponto enfatiza o trabalho conjunto existente em um número de homicídio. Contudo, não é necessário apenas determinar quem e como agir e por onde passar, também é preciso tentar assegurar a ação adequada.

4.3.2 Como criar interesse?

Trancar identidades em locais específicos, determinar lugares e práticas imprescindíveis e garantir a atuação necessária por parte dos atores seria uma tarefa muito mais difícil sem os aparatos responsáveis por criar interesse ou, como utilizado por Callon, aparatos de *interéssement*.

Entendidos pelo autor como parte do segundo momento da tradução, no caso das estatísticas, esses utensílios agem criando laudos, preenchendo protocolos, gerando informações sobre a morte, determinando homicídios e construindo estatísticas. Nesse caso, para a execução dessas tarefas, é necessário um corpo de saberes que envolve a medicina-forense, agindo como uma ferramenta capaz de garantir a atuação necessária por parte dos médicos. Por exemplo, o saber médico adquirido por esses profissionais os capacita para distinguir uma ferida de bala de uma ferida de faca. Esse conhecimento, por sua vez, faz com que as informações sobre o momento da causa da morte ganhem contornos de precisão e veracidade. Esse mesmo saber que carimba a ação médica com o selo da verdade, também qualifica o médico para preencher os protocolos de maneira demandada, entendida como “correta”. Assim, sabendo distinguir o tipo de morte “corretamente”, preenche-se protocolos “corretamente”. Dessa forma, quando essas informações são passadas para o EPI-INFO, a morte já está adequada a categorias e espaços do programa. O saber médico e o conhecimento

sobre os protocolos preparam os assassinatos para se tornarem adequados para a organização “correta”. Sem esses elementos, como os conhecimentos vistos acima, os atores poderiam não agir como o esperado. Como seria possível demarcar qual tipo de violência foi responsável pela morte, como requisitado na 4ª página do protocolo de *levantamiento* do cadáver (Anexo 2), e qual o tipo de arma de utilizada, como requerido pelo quesito IA na 5ª página desse documento, sem a existência do saber médico?

Sem essa informação, olhar para as feridas e sinais em um cadáver e estipular trajetórias de golpes e causas de lesões seria uma tarefa mais difícil. Assim, essa ampla gama de saberes fazem os homicídios e suas estatísticas, organizando o tempo, o resultado e o cumprimento da trégua. Entretanto, também é interessante realizar o raciocínio contrário e pensar como seria difícil produzir uma estatística de homicídio com caráter de precisão e verdade sem esses conhecimentos (Callon, p.71 - 74, 1999). Assim, esse saberes alocam os atores necessários em pontos determinados da estatística de homicídio, estipulando posições e como agir. Como as coisas não estão fixas a apenas uma ou duas *assemblages*, é preciso minimizar os efeitos desses outros agenciamentos. Nesse caso, por exemplo, o ar condicionado do IML trata de conter o agenciamento estabelecido entre o cadáver e as forças da natureza que participam de sua degradação e putrefação, mantendo, assim, o frescor do corpo e garantindo que a identidade daquele corpo seja a de um cadáver analisável e não a de um cadáver podre e inapto para a autópsia. Dessa forma, tranca-se o cadáver em determinada posição e em um lugar específico.

4.3.3 Como alistar os atores?

O terceiro momento da tradução trata do alistamento de atores e pode ser compreendido como um complemento teórico aos aparatos de geração de interesse. Do original de Callon, *enrollment*, esse processo ocorre quando o movimento de trancar o ator em uma posição e compeli-lo a agir funciona. Trata-se, em outras palavras, de um processo de *interressement* bem-sucedido (Callon, p. 74 e 75, 1999). Por exemplo, quando Callon trata das vieiras na baía de Saint-Brieuc, ele afirma que há um interesse por parte de determinados

atores de que as vieiras se fixem na costa da baía. Contudo, não basta apenas querer que elas se fixem, é preciso negociar essa fixação com as vieiras e outros elementos. Ou seja, é preciso garantir que as correntes marítimas e os visitantes da área, por exemplo, não atrapalhem essa fixação. Assim, não basta apenas convocar as vieiras para agir, é preciso negociar a fixação por meio da utilização de aparatos e propiciar essa ação. Assim, quando as vieiras estão fixas, trata-se de um processo de alistamento, uma vez que a convocação das vieiras deu certo e o trabalho de aparatos de geração de interesse possibilitou a fixação delas na costa.

De maneira semelhante, eu vejo as estatísticas de homicídio como efeito de uma sucessão de alistamentos. Por exemplo, não basta apenas existir um cadáver resultado de um assassinato, ele precisa participar do processo da autópsia e revelar sua causa da morte e, para isso, suas condições físicas da hora da morte precisam ser mantidas por meio do uso do ar-condicionado. Essa é uma ilustração de alguns atores e algumas atuações que precisam ser fixados para participarem de uma estatística de homicídio. Até porque, de nada adianta convocar um ator e ele não atuar como o esperado, a cadeia de montagem do número de homicídios não pode ser interrompida. Nesse sentido, é preciso garantir a atuação adequada, por isso dos aparatos de alistamento.

Além disso, também devemos ter em mente como os próprios protocolos a serem preenchidos e os outros rastros burocráticos deixados por um morto, como o registro do cadáver nos livros de controle, são traços da atuação de aparatos de alistamento. Ao analisarmos o protocolo de *levantamiento* de cadáver, notaremos como o olhar do médico forense é direcionado para determinados pontos específicos do panorama da morte, como os sinais abióticos e a condição física do cadáver. Nesse processo, o protocolo passa a demandar determinada ação do médico forense e esse, por sua vez, a executa e repassa os resultados para o documento e, como no caso dos homicídios, para a base de dados do IML. Assim, o médico forense é convocado para atuar e ainda recebe, por meio do protocolo, um guia do que buscar junto com o cadáver, o que, por sua vez, afeta as maneiras de agir do médico. Como as informações desse protocolo são posteriormente transpostas para a base de dados e utilizadas para fazer estatísticas, não agir como demandado pelos protocolos e não “coletar” as informações

necessárias pode, por exemplo, reverberar na não-confecção de determinada estatística.

4.3.4 As inscrições textuais e os números

Esse aspecto da escrita, do preenchimento de protocolos e da alimentação da base de dados, merece um pouco mais de atenção. Esse trabalho de transpor informações vistas na cena do crime ou no cadáver para uma folha de papel, ou para uma base de dados no computador, está preocupado em converter uma série de entidades, como sangue e a ausência de vida, em traços. O trabalho de um médico forense de olhar para um corpo sem batimentos, examinar suas feridas e manchas e depois transmiti-las para uma folha de protocolo pode ser entendido como a tarefa de transformar a matéria de um estado para outro.

Essa atividade é uma parte muito importante do processo de encenação das estatísticas de homicídio, porque nessa etapa são apagadas as particularidades e diferenças entre uma morte e outra e todas essas experiências passam a ser manifestadas em um formato de traços numéricos, como no caso da quantidade de homicídios ocorridos no país. Assim, é esse processo de transpor a morte e suas características da mesa do médico forense para o papel e do papel para computador que torna possível as versões da trégua, porque, sem esses traços para resumir e concentrar essas práticas, seria muito mais difícil acessar a quantidade de assassinatos ocorridos no país e tirar conclusões a partir disso. Dessa maneira, os números e seus traços se tornam a porta-de-entrada para o IML e tratam de dar uma visibilidade numérica para os assassinatos ocorridos no país, traduzindo as mortes em uma estatística mensal de homicídios.

Essa versão numérica é uma “edição” estabilizada da morte - visto que as condições e a causa da morte já estão determinadas e inscritas em traços - e também é uma versão móvel da morte - uma vez que os números de homicídio carregam consigo os assassinatos e as práticas envolvidas na sua organização. Com esses processos resumidos em um formato numérico, eles se associam de distintas maneiras com outros atores e, dessa forma, são deslocados para vários lugares. Assim, como já vimos anteriormente, esses assassinatos são territorializados no IML por meio da criação dessas inscrições numéricas e

também desterritorializados, uma vez que essas inscrições são móveis. Desse modo, uma forma de entender as tréguas de El Salvador é por meio das desterritorializações, visto que é graças a capacidade desse número de se deslocar que vários atores passam a se associar a ele e encenar as versões da trégua (Deleuze & Guatarri, Latour & Woolgar, 1986, p. 51).

4.3.5 Quantificando as mortes

Em meio ao processo de transpor a morte para o papel e criar inscrições, também nos deparamos com o trabalho de quantificar, que é uma maneira de objetificar associações e criar relações mais estáveis (Callon, 2002, p. 194 – 196). Ao pensarmos os números de homicídio a partir dessa reflexão teórica, notamos como essas inscrições, além de atribuírem mobilidade e estabilidade às mortes, aos saberes e aos atores envolvidos em sua fabricação, elas também objetificam o processo da morte, traduzindo, resumindo e inscrevendo autópsias, médicos legistas, programas de computador e motoristas em um simples número. Esse número, por sua vez, passa a agir carregando consigo esses atores e também apagando-os. Quando olhamos para uma estatística de homicídio, não pensamos diretamente no trabalho de catalogar um cadáver e muito menos na centralidade do ar-condicionado no frigorífico, justamente porque essas inscrições numéricas eliminam o trabalho desses atores por meio do tratamento médico-forense e estatístico.

Quantificar é um trabalho que extrapola a compreensão de que essas estatísticas de homicídio seriam meras representações dos assassinatos ocorridos no país. Quantificar é uma maneira de reconfigurar o social e desenvolver novos significados e compreensões para o mundo (Porter, 1994). A forma encontrada pelas ferramentas de quantificação para fazer isso é por meio do disciplinamento de corpos e objetos, de forma que possam agir da maneira necessário. Ao criar protocolos e procedimentos burocráticos para serem seguidos, estipula-se formas de agir e retratar determinada circunstância. Por exemplo, um protocolo de *levantamiento* instrui a pessoa que irá preenche-lo a procurar por determinados elementos, como sangues e lesões, e ignorar outros, como aqueles localizados fora do isolamento da cena do crime. Assim, o protocolo passa a encenar uma versão

da morte com certos recortes específicos, exercendo um controle sobre essa morte, escolhendo o que merece continuar como elemento participante da morte e o que deve ser descartado.

Contudo, dessa mesma reflexão da eliminação de processos e práticas, podemos perceber a emergência dos limites da quantificação e, dessa maneira, os limites da própria trégua. Ao focarmos apenas em algarismos, acabamos fechando os olhos para toda uma rede de sentimentos e afetos, como o sofrimento das mães e dos entes queridos da vítima do homicídio. Essas e outras tantas associações escapam da lógica protocolar, quantificadora e técnica do Instituto e não são traduzidas em dados de homicídio. Assim, as organizações da trégua que recaem fortemente nesse tipo de ator acabam perdendo um pouco de certas dimensões, como a experiência humana e afetiva que orbita ao redor da morte e da violência, se tornando, assim, limitadas.

Entretanto, é justamente por meio do cancelamento dessas redes e agentes que os números de homicídio adquirem seu caráter de precisão científica, sua autoridade e estabelecem a equivalência entre os homicídios ocorridos no país. É importante ressaltar a cadeia de transformação de um assassinato em um número e os atores que fazem essa cadeia de produção. Por passarem pelas mãos técnicas e precisas de toda uma equipe qualificada, como médicos e auxiliares, e serem alvos da aplicação do saber médico-forense e estatístico, as mortes são transformadas em números e as experiências de morrer são homogeneizadas. Se são homogêneas, são todas iguais, se são iguais, são comparáveis, o que nos leva a próxima questão importante para esse trabalho, que é a ação de comparar e de analisar o que participa dessa prática de comparativa.

4.3.6 Comparando mortes e os porta-vozes

Ao mensurarem algo, os números transformam as diferenças de um objeto em uma quantidade. A morte da policial salvadorenha Carla Mayary Ayala Palacios, por exemplo, será contabilizada apenas como mais um caso de homicídios ao final do mês de dezembro de 2017. Contudo, o fato de ter sido morta por policiais colegas de grupamento, de ter ocupado um carro com seus três executores minutos antes de sua morte e de ser mais um caso de violência de

gênero a engrossar as denúncias contra a Polícia Civil, não cabe nas curvas e nem nos espaços dos números mensais de homicídio (Valencia, 2018). Assim, ao quantificarmos mortes e assassinatos perdemos certas nuances dessas situações em detrimento da inscrição numérica, logo, as diferenças são substituídas por quantidades.

Tendo em vista que, segundo os manuais institucionais do IML de El Salvador, todos homicídios notificados são tratados por meio das mesmas técnicas de processamento e análise, percebemos como a dinâmica da replicação é importante para comparar estatísticas (Collins, 1985). Sem a crença de que é possível aplicar o mesmo tratamento dado a um homicídio a todos os outros, não é possível traçar comparações. Por exemplo, para encenar o início da trégua por meio de uma queda de 100 homicídios entre fevereiro e março de 2012 e o final do processo em 2013, com um aumento de 67 homicídios de junho para julho, é preciso acreditar que foram usadas as mesmas técnicas e os mesmo procedimentos em cada um dos homicídios quantificados acima, porque, do contrário, o caso que não recebeu o tratamento adequado estaria sujeito a críticas e isso poderia colocar em questionamento as conclusões médicas. Assim, antes de comparar é preciso homogeneizar os assassinatos, ressaltar as semelhanças entre os homicídios e apagar as diferenças.

Dessa forma, só é possível comparar porque os números servem para criar uma semelhança entre assassinatos, corpos e mortes que ocorreram em lugares e tempos diferentes. Essa tarefa, por sua vez, é possível justamente pela associação e formação de uma ampla gama de atores, como funcionários do Instituto Médico Legal, computadores, cadáveres e bisturis, que são resumidos, transpostos, traduzidos e inscritos nesses números (Valencia, 2015; Archibold, 2012; Martínez, Martínez, Arauz & Lemus, 2012; Latour, 1987; Callon, 1986; Carballo, 2015, p.7; Tager & Umaña, 2013, p. 6).

Entretanto, por mais que os números existam, eles não conseguem agir sozinhos, e, por isso, é necessário mobilizar aliados e representações para desempenhar tal ação. Assim, os números manipulam certos atores para se tornarem seus porta-vozes, fazendo com que esses mensageiros falem pelas estatísticas. Esse é o quarto e último momento da tradução. Dessa forma, por exemplo, quando jornalistas e acadêmicos se engajam com os números de homicídio e utilizam suas informações, não são os autores da matéria ou do artigo

que estão falando, mas sim os números de homicídio que estão falando com e por eles. Esse aspecto do processo de tradução aponta para a agência dos números de homicídio, evidenciando uma dinâmica muito interessante, que mostra como os números falam por meio dos porta-vozes, tal como os jornalistas, acadêmicos e políticos.

Nesse processo, quando essas condições da tradução e da atuação das inscrições são atendidas e os porta-vozes alistados, práticas e atores aparentemente tão distantes da imagem formal da trégua passam a se tornar tão importantes quanto qualquer outro mediador do processo, funcionário de organização internacional ou agente governamental. Sem eles, a afirmação feita pelo delegado regional do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime em 2014, de que “a experiência que se deu em El Salvador produziu uma importante redução nos homicídios” (Barros, 2014), seria impossível.

Dessa maneira, como tentamos argumentar nessa dissertação, os debates e embates sobre a trégua, tal como consolidados na literatura especializada dominante, só podem existir após a estabilização e inscrição da morte nesses números. Os números são, portanto, pontos de partida para as análises que disputam pela definição do sucesso ou fracasso da trégua, por exemplo. Dessa forma, entende-se que quem controla as mortes em um panorama marcado pela violência e por homicídios também controla as formas de organizar esse cenário, incluindo as formas consideradas legítimas de produzir conhecimento sobre conflitos e organizar processos de pacificação. Logo, os números de homicídio fazem algo nessas ocasiões como a trégua de El Salvador e esse aspecto do impacto dos números na forma de organizar esse evento é um ponto que merece uma atenção especial, como veremos a seguir.

4.4. Os números fazem as tréguas

Até agora, o que procurei mostrar foi como a trégua pode ser trabalhada junto de conceitos e abordagens teóricas ainda pouco exploradas dentro de disciplinas preocupadas com o estudo da violência, do conflito e da produção da paz. Ao fazer isso, me chamou a atenção como, uma vez estabilizados em formato numérico, os assassinatos e seus números se tornam atores que articulam

momentos-chave da trégua, nominalmente: o começo, o sucesso e o cumprimento dos acordos, como encenado pela queda de homicídios, e seu fim, o fracasso e desrespeito aos acordos, como encenado pelo aumento dos homicídios. Assim, é possível afirmar que os números são atores que merecem atenção e cuidado analítico como qualquer outro participante desse processo da trégua.

Dessa forma, identifiquei mais de uma forma dos números fazerem tréguas, ou seja, mais de uma organização da trégua que contou com a participação desses números de homicídios. Dentro das várias formas de pensar em marcos temporais para a trégua, um final possível para o processo pode ser encenado no ano de 2013 (Carballo, 2015, p.7; Tager & Umaña, 2013, p. 16). Segundo Carballo e Tager & Umaña, o primeiro sinal de debilidade dado pelo processo foi o aumento do número de homicídios após um período com significativa queda nesse indicador. Como informado pelo próprio Instituto, no ano de 2013 o número de registros de homicídio teria voltado a aumentar, saindo de 186 casos em junho, para 253 ocorrências em julho. Dessa forma, esse aumento no número de assassinatos indicaria que o acordo estaria ruindo e que as mortes voltaram a figurar como o meio de resolução de desavenças entre as *pandillas* (Carballo, 2015; Efrán, 2014). Contudo, é importante ter em mente que esse é apenas um final possível para o processo, também podemos pensar no final em 2015 com o discurso do Presidente Cerén afirmando que não voltaria a negociar com gangues (AFP & Valencia, 2015).

Assim como os números encenam um final dentro dos vários possíveis, eles também encenam um começo. O início da trégua no ano de 2012 não é sustentado apenas por notícias de jornais, com a informação oferecida pelo Instituto de uma queda de 100 homicídios entre fevereiro e março de 2012, o processo recebe a rubrica científica, indicando de que a trégua “realmente” começou. Também podemos pensar no sucesso e no fracasso do processo e como esses juízos de valor são encenados com os números. Há quem use as estatísticas de homicídio para legitimar o processo e confirmar o sucesso da trégua, o que supostamente ocorre quando o número de mortes intencionais cai (Dudley, 2013; Cruz, 2012; Amaya & Martínez, 2016; Atzinger, 2014; Valencia, 2015; Carballo, 2015; Cruz & Durín-Martínez, 2016; Tager & Umaña, 2013; Cruz, 2014). Contrapondo a isso, também há quem se baseie nos números de assassinatos para questionar a efetividade da trégua e afirmar que o processo fracassou, visto que o

número de homicídios aumentou (Valencia, 2015; Wilkinson, 2015; Katz & Amaya, 2015; Monche, 2014; Zlatica, 2014; Amaya & Martínez, 2016).

Além disso, também podemos pensar em como os números agem na articulação do cumprimento da trégua. Para fazer isso, veremos como os números se associam aos *pandilleros* para encenar o respeito aos acordos definidos nas prisões de El Salvador. Nesse caso, os comunicados das *pandillas* ao longo do processo são uma fonte interessante de informação. Neles, mais de uma vez, encontrei menções como essa: “seguimos adelante com o processo que iniciamos no dia 9 de março de 2012 e que conseguiu em apenas 22 meses reduzir a taxa de homicídios em 50%”. Assim, esses números não atuam apenas aferindo a quantidade de homicídios cometidos no país em determinado mês, eles também impactam na maneira de se organizar os assassinatos no país e na forma de se falar e produzir conhecimento sobre o ocorrido. Partindo dessa reflexão, podemos pensar como eles detêm força para estabelecer o que é aceitável em termos de mecanismos de gestão de conflitos e de tratamento da violência. Assim, acredito que podemos extrapolar a discussão teórica e metodológica aqui presente e pensar no papel dos números de homicídio e o que é feito por eles em outras situações de violência. Dessa maneira, é possível deslocar o eixo de produção de conhecimento sobre processos de paz e resolução de conflitos, tentando me afastar de trabalhos discutindo interpretações e possíveis significados desses números e passando a entender como esses atores afetam diretamente na organização da trégua.

Recapitulando, percebemos como o trabalho de manufaturar as estatísticas de homicídio está associado a uma amplitude de atores e práticas distintas. Acompanhando esse ator, chamou atenção como por meio do processo da tradução, os homicídios são passados por uma linha de montagem e adequação, onde são analisados e testados pelos médicos forenses, transpostos para pedaços de papel e telas de computador e convertido em estatísticas. O efeito dessa rede é um número com marcas de objetividade e mobilidade, uma vez que, o próprio trabalho depositado nas estatísticas garante a elas a capacidade de tornar a morte em algo móvel, estável e combinável. Dessa maneira, é criada uma rede sócio-técnica para assegurar a durabilidade, força e precisão das estatísticas de homicídio e do próprio evento entre as *pandillas*. Nesse sentido, essas inscrições passam a organizar práticas e encenar o controle sob os assassinatos ocorridos no

país e sob o período da trégua. Elas transpõem mundos e reorganizarem as maneiras de se produzir conhecimento sobre o evento em questão. Assim, organizações do começo e final desse acontecimento, as encenações do processo como um fracasso ou um sucesso, e até mesmo o próprio cumprimento de acordos de trégua, só existem a partir da atuação desses números.

Com esse movimento teórico e metodológico, procuramos lançar luz em práticas e atores comumente apagados dos eixos mais tradicionais das análises sobre a trégua entre as *pandillas*, atentando para locais e ações que, apesar de esquecidos, são centrais para a produção de conhecimento e organização desse acontecimento. Nesse sentido, pensar em processos de negociação entre agentes criminais por meio da materialidade que os cerca é abordar certos processos e organizações a partir dos elementos tradicionalmente naturalizados.

4.5. Conclusão

Dois objetivos conformaram esse capítulo. Buscou-se, em um primeiro momento, tratar das práticas localizadas no IML que fazem o número de homicídio. Ao mesmo tempo, procurou-se analisar esses processos de produção dos números de homicídios e refletir sobre algumas consequências da atuação desses no panorama da trégua entre as pandilhas em El Salvador.

Dessa forma, percebemos que as práticas que sustentam os números de homicídio envolvem uma gama de atores e práticas, abarcando desde o trabalho de motoristas até o trabalho do próprio médico forense. Em cada uma dessas fases a morte vai sendo depurada e traduzida para uma ampla gama de documentos e instrumentos burocráticos. Assim, existe uma verdadeira rede que de agentes e práticas que estabelecem os números de homicídio.

À medida em que atuam, os assassinatos e as mortes ocorridas em El Salvador vão sendo traduzidas e inscritas em algarismos. Esses por sua vez, são o efeito de processos de trancar determinados atores em locais específicos, influenciando suas formas de agir, delimitando pontos obrigatórios de passagem para a existência das estatísticas e estabelecendo os porta-vozes necessários para que os números consigam falar. Em função disso, os números conseguem atuar

nas diversas organizações da trégua, estipulando maneiras alternativas de se entender o processo e fugindo da literatura tradicional sobre esse evento.

5. Conclusão

Nessa dissertação, eu procurei apresentar uma outra forma de contar a história da trégua entre as *pandillas*. Para fazer isso, tentei seguir algumas controvérsias desse evento associadas à estipulação de marcos temporais de fim e começo, à adesão aos acordos da trégua e à estabilização do sucesso e fracasso do processo. Como tratado no capítulo 1, essas controvérsias estão associadas a várias práticas e atores. A primeira delas trata do começo do processo, onde alguns atores usam os números de homicídio para estipular o ano de 2012 como o começo e outros que tratam de pensar o começo da trégua a partir de outras práticas de diálogo entre esses grupos anteriores a esse ano. A segunda controvérsia, se refere ao final do processo, onde alguns usam os números de homicídio para encenar seu final no ano de 2013 e outros que entendem esse final como ainda em aberto, vide as consequências sentidas até os dias de hoje por alguns atores envolvidos no processo. A terceira controvérsia se liga ao cumprimento dos acordos da trégua, como indicado pelas *pandillas* em seus comunicados em associação à queda nos números de homicídio, e ao descumprimento da trégua, como encenado junto ao aumento no número de homicídios. A quarta e última controvérsia abordou o sucesso e o fracasso da trégua, ambas versões do processo encenadas pelos números de homicídio. Para o sucesso da trégua, os números são importantes porque eles seriam capazes de garantir uma visualização da diminuição dos números de homicídio. Contudo, aqueles que se opõem ao processo, focam em como o aumento no número de homicídios sinalizaria uma instabilidade e possível ruína da trégua

Entre essas ações, procurei destacar os números de homicídio. Essas estatísticas de homicídio encenam várias tréguas, uma vez que abrem as portas do mundo dos assassinatos ocorridos no país e permitem que outros consigam adentrar nesse universo e saber quanto assassinatos foram cometidos em dado mês (Dudley, 2013; Cruz, 2012; Amaya & Martínez, 2016; Atzinger, 2014; Valencia, 2015; Carballo, 2015; Cruz & Durín-Martínez, 2016; Tager & Umaña, 2013; Cruz, 2014). Em linhas gerais, o que temos são os números de homicídio atuando ativamente em diversas maneiras de se tratar a trégua. Contudo, procuro articular

nessa dissertação como entender a agência desses algarismos. Para tal, um conjunto de métodos e conceitos pode ser de grande ajuda.

Assim, no capítulo 2, procurei apresentar o que chamo de repositório de métodos e os conceitos que participam desse trabalho. Como mostrado na sessão, o ponto de entrada escolhido para tratar dos números foi a abordagem do ator-rede, principalmente a contribuição de Latour, focada nas associações entre os atores e a constituição de redes sócio-técnicas mantendo junto elementos que são tradicionalmente separados. Ao adotarmos essa abordagem fugimos de grandes narrativas explicativas e passamos a focar em como as práticas e rearticulações das associações entre os atores acabam redefinindo e rearticulando o social (Latour, 2012). Nesse sentido, Latour nos abre espaço para olharmos como a trégua é articulada por meio de uma rede de entidades, sendo um efeito da atuação em conjunto de vários atores, incluindo os próprios número de homicídio.

Assim, passamos a nos preocupar com o envolvimento de atores não-humanos em processos de criação de sentido (Law, 1999, p.3). Percebemos como é importante entender elementos não-humanos da mesma forma como entendemos elementos humanos, ou seja, reconhecendo a atuação e a relevância desses atores. Isso nos leva a empregar as mesmas técnicas de produção de conhecimento tanto para um, quanto para o outro; como dito por Callon (1984, p. 200) “uma simetria generalizada” entre humanos e não-humanos. Logo, percebemos como a própria materialidade ganha seu sentido na medida que associa a outros elementos, o que nos obriga a encarar essa dimensão da vida como algo também relacional. Assim, focamos nossa atenção na atuação da materialidade e nas diversas formas desses agentes encenarem e participarem da organização do social.

Além disso, a ideia de encenação também foi trabalhada. Ao não tratar de elementos estabilizados, mas sim de algo que precisa ser constantemente vivido e posto em movimento, esse conceito chama atenção para a existência de atores graças a suas encenação (Camillis & Antonello, 2016, p. 73). Segundo Mol (2002, p.44), se algo é real é porque ele é encenado e se esse algo parece estável, sólido, independente e definido é porque talvez ele esteja sendo encenado dessa maneira (Camillis & Antonello, 2016, p.73). Assim, pensar por meio da agência e da

encenação significa procurar e seguir as coisas na medida que elas são feitas e constantemente construídas e reconstruídas.

Contudo, é importante atentar para o que é encenado e qual é o efeito dessa ação, o que nos leva ao ponto da tradução. Como já vimos com Law, traduzir é o trabalho de tornar “dois mundos equivalentes” (2007, p. 5), é criar sentido a partir de entidades heterogêneas, estabelecendo uma rede de agentes, criando pontes entre mundos antes separados e possibilitando a comparação (Callon, 1980, p. 211; Brown e Capdevilla, 1999, p. 32).

No caso aqui discutido, e como argumentado no capítulo 3, notamos como a tradução acaba por inscrever uma série de processos, como a autópsia e o assassinato, em um único número, estabelecendo, dessa forma, uma equivalência entre homicídios distintos e determinando um denominador comum para as mortes. Nesse sentido, ao final do processo de tradução dos homicídios em números, temos uma inscrição numérica entendida como a representação da quantidade de assassinatos ocorridos no país. Em um primeiro momento, tentei tratar das práticas localizadas no IML que fazem o número de homicídio, como a autópsia e o *levantamiento* do cadáver. Ao mesmo tempo, procurou-se analisar esses processos de fazer dos números de homicídios e refletir sobre algumas consequências da atuação desses no panorama da trégua entre as pandilhas em El Salvador.

Dessa forma, percebemos que as práticas que sustentam os números de homicídio envolvem uma gama de atores e práticas, abarcando desde o trabalho de motoristas até o trabalho do próprio médico forense. Em cada uma dessas fases a morte vai sendo depurada e traduzida para uma ampla gama de documentos e instrumentos burocráticos. Assim, existe uma verdadeira rede de agentes e práticas que encenam os números de homicídio.

À medida em que atuam, os assassinatos e as mortes ocorridas em El Salvador vão sendo traduzidas e inscritas em algarismos. Esses, por sua vez, são o efeito de processos de trancar determinados atores em locais específicos, influenciando suas formas de agir, delimitando pontos obrigatórios de passagem para a existência das estatísticas e estabelecendo os porta-vozes necessários para que os números consigam falar. Em função disso, os números conseguem atuar nas diversas organizações da trégua estipulando maneiras alternativas de se entender o processo.

Nesse sentido, percebemos como as agências atreladas à trégua entre as *pandillas* vão muito além da imagem comum desse evento, encenada, por exemplo, por seus mediadores e membros das *pandillas*. Práticas e atores, à princípio ignorados, se mostram relevantes e atuantes nas formas de organizar os marcos temporais, o cumprimento e o sucesso e fracasso do processo. Logo, por meio desse repertório teórico preocupado com as associações, a atuação material e o que optei por chamar de encenação, procurei recontar algumas histórias sobre morte, assassinatos e a trégua, mostrando como, com essas ferramentas analíticas, outros espaços e atores passam a importar para o processo. Dessa forma, espero ter contribuído para a literatura preocupada com a trégua entre as *pandillas* e também para quem achar interessante certas dinâmicas e processos situados no encontro entre violências e números.

Portanto, para além da trégua, esse trabalho se propõe a dar um primeiro passo em uma colaboração mais robusta e sistemática entre processos de negociação entre grupos beligerantes e a atenção ao aspecto material e suas associações. Dessa forma, outros interesses e caminhos analíticos veem à tona, como por exemplo o papel de resistência e ação do veículo 4x4 em situações de intervenção estatal (McGinty, 2017), as dimensões da atuação de documentos formais em situações de conflito, a agência de elementos naturais em processos de negociação por recursos e a participação da tecnologia em cenários de mediação de disputas. Nessa perspectiva, perguntas tais como “o que é dito e feito pelos materiais?”, “quais desdobramentos de suas atuações?” e “com quem os não-humanos agem?” passam a ocupar um lugar central para a produção de conhecimento no campo dos estudos de paz e conflito.

6. Referências bibliográficas

ABRAHAMSEN, Rita; HUBERT, Don; WILLIAMS, Michael C.; et al. **Gangs, Urban Violence, and Security Interventions in Central America**. *Security Dialogue*, v. 40, n. 4–5, p. 373–397, 2009.

ÁLVAREZ, A. M. **De movimiento de liberación a partido político: articulación de los fines organizativos en el FMLN salvadoreño (1980-1992)**. Tese de Doutorado. Universidade Complutense de Madrid, 2004.

ANDERSON, Margo; FIENBERG, Stephen E. **To Sample or Not to Sample? The 2000 Census Controversy**. *The Journal of Interdisciplinary History*, v. 30, n. 1, p. 1–36, 1999.

ANTONELLO, Claudia Simone; GODOY, Arilda Schmidt. **Aprendizagem Organizacional no Brasil**. [s.l.]: Bookman Companhia Ed, [s.d.].

ARAUZ, Sergio; MARTÍNEZ, Carlos; LUIS SANZ, José. **Sala de lo Constitucional ordena salida de los generales que dirigen Seguridad y la Policía**. *El Faro*. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/201305/noticias/12113/Sala-de-lo-Constitucional-ordena-salida-de-los-generales-que-dirigen-Seguridad-y-la-Policia.htm>>. Acesso em: 4 set. 2017.

ARCHIBOLD, Randal C. **Gang's Truce Buys El Salvador a Tenuous Peace**. *The New York Times*, 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2012/08/28/world/americas/in-el-salvador-gang-truce-brings-tenuous-peace.html>>. Acesso em: 24 maio 2017.

ARONSON, Jay D. **Creating the Network and the Actors: The FBI's Role in the Standardization of Forensic DNA Profiling**. *BioSocieties*, v. 3, n. 2, p. 195–215, 2008.

ASHMORE, Malcolm. **The Life Inside/The Left-Hand Side**. Social Studies of Science, v. 35, n. 5, p. 827–830, 2005.

ATZINGER, Lea. **Has the gang truce in El Salvador failed?** Disponível em: <http://foreignaffairsreview.co.uk/2014/04/el_salvador_gang/>. Acesso em: 3 set. 2017.

AVILA, Vinicius Porto de. **KNOWING-IN-PRACTICE: EXPLORANDO AS PRÁTICAS DE UM GRUPO DE DESENVOLVEDORES DE SOFTWARE**. Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, v. 0, n. 0, 2016. Disponível em: <<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/194>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

AZEVEDO, Debora. **Aprendizagem Organizacional e Epistemologia da Prática: Um Balanço de Percurso e Repercussões**. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rigs/article/view/10045>>. Acesso em: 31 dez. 2017.

BEERLI, Monique J. **The Power to Count and the Stakes of Counting: An Inquiry into the Quantified Production of Humanitarian Insecurity**. Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations, v. 23, n. 1, p. 57–70, 2017.

BIJKER, Wiebe E.; LAW, John. **Shaping Technology/building Society: Studies in Sociotechnical Change**. [s.l.]: MIT Press, [s.d.].

BLOG, El. Padre Toño: **“La Tregua ha construido una paz mafiosa”**. El Blog. Disponível em: <<http://elblog.com/entrevistas/padre-tono-la-tregua-ha-construido-una-paz-mafiosa.html>>. Acesso em: 3 set. 2017.

BLOOR, David. **Sociologie de la logique: les limites de l'épistémologie**. [s.l.]: Pandore, 1983.

BORGH, Chris Van Der; SAVENIJE, Wim. **De-securitising and Re-securitising Gang Policies: The Funes Government and Gangs in El Salvador.** *Journal of Latin American Studies*, v. 47, n. 1, p. 149–176, 2015.

BROWN, Steven D.; CAPDEVILA, Rose. **Perpetuum mobile: substance, force and the sociology of translation.** *The Sociological Review*, v. 47, n. S1, p. 26–50, 1999.

BUSSULAR, Camilla Zanon. **Alinhavando os saberes na prática : o trabalho de um grupo de mulheres.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

CALLON, Michel; LAW, John; RIP, Arie (Orgs.). **Mapping the Dynamics of Science and Technology.** London: Palgrave Macmillan UK, 1986. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-1-349-07408-2>>. Acesso em: 27 out. 2017.

CALLON, Michel; LAW, John; RIP, Arie. How to Study the Force of Science. In: **Mapping the Dynamics of Science and Technology.** [s.l.]: Palgrave Macmillan, London, 1986, p. 3–15. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-07408-2_1>. Acesso em: 4 dez. 2017.

CALLON, Michel. **Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay.** *The Sociological Review*, v. 32, n. 1_suppl, p. 196–233, 1984.

CALLON, Michel. Struggles and Negotiations to Define What is Problematic and What is Not. In: **The Social Process of Scientific Investigation.** [s.l.]: Springer, Dordrecht, 1980, p. 197–219. (Sociology of the Sciences A Yearbook). Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-009-9109-5_8>. Acesso em: 28 out. 2017.

CALLON, Michel. The Sociology of an Actor-Network: The Case of the Electric Vehicle. In: **Mapping the Dynamics of Science and Technology**. [s.l.]: Palgrave Macmillan, London, 1986, p. 19–34. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-07408-2_2>. Acesso em: 4 dez. 2017.

CAMILLIS, Patricia Kinast De; ANTONELLO, Claudia Simone. **Da translação para o enactar**: contribuições da Teoria Ator-Rede para a abordagem processual das organizações. Cadernos EBAPE.BR, v. 14, n. 1, p. 61–82, 2016.

CARBALLO, Willian. **The truce and everyday life in a violence-free municipality**: The case of Santa Tecla in El Salvador. Violence REsearch and Development Project, v. 11, Disponível em: <<http://www.uni-bielefeld.de/icvr/docs/carballo.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2017.

CARROLL, Noel; RICHARDSON, Ita; WHELAN, Eoin. **Service Science: An Actor-Network Theory Approach**. International Journal of Actor-Network Theory and Technological Innovation, v. 4, n. 3, p. 51–69, 2012.

CARSON, John. **The Measure of Merit**: Talents, Intelligence, and Inequality in the French and American Republics, 1750-1940. [s.l.]: Princeton University Press, 2007.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Who Is Afraid of the Ontological Wolf?:** Some Comments on an Ongoing Anthropological Debate. The Cambridge Journal of Anthropology, v. 33, n. 1, p. 2–17, 2015.

CDC. Epi Info. **Centers for Disease Control and Prevention**. 2018. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/epiinfo/index.html>>. Acesso em: 4 de fev. 2018.

CHAPMAN, Robert. **Death, society and archaeology**: The social dimensions of mortuary practices. Mortality, v. 8, n. 3, p. 305–312, 2003.

CHUA, Wai Fong. **Experts, networks and inscriptions in the fabrication of accounting images: a story of the representation of three public hospitals.** *Accounting, Organizations and Society*, v. 20, n. 2–3, p. 111–145, 1995.

CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA. **Manual de Organización y Descripción de Puestos.** Tomo II, 2014.

CORTE SUPREMA DE JUSTIÇA. **Manual de Organización y Descripción de Puestos.** Tomo I, 2014.

COLLINS, Harry. **Changing Order: Replication and Induction in Scientific Practice.** London Beverly Hills: Sage Publications, 1985.

COURTIAL, Jean-Pierre. Technical Issues and Developments in Methodology. In: **Mapping the Dynamics of Science and Technology.** [s.l.]: Palgrave Macmillan, London, 1986, p. 189–210. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-07408-2_11>. Acesso em: 4 dez. 2017.

CRUZ, José Miguel. *Maras* and the Politics of Violence in El Salvador. In: HAZEN, Jennifer & RODGERS, Dennis. **Global Gangs: street violence across the world.** University of Minnesota Press, 2014.

CRUZ, José Miguel; DURÁN-MARTÍNEZ, Angélica. **Hiding violence to deal with the state: Criminal pacts in El Salvador and Medellín.** *Journal of Peace Research*, v. 53, n. 2, p. 197–210, 2016.

CRUZ, José Miguel. **¿La alternativa a la tregua?** *El Faro.* Disponível em: <<https://elfaro.net/es/201405/opinion/15444/>>. Acesso em: 4 set. 2017.

DASTON, Lorraine. **Objectivity and the Escape from Perspective.** *Social Studies of Science*, v. 22, n. 4, p. 597–618, 1992.

DELEUZE, G & GUATTARI, F. **Mil Platôs**. Vol. 5, editora 34, 1997.

DELEUZE, G & GUATTARI, F. **A Thousand Plateaus**. 2004, Continuum

DERRIDA, Jacques. **Of Grammatology**. [s.l.]: Johns Hopkins University Press, 1976.

DESROSIÈRES, Alain. **How to be Real and Conventional: A Discussion of the Quality Criteria of Official Statistics**. *Minerva*, v. 47, n. 3, p. 307, 2009.

DIDIER, Emmanuel. **Sampling and Democracy: Representativeness in the First United States Surveys**. *Science in Context*, v. 15, n. 3, p. 427–445, 2002.

DUDLEY, Steven. **El Salvador Gang Truce: Positives and Negatives**. 2013.

Disponível em:
<http://www.insightcrime.org/images/PDFs/2016/El_Salvador_Gang_Truce_Positives_and_Negatives.pdf>.

ECONOMIST, The. **Traducing El Salvador's truce**. *The Economist*, 2017. Disponível em: <<https://www.economist.com/news/americas/21727097-officials-who-implemented-peace-agreement-between-gangs-and-government-are-trial>>.

EL SALVADOR. **Reglamento General Del Instituto De Medicina Legal “Dr. Roberto Masferrer”**. 1990.

EL SALVADOR. **Mesas de Esperanza**. 2011. Disponível em: <<http://www.dgcp.gob.sv/index.php/institucion/marco-institucional/sistema-de-calidad/mesas-esperanza>>. Acesso em: 3 set. 2017.

ENRIQUE AMAYA, Luís; JOSÉ MARTÍNEZ, Juan. **Between Dialogue and Killing: A Reading on the Process of “Truce” in El Salvador from Anthropological Categories**. Disponível em: <<http://hkslapj.com/between-dialogue-and-killing-a-reading-on-the-process-of-truce-in-el-salvador-from-anthropological-categories/>>. Acesso em: 3 set. 2017.

ESPELAND, Wendy Nelson; STEVENS, Mitchell L. **A Sociology of Quantification**. *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie*, v. 49, n. 3, p. 401–436, 2008.

FELDMAN, Martha S.; MARCH, James G. **Information in Organizations as Signal and Symbol**. *Administrative Science Quarterly*, v. 26, n. 2, p. 171–186, 1981.

FELSKI, Rita. **Context Stinks!** *New Literary History*, v. 42, n. 4, p. 573–591, 2012.

Fiscalia General de la República. **Manual de procesamiento de la escena del delito**. Talleres Gráficos UCA, 2011

GARCÍA, Jacobo. **El Salvador encarcela el proceso de paz**. EL PAÍS. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2016/05/18/america/1463594770_198325.html. Acesso em: 3 set. 2017.

GUERREO, Natalia. **¿Por qué El Salvador vive “los días más violentos del siglo”?** 2012. Disponível em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/08/150821_salvador_record_muertos_maras_pandillas_ng. Acesso em: 29 maio 2017.

HACKING, Ian. **The Taming of Chance**. [s.l.]: Cambridge University Press, 1990.

HADDERS, Hans. **Cremation in Norway: regulation, changes and challenges. Mortality** (Abingdon, England), v. 18, n. 2, p. 195–213, 2013.

HARPER, Sheila. **The social agency of dead bodies**. *Mortality*, v. 15, n. 4, p. 308–322, 2010.

HENARE, Amiria; HOLBRAAD, Martin; WASTELL, Sari. **Thinking Through Things: Theorising artefacts in ethnographic perspective.** [s.l.]: Taylor & Francis, 2006.

HERBERT KALTHOFF. **Practices of Calculation: Economic Representations and Risk Management.** *Theory, Culture & Society*, v. 22, n. 2, p. 69–97, 2005.

HOWARTH, Glennys. **Dismantling the boundaries between life and death.** *Mortality*, v. 5, n. 2, p. 127–138, 2000.

INTERPEACE. **La tregua salvadoreña: Impacto, interés y posibilidades de réplica en el resto de países de Centroamérica.** Interpeace. Disponível em: <http://www.interpeace.org/latinoamerica/wp-content/uploads/sites/7/2015/08/2012_10_18_La_tregua_salvadorena.pdf>. Acesso em: 4 set. 2017.

JEFFREY, Paul. **Truce: Churches engage with gangs in El Salvador.** *The Christian Century*. Disponível em: <<https://www.christiancentury.org/article/2015-03/truce>>. Acesso em: 3 set. 2017.

KATZ, Charles M.; AMAYA, Luis Enrique. **Gang truce for violence prevention: implications for policy and practice.** *Soluciones*. Disponível em: <<http://www.repo.funde.org/1044/1/Gang-TruceTR.pdf>>. Acesso em: 4 set. 2017.

KAUFMAN, Sharon R.; MORGAN, Lynn M. **The Anthropology of the Beginnings and Ends of Life.** *Annual Review of Anthropology*, v. 34, n. 1, p. 317–341, 2005.

KIM, Young S.; BARAK, Gregg; SHELTON, Donald E. **Examining the “CSI-effect” in the cases of circumstantial evidence and eyewitness testimony: Multivariate and path analyses.** *Journal of Criminal Justice*, v. 37, n. 5, p. 452–460, 2009.

KNORR, Karin D.; KROHN, Roger; WHITLEY, Richard (Orgs.). **The Social Process of Scientific Investigation**. Dordrecht: Springer Netherlands, 1980. (Sociology of the Sciences A Yearbook). Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-94-009-9109-5>>. Acesso em: 27 out. 2017.

KOVRAS, Iosif; ROBINS, Simon. **Death as the border: Managing missing migrants and unidentified bodies at the EU's Mediterranean frontier**. *Political Geography*, v. 55, p. 40–49, 2016.

LAMPLAND, Martha. **False numbers as formalizing practices**. *Social Studies of Science*, v. 40, n. 3, p. 377–404, 2010.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts**. [s.l.]: Princeton University Press, 1979.

LATOURE, Bruno. **On actor-network theory: A few clarifications**. *Soziale Welt*, v. 47, n. 4, p. 369–381, 1996.

LAW, John; MOL, Annemarie. **Situating Technoscience: An Inquiry into Spatialities**. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 19, n. 5, p. 609–621, 2001.

LAW, John. **Actor Network Theory and Material Semiotics**. *Heterogenities*, 2007.

LAW, John. **After ANT: complexity, naming and topology**. *The Sociological Review*, v. 47, n. 1_suppl, p. 1–14, 1999.

LAW, John. **After Method: Mess in Social Science Research**. [s.l.]: Psychology Press, 2004.

LAW, John. **Complexities: Social Studies of Knowledge Practices**. [s.l.]: Duke University Press, 2002.

LAW, John. **On the methods of long-distance control:** vessels, navigation and the Portuguese route to India. *The Sociological Review*, v. 32, n. 1_suppl, p. 234–263, 1984.

LAW, John. **Organising Modernity:** Social Ordering and Social Theory. [s.l.]: Wiley, 1993.

LEMUS, Efrén. **La tregua entre pandillas agoniza en El Salvador.** *El País*. Disponível em: <<http://www.elpais.com.co/judicial/la-tregua-entre-pandillas-agoniza-en-el-salvador.html>>. Acesso em: 3 set. 2017.

LEMUS, Efrén & MARTÍNEZ, Carlos. **Raúl Mijango hace público comunicado conjunto de la Mara Salvatrucha y el Barrio 18.** *El Faro*, 2012. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/201203/noticias/8078/Ra>>. Acesso em: 1 de abril 2018.

LÜERS, Paolo. **El cuadro completo del diálogo sobre la violencia.** *Observador Político*. Disponível em: <<http://observador.elsalvador.com/obp/articulo.aspx/71058/7125073/el-cuadro-completo-del-dialogo-sobre-la-violencia>>. Acesso em: 3 set. 2017.

LUIS SANZ, José; MARTÍNEZ, Carlos. **“¿Vos desharías tu familia? La Mara Salvatrucha no se va a deshacer”.** *El Faro*. Disponível em: <<http://salanegra.elfaro.net/es/201210/entrevistas/9844/¿Vos-desharías-tu-familia-La-Mara-Salvatrucha-no-se-va-a-deshacer>” .htm>. Acesso em: 3 set. 2017.

LUIS SANZ, José. **La nueva mentira del gobierno sobre la tregua.** *El Faro*. Disponível em: <<http://salanegra.elfaro.net/es/201308/cronicas/13010/>>. Acesso em: 3 set. 2017.

LUIS SANZ, José. **La tregua entre pandillas o el Estado en conflicto con la ley.** *elfaro.net*. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/201303/noticias/11225/La-tregua-entre-pandillas-o-el-Estado-en-conflicto-con-la-ley.htm>>. Acesso em: 3 set. 2017.

MARTÍNEZ, Carlos; LUIS SANZ, José. **La nueva verdad sobre la Tregua entre pandillas.** El Faro. Disponível em: <<http://salanegra.elfaro.net/es/201209/cronicas/9612/>>. Acesso em: 3 set. 2017.

MARTÍNEZ, Óscar; MARTÍNEZ, Carlos; ARAUZ, Sergio; et al. **Gobierno negoció con pandillas reducción de homicidios.** elfaro.net. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/201203/noticias/7985/Gobierno-negoció-con-pandillas-reducción-de-homicidios.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MCDONALD, Maryon. **The ontological turn meets the certainty of death.** Anthropology & Medicine, v. 24, n. 2, p. 205–220, 2017.

MCGINTY, Roger. **A material turn in International Relations: the 4x4, intervention and resistance.** Review of International Studies, 19, 1, p. 6 – 27, 2017.

MOL, A. **Actor-Network Theory: sensitive terms and enduring tensions.** Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie. Sonderheft, v. 50, 2010. Disponível em: <<https://dare.uva.nl/search?identifier=75bbc661-0a89-475a-9eef-8c8c5a2e9904>>. Acesso em: 28 out. 2017.

MOL, A.; LAW, J. **Regions, networks and fluids: Anaemia and social topology.** Social Studies of Science, v. 24, n. 4, p. 641–671, 1994.

MOL, Annemarie; LAW, John. **Embodied Action, Enacted Bodies: the Example of Hypoglycaemia.** Body & Society, v. 10, n. 2–3, p. 43–62, 2004.

MOL, Annemarie. **A reader's guide to the "ontological turn" – Part 4.** Disponível em: <<http://somatosphere.net/2014/03/a-readers-guide-to-the-ontological-turn-part-4.html>>. Acesso em: 28 out. 2017.

MOL, Annemarie. **The Body Multiple: Ontology in Medical Practice.** [s.l.]: Duke University Press, 2002.

MONZÓN, Olga Vázquez; PARDUCCI, Amparo Marroquín. **Entre gritos y silencios**. La narrativa de la prensa salvadoreña sobre la tregua entre pandillas. Nueva sociedad, n. 249, p. 86–96, 2014.

MOURITSEN, J.; LARSEN, H. T.; BUKH, P. N. D. **Intellectual capital and the ‘capable firm’**: narrating, visualising and numbering for managing knowledge. Accounting, Organizations and Society, v. 26, n. 7, p. 735–762, 2001.

MULLINS, Lisa. **Gang Truce in El Salvador Reverberates in Los Angeles**. Public Radio International. Disponível em: <<https://www.pri.org/stories/2012-08-08/gang-truce-el-salvador-reverberates-los-angeles>>. Acesso em: 3 set. 2017.

MURICIO, Funes. Intervención de S.E. SR. **Mauricio Funes Presidente de la Republica de El Salvador**. Asamblea General de las Naciones Unidas, 67º Período de Sesiones, Nueva York, 25 September. Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/67/el-salvador>>. Acesso em: 4 set. 2017.

NUSSBAUM, Martha C.; C, Nussbaum Martha. **The Fragility of Goodness: Luck and Ethics in Greek Tragedy and Philosophy**. Edição: 2. Cambridge, U.K. ; New York: Cambridge University Press, 2001.

OLSON, Eric L.; HYDE, Katherine. **Four Questions and Observations about El Salvador’s Deteriorating Security Situation**. Wilson Center. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/article/four-questions-and-observations-about-el-salvadors-deteriorating-security-situation>>. Acesso em: 4 set. 2017.

ORTEGA MONCHE, Nivaria. **EL SALVADOR: RETOS A LOS PARTIDOS POLÍTICOS**. Revista de ciencia política (Santiago), v. 34, n. 1, p. 171–188, 2014.

PANDILLAS. **Vigésimo cuarto comunicado de las Pandillas**. Crónicas guanacas, 2015. Disponível em: <<http://cronicasguanacas.blogspot.com.br/search?q=decimonoveno>>. Acesso em: 1 de abril 2018.

PANDILLAS. **Vigésimo segundo comunicado de las Pandillas**. Crónicas guanacas, 2014b. Disponível em: <<http://cronicasguanacas.blogspot.com.br/search?q=libres+de+violencia>>. Acesso em: 1 de abril 2018

PANDILLAS. **Decimonoveno comunicado de las Pandillas**. Crónicas guanacas, 2014a. Disponível em: <<http://cronicasguanacas.blogspot.com.br/2014/03/decimonoveno-comunicado-de-las-pandillas.html>>. Acesso em: 1 de abril 2018.

PICADO JOAO, Óscar. **El Faro y el comunicado de las pandillas**. elfaro.net. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/201203/opinion/8118/El-Faro-y-el-comunicado-de-las-pandillas.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PORTER, Theodore M. **Trust in Numbers: The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life**. [s.l.]: Princeton University Press, 1996.

REISMAN, Lainie. **Breaking the Vicious Cycle: Responding to Central American Youth Gang Violence**. SAIS Review of International Affairs, v. 26, n. 2, p. 147–152, 2006.

ROBSON, Keith. **Accounting numbers as “inscription”**: Action at a distance and the development of accounting. Accounting, Organizations and Society, v. 17, n. 7, p. 685–708, 1992.

RUBIN, Jonah S. Technologies of the Afterlife: **The Agency of the Dead at Spanish Mass Grave Exhumations**. Anthropological Journal of European Cultures, v. 24, n. 1, p. 141–149, 2015.

RUBIO-FABIÁN, Roberto. **De la tregua hacia la inserción y la pacificación**. La Prensa Gráfica, v. XCVII, n. 34,474, p. 22, 2013.

SAIZ, Eva. **Un año de frágil tregua entre las maras de El Salvador**. EL PAÍS. Disponível em:

<https://elpais.com/internacional/2013/03/30/actualidad/1364603022_621509.htm>. Acesso em: 3 set. 2017.

SAMPÓ, Carolina; BARTOLOMÉ, Mariano. **Reflexiones sobre el cumplimiento de la tregua entre maras en El Salvador**. Estudios internacionales (Santiago), v. 46, n. 177, p. 89–106, 2014.

SANTOS, Jessel; FLORES, Ricardo. **Mediadores buscarán en EUA fondos para tregua**. La Prensa Gráfica. Disponível em: <<http://laprensagrafica.com/mediadores-buscaran-en-eua-fondos-para-tregua>>. Acesso em: 3 set. 2017.

SANZ, José Luiz; MARTÍNEZ, Carlos; ARAUZ, Sergio. **Sala de lo Constitucional ordena salida de los generales que dirigen Seguridad y la Policía**. El Faro. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/201305/noticias/12113/Sala-de-lo-Constitucional-ordena-salida-de-los-generales-que-dirigen-Seguridad-y-la-Policia.htm>>. Acesso em: 4 set. 2017.

SCHUBERTH, Moritz. **Beyond Gang Truces and Mano Dura Policies: Towards Substitutive Security Governance in Latin America**. Stability: International Journal of Security and Development, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.stabilityjournal.org/articles/10.5334/sta.450/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SERRES, Michel. **Hermès III** : La traduction. Paris: Editions de Minuit, 1974.

SHIGA, John. **Translations: artifacts from an Actor-Network perspective**. Artifact, v. 1, n. 1, p. 40–55, 2007.

SIMON, James G. **March and Herbert A. Organizations**. [s.l.: s.n.], 1958.

STATES NEWS SERVICE. **CRIMINAL GANGS IN EL SALVADOR RETURN TO WAR PATH AFTER TWO-YEAR TRUCE**. States News Service, 2014. Disponível em: <[PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612110/CA](http://go-</p>
</div>
<div data-bbox=)

galegroup.ez370.periodicos.capes.gov.br/ps/i.do?p=AONE&sw=w&issn=&v=2.1
&it=r&id=GALE%7CA362708819&sid=googleScholar&linkaccess=abs>.

Acesso em: 3 set. 2017.

STEPPUTAT, Finn. **Governing the dead: Sovereignty and the politics of dead bodies.** [s.l.]: Oxford University Press, 2014.

TAGER, Ana Glenda; UMAÑA, Isabel Aguiar. **La tregua entre pandillas salvadoreñas: Hacia un proceso de construcción de paz social.** Interpeace, 2013.

TAUBER, Alfred I. **Science and the Quest for Reality.** [s.l.]: Springer, 2016.

THE ECONOMIST. **The broken-truce theory.** 2015. Disponível em:
<<https://s100.copyright.com/AppDispatchServlet?publisherName=economist&publication=economist&title=The%20brokentruce%20theory&publicationDate=NaN0NaN0NaN&contentID=21641289&type=A&orderBeanReset=0>>. Acesso em:
3 set. 2017.

TURNER, Bryan S. (Org.). **The new Blackwell companion to social theory.** Chichester, West Sussex, United Kingdom ; Malden, MA, USA: Wiley-Blackwell, 2009. (Blackwell companions to sociology).

U.S DEPARTMENT OF THE TREASURY. **Treasury Sanctions Latin American Criminal Organization.** U.S Department of Treasury. Disponível em:
<<https://www.treasury.gov/press-center/press-releases/Pages/tg1733.aspx>>.

Acesso em: 4 set. 2017.

VALENCIA, Roberto. **Las mujeres que llevan el uniforme de Carla Ayala.** El Faro, 2018. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/201803/salanegra/21635/Las-mujeres-que-llevan-el-uniforme-de-Carla-Ayala.htm>>. Acesso em: 8 de abril 2018.

VALENCIA, Roberto. **Obituario de la Tregua**. El Faro, 2015. Disponível em: <http://elfaro.net/es/201504/opinion/16835/Obituario-de-la-Tregua.htm?st-full_text=all&tpl=11>. Acesso em: 5 fev. 2017.

VALENCIA, Roberto. **Casi que Guardia Nacional Civil**. El Faro, 2016. Disponível em: <<https://elfaro.net/es/201610/salanegra/19277/Casi-que-Guardia-Nacional-Civil.htm>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

WEBER, Max. **Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology**. [s.l.]: University of California Press, 1978.

WENNMANN, Achim. **Negotiated Exits from Organized Crime? Building Peace in Conflict and Crime-affected Contexts**. *Negotiation Journal*, v. 30, n. 3, p. 255–273, 2014.

WHITFIELD, Teresa. **Mediating criminal violence: Lessons from the gang truce in El Salvador**. *Oslo Forum papers*, v. 1, p. 1–22, 2013.

WILKINSON, Tracy. **After broken gang truce, El Salvador sees deadliest month in 10 years**. *Los Angeles Times*, 2015. Disponível em: <<http://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-el-salvador-gangs-20150418-story.html>>. Acesso em: 24 maio 2017.

WILLIAMS, Howard. **Death warmed up: the agency of bodies and bones in early Anglo-Saxon cremation rites**. *Journal of Material Culture*, v. 9, n. 3, p. 263–291, 2004.

WOOLGAR, Steve; PAWLUCH, Dorothy. **Ontological Gerrymandering: The Anatomy of Social Problems Explanations**. *Social Problems*, v. 32, n. 3, p. 214–227, 1985.

YOUNG, Craig; LIGHT, Duncan. **Corpses, dead body politics and agency in human geography: following the corpse of Dr Petru Groza: Corpses, dead body**

politics and agency in human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 38, n. 1, p. 135–148, 2013.

ZELAYA, Magally. El Salvador: **Why Catholic Church backs a gang truce that government rejects**. *Christian Science Monitor*, 2015. Disponível em: <<https://www.csmonitor.com/World/Americas/2015/0206/El-Salvador-Why-Catholic-Church-backs-a-gang-truce-that-government-rejects>>. Acesso em: 3 set. 2017.

7. Lista de Anexos

Anexo 1

LOS VOCEROS NACIONALES DE LA MARA SALVATRUCHA MSX3 Y PANDILLA 18

Al pueblo salvadoreño hacemos saber:

- 1- Que rechazamos enérgicamente la publicación irresponsable, tendenciosa, perversa y poco profesional al utilizar fuentes ficticias, que un periódico digital hiciera publica el día 15 de marzo, en la cual se asevera sin fundamento alguno que el gobierno negoció con nosotros, a cambio de dinero, la reducción de la tasa de homicidios en el país; colocándonos, según nuestros códigos, en una situación de haber cometido traición a los más de 100,000 miembros que integramos la mara y la pandilla, para que seamos sujetos de represalias internas por tales hechos.
- 2- Lo que sí es cierto, es que desde el año anterior hemos iniciado internamente un profundo proceso de reflexión y análisis sobre los graves y acuciante problemas que enfrenta nuestro país, de los cuales nosotros hemos sido parte, como consecuencia de la guerra que nos hemos visto obligados a librar por causas sociales de exclusión, marginación, represión y de sobrevivencia. Las reflexiones en mención nos han llevado a las siguientes conclusiones:
 - a- Que si nosotros somos parte del problema, también podemos ser parte de la solución.
 - b- Que no descamos seguir haciendo la guerra ni mucho menos seguir profundizando ya que comparativamente con la guerra anterior de los ochenta que cobró un promedio de 17 fallecidos por día, hoy solo nos diferencian tres, con los catorce que se producen en la actualidad, es por ello y considerando el dolor que provoca a la sociedad, a nuestras familias y a nosotros, que hemos tomado esta decisión, porque nadie desconoce que una buena parte de los muertos los ponemos nosotros mismos.
 - c- Que pese a los errores que hemos cometido, por los cuales más de 10,000 de nuestros miembros purgan penas en los Centros Penitenciarios, no se nos puede objetar que también somos salvadoreños y que somos un sub producto social de las nefastas políticas socioeconómicas derivadas de los modelos que se han implementado en el salvador desde hace muchos años, que inclusive, nos llevaron a una guerra en la década de los ochentas, guerra de la cual nos consideramos sus hijos, porque la mayor parte de nuestros miembros perdimos a nuestros padres en ese conflicto, otros somos parte de hogares desintegrados por efecto de la emigración de nuestros padres y de nosotros, hacia otros países y por el desarraigo al ser desplazados de nuestros lugares de origen.
- 3- Nosotros somos personas que jugamos con la vida, principalmente con la nuestra porque no tenemos nada que perder, pero consideramos inaudito que existan personas como el periodista Carlos Dada, que se dan baños de pureza y profesionalismo, que pretendan jugar con la vida de nosotros y de otros tantos inocentes, con sus perversas y falsas aseveraciones sin considerar que con ello, lo único que provoca es ponerse a la baja altura moral que según él tenemos nosotros.

- 4- Por nuestras culpas, nosotros ya estamos pagando y en las peores condiciones, olemos excremento las 24 horas del día, dormimos apiñados, somos sujetos de ultrajes, se nos da trato de animales y no se respetan nuestros elementales derechos, sucumbimos sin adecuada atención médica a las enfermedades y nuestras familias que nos visitan, son víctimas de ultrajes y humillaciones y nuestros miembros en la calle, son sujetos de persecución, acoso, discriminación, represión, torturas y asesinatos por el simple hecho de estar tatuados con los símbolos que nos dan identidad.
- 5- Somos conscientes, que hemos ocasionado un profundo daño social, pero por el bien del país, nuestras familias y de nosotros mismos, pedimos que se nos permita contribuir en la pacificación de El Salvador, que no solo es de ustedes sino nuestro también.
- 6- No hemos negociado nada con este gobierno, ni pedimos hacerlo, estamos hartos de políticos corruptos y mentirosos porque ya hemos sido defraudados en situaciones anteriores, desde el gobierno de Calderón Sol nos han venido utilizando y pidiéndonos el voto de nuestras familias y al final nada se nos ha cumplido, en lugar de ello, han endurecido la forma de tratarnos sin considerar que con este comportamiento, lo único que se logra es agravar más la situación. Es por ello que en esta ocasión para acompañar nuestro proceso de reflexión, preferimos solicitar el acompañamiento de la Iglesia Católica y de la sociedad civil, a quienes agradecemos por su comprensión y apoyo, por lo cual les debemos un profundo respeto, aprecio y agradecimiento, principalmente a Monseñor Fabio Colindres obispo castrense y al Escritor Raúl Mijango, quienes nos han guiado para desmontar todos los planes que nuestros corredores tenían planificado, para boicotear el recién pasado proceso electoral, han facilitado que después de 20 años hayamos podido llegar a un acuerdo común entre las dos pandillas rivales, donde hemos logrado con la ayuda de todos los entes mencionados, disminuir significativamente los homicidios en el país y, en gesto de buena voluntad, cancelar toda acción que incluye los atentados en contra de militares, policías y custodios y contribuir a la pacificación, con el único objetivo que sea el pueblo salvadoreño el único beneficiado de todo este buen proceso.
- 7- Nuestra decisión es firme y está respaldada por el valor de nuestra palabra, por la cual damos la vida, denos la oportunidad, apoyen a nuestros guías y no den crédito a posiciones obtusas que como en el pasado, siempre se opusieron y boicotearon salidas racionales y pacíficas y provocaron el alargue de un conflicto que provocó decenas de miles de muertos.
- 8- Valoramos que el proceso que hemos abierto es histórico y será de mucho beneficio para el país, por eso pedimos que no lo bloqueen. A los políticos les pedimos que aprendan las lecciones del pasado y que no vengan a rasgarse las vestiduras con posiciones de ética y de moral colocando como malo hablar con nosotros, pues les recordamos que en varias ocasiones ellos ya nos han ofrecido dinero y otras ofertas a cambio de apoyo a sus campañas y de cesar nuestras actividades. A los que viven de hacer análisis les invitamos a renovar el esquema con el que analizan nuestro fenómeno, mientras nos sigan analizando solo como fenómeno delincencial sus análisis serán erróneos y de igual manera sus recomendaciones para resolverlo, es necesario que entiendan de una vez por todas, que somos un fenómeno social y que la guerra que nos hemos visto obligados a librar, tiene

causas socioeconómicas y por tanto su solución no solo es legal y de represión sino también con medidas sociales y económicas.

- 9- El camino de la reconversión que hemos iniciado es el resultado de un profundo esfuerzo de análisis y de discusión guiados por los facilitadores de la Iglesia y la sociedad civil, el cual, ya comienza a producir buenos frutos que son de beneficio para la sociedad. No pedimos que se nos perdonen penas por las faltas cometidas, solo que se aplique adecuadamente la ley, se nos trate como seres humanos, que nos apoyen a reinsertar social y productivamente a nuestros miembros dándonos oportunidades de trabajo y de estudio, que no se les discrimine y no se nos reprima por el simple hecho de estar tatuados sin haber cometido ningún tipo de hecho delictivo.
- 10- Finalmente reiteramos a toda la sociedad que si bien hemos sido parte del problema les pedimos se nos permita hoy ser parte de la solución, para lo cual requerimos del apoyo de toda la sociedad y del Estado para llevar a feliz término con la ayuda de Dios este proceso.

El Salvador, 19 de marzo de 2012.

PLC-2

Siendo la descripción de la escena _____

El cual vestía de la siguiente manera _____

Presentando los siguientes signos abióticos _____

Muriendo aproximadamente _____ días _____ horas de fallecido

(anatocronodiagnóstico).

Señales especiales _____

Putrefacción:	Si	<input type="checkbox"/>	No	<input type="checkbox"/>		
Estado de putrefacción	Cromático			<input type="checkbox"/>	Enfisemaoso	<input type="checkbox"/>
	Reducción esquelética			<input type="checkbox"/>		
Presencia de insectos:	Si	<input type="checkbox"/>	No	<input type="checkbox"/>	Colicuativo	<input type="checkbox"/>

Tipo de insectos _____

EVIDENCIA EXTERNA DEL TRAUMA _____

Causa de la muerte _____

Se traslada cadáver a _____

Se le practicará autopsia _____ porque _____

Estuvieron presentes _____

Se recuperó evidencia para estudio de la P.N.C. _____

Nombre de la o el Médico Forense _____

Firma _____

DATOS ESTADÍSTICOS

I- TIPO DE MUERTE

A. VIOLENCIA COMÚN:

Delincuencia común Maras Riñas Enemistad Venganza No se sabe

Otro tipo (especifique) _____

B. VIOLENCIA INTRAFAMILIAR:

Maltrato infantil Maltrato conyugal Maltrato de otros familiares

C. ACCIDENTES:

Hechos de tránsito Caída Trauma térmico Trauma eléctrico Por arma de fuego Por arma blanca Sumersión accidental Intoxicación

Otro tipo (especifique) _____

Se sospecha accidente de trabajo: SI NO

D. SOSPECHA DE SUICIDIO:

Caída al vacío Arma de fuego Por arma blanca Intoxicación Ahogamiento

Otro tipo (especifique) _____

E. MUERTE POR ENFERMEDAD: SI NO

SOLO PARA HECHOS DE TRÁNSITO

Tipo de vehículo en que se conducía _____

Tipo de vehículo con el que colisionó _____

Tipo de vehículo que lo atropelló _____

TIPO DE VÍCTIMA:

Conductor del vehículo Peatón Pasajero Motociclista Ciclista

Otro tipo (especifique) _____

TIPO DE ACCIDENTE:

Volcadura Precipitación Atropello Colisión No se sabe

Otro tipo (especifique) _____

PLC-5

TIPO DE CARRETERA:

Pavimentada	<input type="checkbox"/>	Polvosa	<input type="checkbox"/>	Empedrada	<input type="checkbox"/>
Adoquinada	<input type="checkbox"/>				
Otro tipo (especifique)	_____				

TIPO DE TRAMO:

Recta	<input type="checkbox"/>	Curva	<input type="checkbox"/>	Pendiente	<input type="checkbox"/>
Otro tipo (especifique)	_____				

III- SOLO PARA HECHOS DE VIOLENCIA

TIPO DE ARMA UTILIZADA:

Arma de fuego	<input type="checkbox"/>	Arma punzante	<input type="checkbox"/>	Arma cortante	<input type="checkbox"/>
Arma cortocontundente	<input type="checkbox"/>	Objeto contundente	<input type="checkbox"/>	Arma cortopunzante	<input type="checkbox"/>
Elementos tóxicos	<input type="checkbox"/>	Artefacto explosivo	<input type="checkbox"/>		
Otro tipo (especifique)	_____				

II- TRAUMATISMO CONTUSO PROFUNDO

Cabeza	<input type="checkbox"/>	Cara	<input type="checkbox"/>	Cuello	<input type="checkbox"/>
Miembros superiores	<input type="checkbox"/>	Tórax	<input type="checkbox"/>	Abdomen	<input type="checkbox"/>
Miembros inferiores	<input type="checkbox"/>	Espalda	<input type="checkbox"/>		

Firma _____